

JORGE JOSÉ BARROS DE SOUZA

O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR E OS “HOMENS DE BOA VONTADE”: OS CRISTÃOS DE ESQUERDA E OS COMUNISTAS DE MÃOS DADAS COM A EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR (1960 –1964)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Comparada

Orientadora: Maria Conceição Pinto de Góes

Rio de Janeiro
2007

FOLHA DE APROVAÇÃO**JORGE JOSÉ BARROS DE SOUZA****O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR E OS “HOMENS DE BOA VONTADE”: OS CRISTÃOS DE ESQUERDA E OS COMUNISTAS DE MÃOS DADAS COM A EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR (1960 –1964)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em

Prof. Dra. Maria Conceição Pinto de Góes – PPGHC/UFRJ (Orientadora)

Prof. Dra. Leila da Silva – PPGHC/UFRJ (Titular)

Prof. Dra. Marilena Ramos Barbosa – PPGHC/UFRJ (Suplente)

HOMENAGENS PÓSTUMAS A LEONEL BRIZOLA,
ANÍSIO TEIXEIRA, PAULO FREIRE, DARCY RIBEIRO E
MIGUEL ARRAES PELAS SUAS CONTRIBUIÇÕES À
EDUCAÇÃO PÚBLICA, INTEGRAL, CRÍTICA,
LIBERTADORA E ENGAJADA.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Marilena Ramos Barbosa, co-orientadora, pela sua enorme colaboração e incentivo na realização deste trabalho. A sua participação neste trabalho dando sugestão de temas, de novos caminhos a seguir foi um alento para mim. Passamos muitas noites acordados, revendo o texto, mudando para melhor deixar a sua estrutura condizente com os trâmites acadêmicos.

À minha orientadora, Professora Dr. Maria Conceição Pinto de Góes, pelos generosos empréstimos de livros utilizados na elaboração dessa dissertação. Também pela dedicação e infinita atenção nas sugestões de leituras e cuidados na elaboração do texto.

Aos meus gratos colaboradores entrevistados na viagem que fiz a Pernambuco: Juracy de Andrade, Ângela Vieira, Germano Coelho, Maria Adosinda, Abelardo da Hora, Argentina Rosas e Silke Weber. E, Aqui no Rio, as entrevistas cedidas por Osmar Fávero e Moacyr de Góes, que me receberam de forma calorosa para falarem do tema proposto – O MCP.

À minha mãe, Ivone Barros, que esteve sempre ao meu lado. Aos meus amigos pelas palavras de incentivo, principalmente, à Cristiane Mendonça que desde o início vem acompanhado o seu desdobramento. À Márcia Salomão e Regina Maury por terem me ajudado nas traduções. À Selma Regina Mendes pela sua contribuição valiosa em seu auxílio profissional e amigo.

À FAPERJ, pela bolsa-auxílio que me possibilitou a realização deste trabalho.

Jorge José Barros de Souza

“Quanto mais alguém, por meio da ação e da reflexão, se aproxima da razão, do ‘logos’ da realidade objetiva e desafiadora, tanto mais, introduzindo-se nela, alcançará o seu desvelamento”.

Paulo Freire

RESUMO

SOUZA, Jorge José Barros de. **O Movimento de Cultura Popular e os “homens de boa vontade”**: os cristãos de esquerda e os comunistas de mãos dadas com a educação e a cultura popular (1960-1964). 2007. 000 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

O trabalho pretende resgatar o Movimento de Cultura Popular e sua importância, no período em que ele existiu. Também terá a preocupação de fazer um análise dos sujeitos envolvidos na criação, na formação e na disseminação de cultura popular. A problemática que se quer analisar, utilizando-se toda a responsabilidade que o historiador deve ter com as fontes e, qualquer outro recurso metodológico, é a de explicar as convergências e divergências em torno do projeto do MCP. O fio condutor é o papel do intelectual orgânico que rompe com aquela educação bancária e, deseja emancipar aquele indivíduo que está oprimido, fazendo com que ele compreenda a realidade em que vive, libertando-se da opressão. Este trabalho não pode prescindir da análise do papel de Paulo Freire no Movimento de Cultura Popular. No Movimento de Cultura Popular temos as esquerdas cristãs – socialistas e católicos independentes – e comunistas, o que não deve ser deixado de lado a participação desses grupos. E toda a discussão do que representou a esquerda naquele momento, bem com as reformulações que estavam sendo feitas no início dos anos sessenta. Analisar o mundo, naquele momento, é de suma importância, pois o próprio MCP manifesta-se das contradições daquele mundo. São homens que, no seu tempo, não queriam ser somente participantes, mas transformadores em seu mundo. Inserir o MCP num mundo que era outro após a Segunda Guerra Mundial é ponto de partida para podermos compreender o seu papel, a sua existência e a sua importância. As revoluções em curso, depois da Segunda Guerra (a cubana a mais importante, pois influenciou toda a América latina e a China), as viagens interplanetárias, a cisão sino-soviética, as descolonizações afro-asiáticas, o Concílio Vaticano II e todo o contexto da Guerra Fria; no Brasil a crise do “populismo”, o surgimento de uma política popular, as discussões em torno do modelo econômico verificado pela CEPAL; o papel do Iseb, da ala progressista da CNBB, até chegarmos à “revolução Brasileira”, esse foi o contexto no qual passou o MCP.

ABSTRACT

SOUZA, Jorge José Barros de. **O Movimento de Cultura Popular e os “homens de boa vontade”**: os cristãos de esquerda e os comunistas de mãos dadas com a educação e a cultura popular (1960-1964). 2007. 000 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

The work intends to ransom the the popular culture movement and its importance in the period that it existed. It also will have the preoccupation of doinng na analysis of the involved people in the creation, formation and dissemination of popular culture. The probemantical that wants to be analyse, using all the responsibility that the historian must have with the sources and other methodological recourse, is that of explaining the convergences and divergences in the role of the organic intellectual that breaks with to emancipate that person who is oppressed, making him understand the reality in which he lives, releasing him of the oppreassion, This work can't dispense with the analysis of Paulo Freire's role in the Popular Culture Movement. In the Christians – socialists and the independent catholics – and the communists that may not put aside the participaton of these groups in the movement. And also al the discussion that they represented in that moment and all the reformulations that were done in the beginning of 60's. To analyse the world in that moment is the great importance, so the own MCP shows the contradictions of that world. They are men that in his time they didn't want to be only participants, but transformers in their world. To insert the MCP in a worrld that was another after the second world war is the starting point to make us understand its role, existence and importance. The revolutions in the course after the second world war (the cubane the most important, so it influenced alt the Latin Amerca and the Chinese), the interplanetary trip, the russian scission, the asiatic discolonizaions, the II Vatican Council and all the context of cold war. In Brasil the crisis of “populism”, the discussions around the economical model tested by CEPAL; the tole of Iseb, the progressive row of CNBB, up to arrive at the “Brazilian Revolution”, where MCP passed by.

RESUMÉ

SOUZA, Jorge José Barros de. **O Movimento de Cultura Popular e os “homens de boa vontade”**: os cristãos de esquerda e os comunistas de mãos dadas com a educação e a cultura popular (1960-1964). 2007. 000 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Le travail prétend racheter le Mouvement de la Culture Populaire et son importance à la période en qu'il a existe. Il aura aussi la preoccupation de faire une analyse dès sujets engagés dans la création, dans la formation et dans la dissemination de culture populaire. La problématique qu'on veut analyser, on utilisant de toute la responsabilité que l'historien doit avoir avec les sources n'importe quel autre recours méthodologique et d'expliquer les convergences et divergences dans le projet du MCP. Le fil conducteur est le rôle de l'intellectuel organique que rompt avec cette éducation bancaire et il désire émanciper cet individu – là qui est opprimé en faisant qu'il comprenne la réalité en qu'il vit, libérant de l'oppression ce travail ne peut pas laisser de côté l'analyse de la représentation du rôle de Paulo Freire dans le Mouvement de la Culture Populaire. Au Mouvement de la Culture Populaire nous avons les “gauches” chrétiens – socialistes et catholiques indépendants – et les communistes, ce qu'on ne doit pas mépriser leur participation dans le mouvement. Et toute la discussion aussi de qu'il a représenté le “gauche” dans ce mouvement et toutes les reformulations qui ont été faites au début des années soixante. Analyser le monde dans ce moment là c'est de grande importance, car le propre MCP manifeste des contradictions de ce monde – là. Ce sont des hommes qu'en leur temps ne voudraient être qu'il était l'autre après la Deuxième Guerre Mondiale. C'est le point de départ pour comprendre son rôle, son existence et son importance. Les révolutions au cours après la Deuxième Guerre (la Cubaine la plus importante, car elle a influencé toute l'Amérique Latine et la Chinoise-russe. Les décolonisations afro-asiatique, le Concile Vatican II et tout le contexte de la Guerre “Froide”. Au Brésil la crise “populisme”, l'apparition d'une politique populaire, les discussions autour du modèle économique vérifié pour la CEPAL; le rôle de Iseb, l'aile progressiste de la CNBB jusqu'à l'arrivée de la “Révolution Brésilienne” pour où il a passé le MCP.

LISTA DE SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da participação das organizações de esquerda - Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Ação Popular (AP), mais a ação dos católicos de esquerda, considerados “independentes” no Movimento de Cultura Popular de Recife (MCP), no período que vai do seu surgimento em 1960 ao golpe de 1964, quando o mesmo foi desativado pelos militares.

A análise desta dissertação tem o intuito de inserir os sujeitos que participaram da promoção do Movimento de Cultura Popular - ousado projeto de educação e cultura popular - dentro de uma dinâmica que leva em consideração uma nova prática de alfabetização, que se distanciava da tradicional.

A originalidade da proposta da pesquisa reside no fato de o MCP perpassar os mais variados pensamentos de esquerda da época, porque ele ousou desafiar a hegemonia da classe dominante, logo está envolvido numa miríade de acontecimentos de caráter político, cultural, social, educacional, religioso e artístico.

Foi abordada a discussão sobre o mundo que se reconstruía depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial. A necessidade de discutir os acontecimentos do pós-2ª guerra está relacionada às novas possibilidades que emergiram deste período: a bipolarização, a coexistência pacífica, a corrida armamentista, momentos circunstanciais do que podemos caracterizar como “Guerra Fria”. Tais fatos preocuparam grande parcela da humanidade. O Movimento de Cultura Popular, e tudo que representou a sua existência, está inserido nesta conjuntura de grandes transformações.

O reflexo deste panorama global contagiava a maneira como os intelectuais, educadores-educandos, iriam trabalhar a sua realidade, tendo como referencial um mundo recém-saído da Segunda Guerra Mundial e que necessitava, o tempo todo, de ser pensado e repensado.

Foram exemplificadas as experiências dos padres operários da França, o humanismo da ala mais progressista da Igreja, o socialismo que arregimentou 1/3 da população mundial, bem com outros acontecimentos. No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, pensavam-se e repensavam-se muitas atitudes. A conjuntura que englobava a economia, a política, o comportamento, as ideologias, a religião, as drogas, as viagens interplanetárias, as descolonizações afro-asiáticas impôs reações de intelectuais em todo mundo.

No Brasil, intelectuais debatiam o nacional-desenvolvimentismo com todas as suas implicações. A exemplo, discutiam-se: os rumos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), fundada em 1949, e que buscava uma alternativa, que não fosse nem marxista e nem keynesiana, para o desenvolvimento do Brasil; as políticas populistas e populares e até que ponto elas são diferenciadas; e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que surgiu como instituição que se preocupou com o atraso do povo nordestino.

Foi analisado o papel da Igreja que não foi um bloco monolítico, visto que alguns dos seus adeptos refletiram sobre o atraso que prendia o homem brasileiro na pobreza, na ignorância, nos flagelos e outros males do subdesenvolvimento. Também foi abordada a repercussão da Revolução Cubana na América Latina, mormente no Nordeste do Brasil. Nesta discussão, fez-se uma reflexão sobre o papel desta revolução no Movimento de Cultura Popular, pois a Cartilha feita por Josina Maria Godoy e Norma Porto Carreiro teve a influência do trabalho intitulado *Venceremos*, que se fez em Cuba no campo da educação popular.

Esta dissertação apresenta uma abordagem comparativa com outros escritos que fizeram da análise do Movimento de Cultura Popular seu objeto preferencial. Esta dissertação contou com estudos de diversos autores e vasta documentação e teve,

como preocupação original, o objetivo de analisar a mobilização de intelectuais e estudantes, de variadas linhas ideológicas e religiosas, no projeto de educação e cultura popular desenvolvido pelo MCP. E também como se desenvolveram as convergências e as divergências.

Trabalhos anteriores carecem de profundidade dentro da nossa proposta, que é analisar a atuação dos múltiplos sujeitos envolvidos no MCP. O *Memorial do Movimento de Cultura Popular*, de 1986, apresentou um trabalho interessante na arregimentação das fontes da época, o que revelou um material fundamental para a pesquisa historiográfica. Os intelectuais que trabalharam no MCP escreveram artigos bastante úteis, mas o envolvimento emocional fica bastante nítido, devido ao saudosismo expressado em alguns textos. Também, o momento histórico no qual foi feito este memorial, na redemocratização, permitiu que os intelectuais falassem sobre suas experiências, mas com a emoção “à flor da pele”.

Outro texto bastante interessante é o de Paulo Rosas, intitulado "Cultura e Participação", que foi produzido por conta do relançamento do livro clássico de Paulo Freire *Educação e Atualidade Brasileira*. O artigo nos dá um panorama da cidade de Recife, entre os anos de 1960 e 1964, mas sem muitos questionamentos críticos acerca do papel do MCP como projeto da sociedade civil, sobretudo, porque faltou isenção no tratamento da questão.

Esse trabalho tem uma proposta de análise do Movimento de Cultura Popular e as suas ramificações - a efervescência das idéias que originaram, a mobilização da sociedade civil para que acontecesse, a premência de se alfabetizar, a vontade política de Arraes, o papel da educação e cultura popular, as limitações, o “tempo histórico e político”, mas, partindo do pressuposto que limitações são inevitáveis em qualquer texto histórico.

Toda a história do MCP está inserida numa luta que se acirrava entre dois pólos – o da esquerda e o da direita; pois é sabido, de antemão que, num plano externo, a bipolarização do mundo influenciou as questões nacionais. Por outro lado, foi discutido o papel do Golpe de 1964 e seus efeitos sobre o encerramento das atividades do MCP. Os militares consideraram, para os seus interesses políticos e econômicos, assaz “perigosa” a manutenção do MCP, não somente porque contava com a presença de comunistas, como por seu conteúdo. O objetivo principal era alfabetizar, e os que eram alfabetizados se tornavam críticos do mundo em que viviam, esta foi, resumindo, a essência o do MCP.

Para a elucidação de pontos obscuros acerca da história do MCP, nos valem de valiosos depoimentos. Nas entrevistas, realizadas nos estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro, obtivemos elementos novos, histórias que não foram desveladas e, o mais importante, pudemos comparar histórias de vida. Checar pontos ainda não conhecidos, ou não percebidos, pela historiografia sobre os movimentos de educação e cultura popular da época.

Outros documentos analisados, além das transcrições das fitas, foram as edições dos jornais que circulavam à época – o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio do Recife - e o Memorial do Movimento de Cultura Popular documentado e lançado em 1986, que contém as propostas e efetivações do MCP: a Cartilha do “Livro de Alfabetização para Adultos”, os discursos de Miguel Arraes, o documento de registro do MCP e o Plano de Ação para 1963.

Os métodos de análise de todos os documentos acima citados, mais os conteúdos das transcrições das entrevistas, são de quatro tipos substanciais de comparação: o individualizador, o universalizador, o globalizador e o identificador da diferença.

A escolha das fontes está relacionada, essencialmente, à possibilidade de comparação. Foi apresentada, neste trabalho, uma discussão em que o método comparativo e interdisciplinar ocupam um lugar de destaque. A análise imparcial dos jornais, a audição e a transcrição atenta das fitas elucidaram questões relevantes por sua originalidade, o que constitui o ponto alto desta pesquisa. Novos caminhos foram abertos à medida que o contato com as pessoas que viveram e trabalharam à época, no MCP, tiveram a possibilidade e o destemor de se posicionarem livremente, vencendo velhos medos.

As emoções percebidas durante as entrevistas nos revelaram um quadro de grandes possibilidades de diálogo e reflexão - Como? Onde? Quando? Por quê? As entrevistas passam a ser uma re-memorização de um espaço vivido, sendo que numa perspectiva atual.

Outros instrumentos de análise, justificados no campo da interdisciplinaridade, colaboraram com esta pesquisa - a utilização de outros recursos como a música, a arte de uma maneira geral, as fotografias, o cinema, o pensamento filosófico; enfim, de outros elementos, sobretudo por que foram produzidos nos anos sessenta. Esta junção de outros recursos desempenhou papel importante no esclarecimento dos fatos e nas relações entre eles.

Na análise dos jornais, foi verificado como a imprensa cobria os fatos: as vitórias de Miguel Arraes, a criação do Movimento de Cultura Popular e a implantação da Secretaria Municipal de Educação. No avançar das horas, nas mudanças vivenciadas dentro de um “tempo político” bastante conflitante, os mesmos jornais encaminhavam outro tipo de discurso que favorecia ao bloco hegemônico dominante. O MCP foi muito criticado por alguns grupos dominantes à medida que servia à elevação da cultura das “classes subalternas”, seguindo a terminologia gramsciana.

Os colaboradores que concederam as entrevistas presenciaram as transformações políticas tratadas nesta dissertação. Todos foram unânimes em afirmar que o MCP incomodou a “elite pernambucana”. As mudanças e as transformações que aconteciam nos anos 60 provocaram, naqueles que vivenciaram a existência do MCP, uma sensação de “vitória” o projeto de alfabetização popular, e também daquele “tempo político”.

A proposta gramsciana dos intelectuais orgânicos corrobora o quadro teórico desenvolvido no trabalho. Esses intelectuais, como podemos observar nas leituras das fontes e das entrevistas concedidas por alguns colaboradores, foram homens que elaboraram e pensaram o tempo todo o que fazer para melhor desenvolver e dinamizar as atividades do MCP. Estavam inteiramente vivenciando a experiência de elevação cultural do homem pernambucano. Queriam que os alfabetizados percebessem que a realidade precisava ser transformada, motivando-os a se tornarem agentes históricos.

Dentro do quadro teórico, também foram apresentadas as questões da política popular e da “Revolução Brasileira”. Francisco Weffort fez uma análise muito diferente da que foi relatada ao longo da dissertação em relação à figura política de Miguel Arraes. Este foi relacionado a uma política popular, engendrado no seio de um “tempo político” populista, que necessita de nova discussão.

Antônio Callado, em seu livro *Tempo de Arraes*, nos permite entender o papel de Miguel Arraes em sua prática política, revelando um comportamento mais popular de governar. No livro *Memorial de 26 anos do MCP*, alguns autores também comungam deste mesmo conceito de política popular em Miguel Arraes.

Foram analisadas algumas discussões acerca da famigerada “Revolução Brasileira” cuja expectativa animava os debates que passavam pelo MCP, mas que, à época, era eivada de entendimentos díspares.

No primeiro capítulo, foi abordado o contexto histórico em que surgiu o MCP: o mundo do pós-guerra, a Revolução Cubana, as descolonizações, a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, as idéias advindas do Instituto Social e Estudos Brasileiros (Iseb), da CEPAL, o surgimento da SUDENE; uma discussão sobre a situação do Nordeste naqueles anos 50 e 60 e, enfim, de todas as propostas, concepções e fatos que levaram à criação do MCP. Foram acrescentados os conceitos sartreanos de engajamento e responsabilidade, que ajudaram a esclarecer como o pós-guerra e um pouco antes dela, alguns homens se preocupavam com a humanidade e, sobretudo, em preservá-la.

No segundo capítulo, no quadro teórico-metodológico, foi inserido o conceito gramsciano de intelectuais orgânicos, na proposta pioneira e inovadora de educação e cultura popular do MCP. Foi tratada a relação destes intelectuais na construção do MCP. O capítulo explica o que foi o Movimento de Cultura Popular, a sua repercussão na imprensa e os grupos que fomentaram a sua realização histórica. Discutiu-se o papel do Movimento de Cultura Popular, pioneiro na educação popular no Brasil e sua repercussão na sociedade civil. Comentou-se acerca da vontade política para que ele se realizasse. Neste capítulo, foi comentada a conjuntura da existência de um extenso bloco hegemônico que permitiu a realização do MCP: Miguel Arraes, comunistas, católicos de esquerda e socialistas da Ação Popular. É neste capítulo que será realçada toda a importância do MCP como um projeto de alfabetização que espalhou, pelo país, outros projetos que se espelharam no seu método.

No terceiro capítulo, foram analisadas as críticas e divergências externas que foram alimentadas por desafetos do MCP – vereadores, articulistas e militares. Esse capítulo apresenta o comportamento da imprensa, e de alguns setores da sociedade civil que ficaram incomodados com o crescimento do MCP. O enfoque maior foi dado

na mudança substancial no comportamento da imprensa em relação ao o MCP e de como isso repercutiu. Também, foi comentada a campanha anticomunista contra o MCP.

No quarto e último capítulo, será feita uma discussão sobre as esquerdas presentes no MCP; o método de comparação utilizado, para definir e diferenciar como cada uma delas pensava o mundo e, fundamentalmente, agia no MCP, foi o individualizador. Será feita uma discussão crítica do papel das esquerdas no final dos anos cinquenta e início dos sessenta. E também as suas movimentações e impressões dentro do MCP – convergências e divergências internas.

Ainda neste capítulo foi analisado o papel do golpe de 1964 na desativação do MCP. Foram comentadas algumas experiências de vida narradas nas entrevistas, no momento do golpe de 1964 e de quando ocorreu o fim do MCP.

Capítulo 1 Novos tempos, novos caminhos – O pós-guerra e suas vicissitudes (uma análise preambular das idéias, conceitos e temas tratados nesta dissertação)

1.1 Tempo de reconstrução

A filósofa Hannah Arendt em sua existência esteve sempre preocupada com a possibilidade de uma nova guerra em dimensões catastróficas. Em vários dos seus textos ela sempre chamava a atenção para o perigo da bomba atômica e seu efeito

devastador. A detonação das bombas atômicas em duas cidades japonesas - Nagasaki e Hiroshima, aterrorizou o mundo⁸. Por isso, a preocupação da filósofa em alertar, em seus escritos, que, numa possível guerra, a ameaça do fim da humanidade seria uma premissa:

O horror que se apoderou da humanidade quando se ouviu falar da primeira bomba atômica foi um horror em relação a essa força oriunda do Universo, quer dizer, no sentido mais verdadeiro da palavra, uma força sobrenatural; a extensão das casas e ruas destruídas assim como o número de vidas humanas exterminadas só tiveram importância pelo fato de a fonte de energia recém-descoberta causar, logo em seu nascimento, morte e destruição na maior escala, possuída de uma tremenda força simbólica capaz de ficar gravada na memória (...) Com certeza, hoje ninguém mais duvida que uma terceira guerra mundial, no desenvolvimento conseqüente dessas possibilidades, dificilmente terminará de outra maneira que não com o extermínio dos derrotados. (ARENDDT, 2004, p. 90-91)

Se a sensação da humanidade era de alívio depois que a guerra total⁹ chegara ao fim e de que as forças totalitárias¹⁰ representadas pelo nazismo e pelo fascismo foram derrotadas, o medo e as incertezas com o futuro ainda pairavam. Os japoneses fizeram o Museu da Bomba Atômica, em Hiroshima, como um registro da destruição, mas, também, para afugentar o medo e substituí-la pela esperança de dias melhores. Ainda assim, os anos do pós Segunda Guerra poderiam ser considerados para muitos homens - tempos sombrios. A reconstrução urgia mas, como e de que forma começá-la?

⁸ Alain Resnais em *Hiroshima meu amor*, recentemente lançado em dvd apresenta a dialética dos casos humanos e das relações amorosas confrontando com a tragédia coletiva das destruições das duas cidades japonesas. O filme deixou um rastro de deslumbramento, de perplexidade e de polêmica em 1959, ano de sua estréia.

⁹ Conceito utilizado por Eric Hobsbawm em *Era dos extremos*, para diferenciar a Segunda Guerra Mundial onde tudo passava a ser alvo, da Primeira Guerra Mundial que concentrou seus conflitos mais nas fronteiras do continente europeu. Cf. p. 29-60.

¹⁰ Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo* apresenta como surgiram as formas totalitárias de Estado, bem como também onde estavam seus maiores representantes: nos regimes nazistas de Hitler, fascista de Mussolini e comunista de Stálin. Cf. p. 355-531. Eric Hobsbawm no mesmo livro citado na nota anterior também trabalha com o conceito de Estado totalitário. Porém, o historiador não concorda com a relação entre Stalin e o totalitarismo. Cf. p. 383-384.

A Segunda Grande Guerra levou o mundo à ruína, mas certamente o lugar mais afetado em todos os sentidos: moral, cultural, político, social e econômico fora a Europa. Quando Hobsbawn analisou na *Era dos extremos* que o final do século XX vivenciou o fim do eurocentrismo, os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial já eram sintomas de que a Europa estava deixando de ser a vanguarda da “civilização ocidental”.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, criada em 1945, ano que findou a Segunda Guerra Mundial, nascera nos Estados Unidos e não na Europa. Se na Primeira Guerra Mundial, a tênue Liga das Nações teria sua sede na Suíça, a ONU surge como um contraponto às ruínas que sobraram do pós-guerra nos países europeus, fincando sua sede em Nova York.

Por outro lado, europeus engajados, de uma infinita responsabilidade e preocupação com a humanidade, puderam respirar e agir quando terminou o grande conflito. Levantaram questões importantes e denunciaram a farsa de um mundo dominado por injustiças. Jean Paul Sartre, que fora convocado para trabalhar como meteorologista do Exército francês durante a *drôle de guerre*¹¹, e depois ficou prisioneiro dos alemães, foi um homem que podemos incluir no rol daqueles que se predispôs a reconstruir o mundo em tempos de incertezas.

Sartre fundou em 1945 a revista *Os tempos Modernos* que analisava os problemas da época. E em 1946 ele publica *O Existencialismo é um Humanismo*, obra que propõe um engajamento social e político do homem do pós-guerra. Depois de 1940, os acontecimentos políticos levaram Sartre ao engajamento e, em 1952, o filósofo ingressava no Partido Comunista Francês. Jean Paul Sartre, em seus escritos,

¹¹ Era a guerra estranha, pois não houve batalhas. De setembro de 1939 a abril de 1940, Hitler não atacou nenhum país inimigo. Cf. Coleção II Guerra Mundial, v. 1, abril 2005, p. 110-113

afirmou que a situação que determina a vida de todos nós só pode ser superada com o engajamento em projetos coletivos, o que equivale a uma proposta de ação.

Hannah Arendt escreveu grande parte da sua obra centrada na relação homem-política. Nos anos terríveis em que o Partido Nacional-Socialista Alemão manteve a sua hegemonia, a filósofa alemã, em seu recôndito, escreveu textos que revelaram o perigo do totalitarismo estabelecido por Hitler e outros ditadores contemporâneos. Ela tentou mostrar que a política estava ameaçada, sobretudo porque aqueles que estavam na periferia eram mais passíveis de serem persuadidos.

Para Hannah Arendt não há política se não houver a convivência entre os diferentes. Toda a sua discussão política está voltada para uma “reconstrução” do sentido da política, haja vista a consolidação do Estado totalitário nazista e todas as conseqüências mundiais que acarretou:

A grande importância que o conceito de começo e origem tem para todas as questões estritamente políticas advém do simples fato de que a ação política, como toda ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal, ela é, em termos de ciência política, a própria essência da liberdade humana. (ARENDR, 2002, p. 51).

Padres e comunistas se organizaram na resistência ao nazifascismo, se conheceram e se reconheceram. Os maquis e os partigianis criaram uma experiência do diálogo:

As experiências de aproximação entre cristãos e marxistas adquiridas na Europa durante a Segunda Guerra, na da resistência contra o nazifascismo, em que marxistas e padres lutaram juntos na França (os maquis) e na Itália (os partigianis) e os padres operários trabalharam em fábricas francesas, foram momentos históricos novos para comunistas e cristãos. Essa aproximação teve desdobramentos em discussões e seminários, em que intelectuais e políticos tomavam parte, principalmente na França, na Itália e na Espanha. (GÓES, 1999, p. 226)

No Brasil, muitos homens comungaram o espírito de reconstrução. O País não ficou arruinado depois da Segunda Guerra como ficaram os países europeus, mas sofreu as reverberações do conflito. A necessidade de reconstruir passava pelas idéias, como as que foram cultivadas pelos intelectuais da CEPAL, fundada em 1949, e pelos pensadores do Iseb (Instituto Social e Estudos Brasileiros), criado em 1955, ambos enquadrados na ideologia do nacional-desenvolvimentismo.

Era tempo de reconstrução no campo político, pois em 30/10/1945 o Estado Novo chegava ao fim. Getúlio Vargas era deposto e vivia-se um clima aparente de democracia. O povo brasileiro tinha a possibilidade de voltar a votar em seus representantes no campo da política porque, durante os quinze anos de ditadura getulista não houvera eleições diretas. A democracia estava se estabelecendo no Brasil, eleições regulares ocorreram até o golpe de 1964, deixando de lado o interregno do parlamentarismo. Foram eleitos, nesse período, os seguintes presidentes: General Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, para um segundo governo (agora eleito pelo povo), Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Foi, nessa conjuntura, de debates de intelectuais sobre a situação do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial, que se iniciaram no Brasil as discussões sobre a necessidade de superação do subdesenvolvimento, em especial, do analfabetismo. Os debates sobre a educação popular se intensificaram, apresentando elementos inovadores que o educador Paulo Freire de “educação libertadora”.

Na prática de uma educação libertadora, o papel de Paulo Freire foi fundamental. O educador enxergava o educando como um sujeito histórico que deveria estar livre de qualquer educação bancária.¹²Freire almejava, com seu método, rejeitar a passividade, desenvolvendo a consciência crítica do educando. Sobre o

educador Paulo Freire, o professor Moacir de Góes não deixou de comentar sua contribuição à educação, em termos de idéias e práticas, no mundo pós-guerra:

E em termos da cultura, para mim, para minha experiência pessoal e profissional, foi muito importante uma aproximação de um conceito de cultura de Paulo Freire. Quando Paulo Freire defendeu aquela postura de que a cultura, o conceito de cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. Quer dizer, o mundo está aí, mas a este mundo se acrescenta alguma coisa que o homem faz.¹³

A Segunda Guerra Mundial levou a destruição a grande parte do mundo. Mas, depois, emergiu uma consciência muito mais crítica dos problemas humanos. Mesmo nos blocos político-econômicos que se formaram depois da guerra, muitos desafiaram esses sistemas, mesmo vivendo sob suas influências. O mundo do pós-guerra era um grande desafio e passar incólume era quase impossível.

1.1.2 A divisão do mundo interferiu na liberdade dos homens

O mundo do pós-guerra precipitou contradições, tornando-se temeroso de se viver:

[...] Pela primeira vez no mundo, só há duas grandes potências; e por outro lado, também pela primeira vez, tais potências são formações econômico-sociais estruturalmente diversas e antagônicas – o que deu caráter mais generalizados ao conflito. (MICHELENA, 1977, p. 75)

Para alguns lugares do mundo, a reconstrução foi um desafio que custou a própria liberdade de expressão. A construção da democracia no pós-guerra não significava a eliminação total do nazifascismo. Ela passava por várias nuances e inúmeros acontecimentos; era uma construção permanente. Muitos países que se

¹² Termo que Paulo Freire apresentou no seu livro *Pedagogia do Oprimido*. O educador afirmara que a educação bancária era quando o educador depositava no educando todo o seu saber. A relação de hierarquia era construída e não havia uma libertação desta prática. Cf. p. 65-87

¹³ Transcrição da entrevista concedida ao autor, Rio de Janeiro, dia 28 de dezembro de 2005.

diziam “democráticos” perseguiram politicamente seus cidadãos quando receberam a pecha de serem suspeitos de defender ou não alguma ideologia contrária.

Exemplos estão nos fatos e episódios ocorridos, entre outros, com Charles Chaplin, que foi açoitado pelo macarthismo¹⁴. E, do lado comunista, também cometeram-se arbitrariedades quando qualquer perigo rondava ao modelo soviético, como o exemplo do caso Imre Nagy¹⁵. O próprio Hobsbawm lembrou que as punições de Stálin foram interrompidas na época da Segunda Guerra Mundial, mas que voltaram com toda força após a mesma: “Os anos de 1942-45 foram a única vez que Stalin fez uma pausa em seu terror”.¹⁶

Da Guerra Fria derivou a coexistência pacífica e muitos países foram forçados a se alinhar aos blocos hegemônicos – o socialista e o capitalista. Caso isso não ocorresse, eram sucumbidos à força. Mesmo com os países não-alinhados, os identificados como países de Terceiro Mundo, a opção à ideologia ou ao modelo econômico era inevitável: “previsivelmente, adotaram, ou foram exortados a adotar, sistemas políticos derivados dos antigos senhores imperiais, ou daqueles que os haviam conquistado”. (HOBSBAWN, 1995, p. 339)

A Europa Ocidental recebeu ajuda dos Estados Unidos, uma das superpotências vitoriosas da Segunda Grande Guerra. O Plano Marshall, que proveu grande parte destes países europeus, também arregimentava forças políticas para o bloco capitalista. Não deixava de configurar um mundo que tolhia a opção espontânea

¹⁴ O Senador republicano Joseph McCarthy foi o maior expoente da “caça às bruxas” promovida nos anos 50 contra os “suspeitos de atividades antiamericanas” nos Estados Unidos. Cf.: MUNHOZ, Sidney. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). O Século Sombrio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 273-274; HOBSBAWN, op. cit, p. 232)

¹⁵ o primeiro-ministro Imre Nagy havia proposto uma liberalização política e a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia. Acabou sendo retirado do cargo e depois executado. A URSS implantara um tipo de socialismo que fugia do curso inicial da sua história, quando na verdade os objetivos que eram, inicialmente, democracia direta e o fim do Estado, foram transformados em ditadura do partido único cf. CHÂTELET, François. História das idéias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 221-231; HOBSBAWN, Eric. Tempos interessantes: Uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p. 222-244

¹⁶ HOBSBAWN, op. cit. p. 47.

por qual ideologia política. Os partidos comunistas na Europa Ocidental passaram pelo monitoramento, pois qualquer deslize dos partidos hegemônicos apoiados pela burguesia, poderiam chegar ao poder. Daí o temor da grande superpotência capitalista do comunismo sair vitorioso. Mas houve uma “flexibilização” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a fim de se evitar conflitos maiores:

Portanto, quer se trate de Portugal, da França ou da Itália, o provável é que a URSS exerça forte pressão para que os comunistas atuem moderadamente, para não perturbar em demasia a détente com os Estados Unidos e, sobretudo, para que não veja na difícil posição de ter que abandonar um país socialista amigo para evitar o risco de ter um confronto nuclear com os Estados Unidos. (MIGUELENA, 1977, p.113)

A Europa Oriental que, em quase toda a sua extensão, fora “libertada” pela missão soviética do julgo nazista, acabou passando pelo alinhamento forçado ao bloco comunista. Stálin, o líder russo, não abriu mão da influência da União Soviética sobre parte do Leste europeu.

O mundo ficou configurado entre possíveis ameaças e movimentos de alguns países que almejavam construir seus territórios sem nenhuma interferência das superpotências. Mesmo que na Guerra Fria não se detonasse nenhum conflito que levasse à destruição em grande escala, o perigo rondava a todos. O grande destaque do pós-guerra foi a divisão do mundo em países socialistas e capitalistas, com as suas respectivas ideologias. Muitos foram os países que tiveram esses contrários influenciando a política. O Brasil não fugiu à regra.

1.1.3 A explosão demográfica, o efeito da urbanização e as mudanças de comportamento da população mundial

Viver no mundo do após Segunda Guerra Mundial não era só um enigma de como seria o seu futuro, mas temer o perigo constante que ameaçava a humanidade.

Os acordos, as divisões, a bipolarização e a nova configuração do mundo eram assuntos discutidos a partir da nova forma de se fazer política. Mas o que fugiu do alcance da política foi o aumento da população mundial, mesmo em países que fizeram um planejamento populacional.

O mundo certamente vivenciou, por assim dizer, uma enorme explosão demográfica. Nos países do chamado Terceiro Mundo, a população aumentou consideravelmente, não acompanhado do crescimento econômico. Continentes inteiros como, por exemplo, a África e grande parte da Ásia, apresentaram um enorme aumento populacional, não acompanhado de desenvolvimento de suas economias. Muitos países destes continentes viviam abaixo da linha da pobreza com uma população gigantesca.

Tomando como base a África, a Ásia e a América Latina, no período entre 1950 a 1960, suas populações “são acrescidas de um efetivo igual à população da França” (GEORGE, 1970, p. 20). Comparando economicamente, neste período, a situação destes continentes com a da França, este País ocupava o terceiro lugar entre as economias da Europa Ocidental e uma das melhores do mundo. Enquanto na África e na Ásia ainda ocorriam as lutas pela descolonização como condição para melhorar a vida de seu povo. Curiosamente muitos desses países tinham como uma das metrópoles a própria França.

O Brasil passou por transformações com o advento da industrialização fomentada nos anos em que Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek governaram. Todavia, as enormes disparidades regionais constituíam um obstáculo ao crescimento. As disparidades entre o Nordeste e o Sul-Sudeste continuavam gritantes. A riqueza amealhada pelos brasileiros do Sul-Sudeste era maior que a do Norte-Nordeste:

O problema complica-se por causa da enorme disparidade regional – ao mesmo tempo que setorial. Mais de dois terços do produto nacional bruto dizem respeito à economia dos Estados da Guanabara, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná, para menos de 50% da população total. O Nordeste, como um terço da população, participa como menos de 15% do produto nacional bruto. (GEORGE, 1970, p. 208)

Outra mudança importante que o século XX vivenciou foi a urbanização. Grandes cidades do mundo inteiro passaram por um aumento populacional devido a oferta de emprego nas indústrias. O Brasil não escapou desse fenômeno, pois o País sofreu uma enorme queda em sua população rural e um grande aumento de sua população urbana. Contudo, esse aumento não trouxe melhoras nas condições de vida, pelo contrário, contribuiu para o aumento das desigualdades socioeconômicas que as grandes cidades brasileiras passaram a enfrentar. O Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, mesmo com o aumento da população urbana e uma queda da população rural, não encontrou solução para o fim da opressão e do estado de miséria no campo.

Os países ricos contaram com uma vontade política e souberam aplicar o dinheiro do Plano Marshall que serviu para a reconstrução de seus países. A Europa Ocidental renasceu das cinzas do pós-guerra e suas antigas cidades e poderosíssimas capitais puderam voltar a brilhar como outrora.

O grupo dos países desenvolvidos presenciou, depois da Segunda Guerra, uma rápida modernização tecnológica, uma melhoria nos transportes, na rede de comunicações; suas indústrias souberam reestruturar a produção, distribuindo melhor as riquezas e, conseqüentemente, expandindo esses capitais a outros países através das multinacionais.

Esse processo de urbanização contribuiu para mudanças muito importantes no mundo e também para a revolução no comportamento da população. Todavia, a heterogeneidade e as disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no panorama do mundo do pós-guerra, agravou-se.

A mudança no comportamento da população através da urbanização veio de imediato. O mundo que emergiu depois da Segunda Guerra abandonava o estilo mais conservador e revelava um novo estilo de pensar, agir e sentir. Novas idéias foram fomentadas, como por exemplo, o existencialismo sartreano. Nas palavras de Miguel Armony, o existencialismo foi uma nova contestação: “Valia o fato de existir, centrado em si mesmo. Mais que tudo, a liberdade sexual. Amor livre. Sexo sem compromisso, sem culpa”.(ARMONY, 2002, p.140)

A educação foi outro fator que se manifestava como necessidade básica dos novos tempos. Muitos países ainda possuíam a grande parte de sua população analfabeta. A demanda por vagas crescia enormemente e a oferta de educação era um desejo de muitos intelectuais.

A educação universitária proporcionou, para alguns grupos seletos, a oportunidade de lutar por aqueles que não tinham acesso à educação. Também foi o momento de os jovens tornarem-se mais críticos diante de um mundo desigual. Os estudantes universitários foram desafiadores em seu tempo e sensíveis às causas sociais. Eles mobilizaram a humanidade num tempo em que o mundo estava bipolarizado e, ideologicamente, divergente.

No fim dos anos 50, até 1964, aconteceu aqui no Brasil, sobretudo no Nordeste, a arregimentação de jovens estudantes universitários em torno de movimentos de cultura e alfabetização popular. Era a tentativa de juntar a teoria com a prática, aspirando o fim do analfabetismo. O engajamento tornava-se realidade.

A revolução sexual foi outra importante mudança de comportamento ocorrida na segunda metade do século XX. As mulheres se perceberam como importantes para o mercado de trabalho e foram buscar uma vaga, competindo de igual para igual com os homens. As revoluções socialistas ocorridas nos século XX fomentaram a igualdade

entre os sexos e a participação das mulheres em setores que eram de exclusividade dos homens, o que representou uma quebra de tabu na divisão do trabalho por sexo. A educação conservadora pregava a superioridade do homem sobre a mulher. A partir do pós-guerra, a mulher começava a romper esta tradição.

1.1.4 As revoluções no campo da política como mudança do panorama mundial do pós-guerra

As revoluções devem ser compreendidas não no sentido de mudança e transformação de toda uma estrutura política, social e econômica. Mas também de desafio à ordem estabelecida, mesmo que malograda a tentativa. Sobretudo, se o sentido for “o aparecimento da liberdade” (ARENDR, 1988, p.23). Em alguns casos, uma revolução triunfante e, em outros casos, uma transformação sem revolução. É como afirmou Zizek sobre a substância sem a sua principal substância: “café sem cafeína, creme de leite sem gordura, cerveja sem álcool [...] uma guerra sem guerra [...] a política sem política”. (ZIZEK, 2003, p.24- 25)

Neste período do pós-guerra, quando as ideologias socialistas e capitalistas ficaram bem concretizadas e os países, que as representavam, começaram a disputar áreas onde pudessem impor as suas influências, manifestava-se a Guerra Fria, que foi a guerra ideológica entre o capitalismo e o comunismo.¹⁷

A Revolução Russa de 1917 foi considerada de fato “a revolução mundial” (HOBSBAWN, 1995, p. 71), pois apresentou uma alternativa de modo de produção fora da hegemonia do capitalismo. Note-se que o grande desafio da revolução socialista era derrotar o imperialismo, uma variante do capitalismo monopolista-financeiro da segunda metade do século XIX.

¹⁷ SIZEK, Slavoj. Bem vindo ao deserto do real. São Paulo: Boitempo editorial, 2003. p. 72

A revolução triunfante na Rússia passou por várias etapas, bem como por contradições – a Rússia não tinha uma burguesia tão hegemônica – e também por conflitos de paternidade – Trotsky almejava a revolução permanente e Lênin pretendia estabelecer os bolcheviques no poder.

O desejo de ver o mundo todo comunista, proposta defendida por Trotsky, estava se tornando uma possibilidade. Os ideais socialistas eram associados ao fim das injustiças sociais, motivando assim os seus simpatizantes. O movimento comunista se espalhava e arregimentava forças em muitos países: na Espanha, na China, na Argentina, no México, na Alemanha, no Brasil e muitos outros: “a Revolução de Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo”. (HOBSBAWN, 1995, p. 72)

Pouco tempo depois da Segunda Grande Guerra, em 1949, a Revolução Chinesa liderada por Mao Tsé-tung era vencedora, derrotando do campo-cidade o que restava do Partido Kuomintang de Chiang Kai-shek. Anos depois, a União Soviética e a China disputariam a hegemonia do comunismo internacional.

Mao Tsé-tung acusaria a União Soviética de sobrepor os interesses nacionais soviéticos aos dos trabalhadores. A URSS seria acusada pelo líder revolucionário chinês de também fazer concessões ao imperialismo, que estava sob a hegemonia dos EUA, através de um “pacto secreto”.

Neste pacto, um novo “Tratado de Tordesilhas” se formava - a União Soviética se comprometia a não ampliar a sua área de hegemonia, enquanto os Estados Unidos não deveria invadir os limites do pacto de Varsóvia ou, como acusava Churchill, a “Cortina de Ferro”. Contudo, como afirmou o professor Moacyr de Góes: “1/3 da humanidade percebeu-se sob a bandeira do socialismo”.¹⁸

¹⁸ Entrevista concedida ao autor em 28 de dezembro de 2005 no Rio de Janeiro.

O Partido Comunista Soviético (PCUS) afirmava a teoria monocêntrica sobre o movimento comunista internacional, ou seja, a proposta de ser o grande centro do movimento internacional e também voltado para os interesses nacionais em primeiro plano.

Enquanto o Partido Comunista Chinês (PCCh) propusera um policentrismo do movimento revolucionário, do movimento comunista. A China defendia a tese de que não deveria haver um centro, e, sim, que em cada país esse movimento tivesse capacidade de identificar sua especificidade, sua particularidade, criando suas condições próprias. Essa ruptura dentro do mundo comunista teria uma forte influência aqui no Brasil, chegando mesmo a haver a formação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha chinesa, e muitas outras cisões.¹⁹

Em 1959, ocorreu a Revolução Cubana, que não foi considerada de fato uma revolução comunista. Cuba torna-se comunista em 1961, depois da tentativa malograda dos exilados cubanos de invadir a ilha e derrotar o regime castrista.

A revolução triunfante derrota o imperialismo hegemônico dos Estados Unidos na América Latina. Os estadunidenses, desde o século XIX, foram ampliando a sua extensão territorial, fundamentados ideologicamente na Doutrina Monroe²⁰, a começar pela tomada da Califórnia ao México em 1848.

A Revolução Cubana incomodou os Estados Unidos, pois o medo que toda a América Latina seguisse seu exemplo tornava-se uma preocupação crescente: “Para os Estados Unidos, o grande perigo que Cuba representa não é o exemplo da rebeldia antiimperialista, mas sim o da construção socialista. Cuba é que acabará por ser o

¹⁹ A propósito sobre essas divergências na esquerda brasileira entre os anos 1960 e 1970 – cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 13-188.

²⁰ Estadista norte-americano, quinto presidente dos Estados Unidos; seu nome ficou associado à famigerada doutrina que afirmava: “América para os americanos”. Era o princípio do domínio ideológico dos estadunidenses sobre quase todo o continente americano. Cf. MOURA, Gerson. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Contexto, 1991, p. 14-18.

grande modelo dos países latino-americanos.” (HADDAD, 1961, p. 13) As mitificações em torno dos líderes revolucionários – Fidel Castro e Che Guevara – pulularam em todo o continente. A juventude admirava esses dois grandes líderes da Revolução Cubana, sem desmerecer nenhum dos outros. Seus revolucionários foram agraciados como ícones, porque transformaram Cuba num país de "posse de sua soberania”. (ibid, p. 94)

No Brasil, sobretudo no Nordeste, políticos de direita acusavam alguns movimentos de comunistas e “perigosos” – as ligas camponesas, os sindicatos rurais, o Movimento de Cultura Popular, e outros, pela proposta revolucionária de transformação de toda²¹ a sociedade. A região nordestina era o alvo das catilinárias e, ao mesmo tempo, temida pelos anticomunistas que achavam que a região poderia tornar-se uma nova Cuba. A Revolução Cubana foi a vanguarda do que poderia se transformar numa solidariedade transnacional dentro do continente americano, sobretudo na América Latina. A região Nordeste foi comparada a Cuba devidos os Acontecimentos políticos, naquele começo dos anos 60.

A América Latina estava destinada ao subdesenvolvimento. Na região havia o contraste entre os bem-nutridos e os mal-nutridos. Uma enorme população, uma quantidade ingente de países que aprendiam a pôr em prática o que o legado histórico formou muito tarde – emergir um Estado Nacional para todos.

Os Estados Unidos espalhavam em toda a América Latina o seu poder econômico – através das companhias multinacionais e, militar – através da política de alinhamento via política da “boa vizinhança”²² ou mesmo através de intervenções. Malograram em Cuba, mas não deixou de espalhar o terror na região, na América Latina, para evitar uma nova Cuba.

²¹ Segundo Karel Kosik em a *Dialética do Concreto* o todo é identificado com o dialético e não todos os fatos. Cf. p. 35.

A América Latina tornava-se a periferia do mundo capitalista, assim como a Ásia e a África. E a expansão de movimentos comunistas no continente foi mais um motivo de vigilância da política imperialista dos estadunidenses. Conforme analisou o historiador Eric Hobsbawm e o cientista político venezuelano, José Agustín Silva Michelena, a coexistência pacífica (proposta surgida dentro da Guerra Fria entre as superpotências, Estados Unidos da América - EUA e URSS) levou a América Latina ao furacão dos golpes militares.

Os Estados Unidos deram “apoio” à Guatemala, em 1954, quer dizer, à atitude golpista do Coronel Castillo Armas para derrubar o governo reformista de Jacobo Arbenz, que expropriou terras da poderosa multinacional estadunidense – United Fruit Company²³, presente neste país da América Central. No Brasil, o golpe de 1964 teve até um suporte militar dos Estados Unidos que, na verdade, não foi usado - a Operação Brother Sam. A intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965 teve a alegação de que era para salvaguardar os cidadãos-americanos no País, mas esqueceram de dizer que muitos interesses econômicos estavam em jogo. O golpe militar no Chile, que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, em 1973, foi mais uma das “ajudas” oferecidas pelos Estados Unidos aos países da América Latina. Os opositoristas ao governo Allende receberam uma quantia de oito milhões de dólares para sabotar todo o governo.

Na América Latina, como a formação do Estado Nacional havia sido muito recente e a predominância da figura do caudilho era uma herança histórica, construir uma democracia para todos ainda constituía um sonho. O fato é que a América Latina teve seu ensaio revolucionário posto em prática, mesmo que detido por interesses que se tornaram hegemônicos – os econômicos.

²² Cf. MOURA, op. cit., p. 25-32.

A vitória das forças de coalizão de esquerda no Chile, a ascensão do movimento nacionalista no Peru e o apoio dos comunistas ao governo de João Goulart geraram um clima de histeria no Continente. Contudo, esses movimentos foram todos rechaçados com a ajuda do imperialismo americano: “Dentro de tal contexto internacional, os Estados Unidos sentiam-se na necessidade de fazer todo o possível para evitar um governo socialista na América Latina [...]” (MIGUELENA, 1977, p. 163-164)

O fato é que a divisão do mundo possibilitou movimentos revolucionários e também de resistência. Todavia, as atrocidades foram um exagero que a sociedade política cometeu – golpes, torturas e terror de Estado.

Na orbe dos países socialistas, houve revoluções, ou o que depois recebeu a alcunha de “primavera”. A Revolução Húngara de 1956 desafiou o comunismo imposto pelos soviéticos. Imre Nagy anunciou o fim do sistema unipartidário, mas o contexto da Guerra Fria, sobretudo o da coexistência pacífica, não permitiu a abertura. O resultado foi a repressão do exército soviético. As execuções não tardaram.

A Primavera de Praga, em 1968, foi um movimento que almejava a desestalinização da Tchecoslováquia. O sonho de transformar a Tchecoslováquia num país socialista de feição mais humanista foi rechaçado. Milan Kundera, no livro *a insustentável leveza do ser*, que depois foi transformado num belíssimo filme, narra com pesar a tragédia: "os dirigentes tchecos haviam sido levados pelo Exército russo como criminosos, ninguém sabia onde estavam, todos temiam por suas vidas e o ódio pelos russos embriagava como uma bebida alcoólica.”(1985, p. 31)

²³ Cf. CHASTEEN, John Charles. América Latina: Uma História de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 211-213

Os erros cometidos nos mundos socialista e capitalista foram ingentes²⁴. Inúmeras atrocidades, violações aos direitos humanos chegaram a limites insuportáveis. Portanto, o mais difícil de acreditar foi que uma parte desta tragédia ocorreu também no mundo socialista: “o mecanismo da ideologia do extermínio consiste exatamente na desumanização: os índios não eram homens para os conquistadores espanhóis [...] os inimigos de classe não eram homens para os comunistas.”²⁵

Muitos são os exemplos dos erros e exageros na era do socialismo real, sobretudo quando os assassinatos ordenados por Stálin vieram à tona na antiga União Soviética: “a autocracia de Stalin foi certamente o coroamento do sistema, mas foi sobretudo sua verdade” (CHÂTELET, 2000, P. 232). Na China, o fanatismo em torno do Livro Vermelho de Mao Tsé-tung gerou muitas mortes e uma caçada frenética aos chamados “inimigos da classe”. Fomentada pelas guardas-vermelhas, base do poder do líder chinês, a Revolução Cultural foi um período de terror para muitos intelectuais e membros do Partido Comunista Chinês.

Na esfera capitalista, as violações aos direitos humanos também não ficavam de fora destes abusos contra a humanidade. Os exemplos estão nos golpes militares sustentados e apoiados pelos Estados Unidos. E o mais gritante é que os países mais ricos do mundo capitalista sabiam de casos de mortes e de desaparecimentos e, mesmo assim, não romperam relações com os países que viviam sob ditaduras. A África e, em grande parte, a América Latina foram exemplos de continentes que violaram os direitos humanos.

²⁴ Cf. PERRAULT, Gilles (org.). O livro negro do capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000; COURTOIS, Stéphane (et al.) O livro negro do comunismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

²⁵ BOBBIO, Norberto. [opinião sobre os crimes cometidos pelo comunismo]. São Paulo, 1998. Entrevista concedida ao jornal L'Unità e reproduzida pela Folha de São Paulo em 24 de maio de 1998.

O mais importante deste período foi poder contar com engajamento de homens que mesmo vivendo num modo de produção capitalista ou socialista puderam tornar vidas um ato de responsabilidade com a humanidade. Houve o momento em que o socialismo deu a sua grande virada, como foi o caso da Iugoslávia: “[...] a autogestão chega ao fim de sua fase de descentralização: atinge uma nova etapa, a da integração. [...]” (GARAUDY, 1970, p. 140) A autogestão permitiu a participação dos operários na produção e na divisão da mesma e a Iugoslávia, assim, seria a pioneira de um tipo de socialismo que não estava mais sob a égide dos soviéticos.

No mundo capitalista, na esfera da Europa ocidental, os países da Escandinávia gozavam de plena liberdade e de alta qualidade de vida. Encontraram um caminho que permitiu um alto padrão de distribuição de riquezas. Sobretudo, no chamado auge dos anos dourados, quando mudanças tecnológicas puderam ser experimentadas - da televisão aos robôs automatizados: “a era de ouro democratizou o mercado”. (HOBSBAWN, 1995, p. 264). Foi o momento em que se tornou possível juntar liberalismo econômico e democracia social.

1.1.5 O pós-guerra trouxe a possibilidade das descolonizações de antigos enclaves coloniais.

O artista plástico Carlos Vergara, no início dos anos sessenta, fez uma exposição numa galeria de arte chamada G4 no Rio de Janeiro. O mais interessante é que, nesta exposição, havia um furo na parede e um cartaz chamando a atenção para ver o que havia dentro. No buraco, havia a seguinte frase: “Em vez de você ficar nessa posição ridícula olhando esse buraco, porque não toma uma atitude diante de tudo que está acontecendo?”²⁶

Muitos homens se engajaram para transformar a sociedade, mesmo que o perigo da Guerra Fria, da corrida armamentista e da dissimulada coexistência pacífica

impusesse uma regulação do comportamento humano. O que permitiu que muitos homens saíssem da inércia e concretizassem um ato político.

As descolonizações na Ásia e na África aconteceram no momento em que esgotava-se o imperialismo. Grande parte dessas colônias viviam em atraso. Várias etnias foram organizadas numa mesma área colonial, ignorando-se os valores culturais de cada uma delas. Se em algumas descolonizações tudo se deu de forma pacífica, em outras a brutalidade foi um fenômeno indesejável.²⁷

As superpotências correram atrás das ex-colônias deixando para trás as antigas metrópoles, no contexto do desmoronamento da velha ordem. Ambas deram “apoio militar” aos movimentos sociais, principalmente, pelo interesse de expansão de suas zonas de influência.

Na Ásia, alguns países vão apresentar “ajuda” para mostrar ao rival que é forte e habilidoso, quando se tratava de ampliar sua influência. É o caso da Índia e do Iraque - que receberam o apoio da URSS, enquanto o Paquistão e o Irã dos EUA.

Naquele momento, refletia-se sobre a planificação da economia, conforme defendiam os russos, assim como uma progressiva transnacionalização das economias fomentada pelos estadunidenses. Essas eram as opções hegemônicas que predominaram nos debates do pós-guerra,

Na África o processo de descolonização foi muito violento. A Argélia viveu um período de horror, entre os anos de 1954 e 1962, para obter a emancipação da França. As colônias portuguesas, tardiamente, seriam emancipadas através de muitas lutas que se reverberaram até bem pouco tempo.²⁸

²⁶ Minissérie Anos Rebeldes, Rede Globo de Televisão, 1992.

²⁷ Cf. FERRO, Marc. (org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 424-437; 575-635; 884-908.

²⁸ Cf. OLIVER, Roland. A experiência africana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 254-294.

As descolonizações deixaram feridas abertas. A língua do colonizador, as infra-estruturas e o subdesenvolvimento foram os legados históricos de quase um século de colonização. Contudo, as perdas de muitas vidas humanas ainda estão à espera de um reparo.

Para aqueles que rejeitavam o alinhamento às superpotências, a Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, se organizou com representantes dos Países que se intitulavam – Terceiro Mundo. E o que de fato caracterizou a existência deste termo foi seu subdesenvolvimento num momento de explosão demográfica.

Esses países almejavam a construção de uma sociedade socialista e igualitária e o motivo pelo o qual estavam reunidos foi, justamente, a proposta de ajuda mútua contra quaisquer agressões dos países imperialistas, mormente, Estados Unidos e União Soviética.

O panorama do mundo do pós-guerra foi bastante diversificado. A divisão do mundo acirrou as tensões entre ideologias opostas. Se o mundo depois da Segunda Guerra era cheio de enigmas, não se pode negar a riqueza de discussões, em todos os níveis e escalas.

1.2 O Brasil e a construção do Estado Nacional

1.2.1 A educação e o trabalhismo em Vargas

Getúlio Vargas marcou sua passagem na História do Brasil ao fincar as bases do capitalismo nacional: com as indústrias de base e a legislação trabalhista, com forte presença do Estado. O final da Segunda Guerra Mundial levou à “redemocratização” com a derrubada da ditadura Vargas. Entretanto, a obra trabalhista de seu primeiro governo não se completara. A legislação trabalhista e outras conquistas sociais não chegaram ao campo; o índice de analfabetismo era altíssimo. Portanto, foi no cerne

destas contradições que algumas forças políticas emergiram, e as preocupações no campo da educação e do trabalhismo tornaram-se presentes.

A “Era Vargas”, se caracterizou pelo estabelecimento de uma política calcada no nacionalismo econômico: “emancipação econômica, industrialização, ocupação do território, reintegração das relações cidade-campo, ruptura da dependência semicolonial etc.” (IANNI, 1977, p. 63) Entretanto, a presença do latifundiário (numa estrutura agrária arcaica) constituía um obstáculo à elevação do padrão de vida do homem do campo, em especial, do nordestino. O tempo do trabalhador era totalmente ocupado pelo trabalho, o que impedia sua integração à cidadania:

Verificou-se que quando todos os outros fatores que arrancam o sitiante à sua vida no bairro estão praticamente desaparecidos – quando não registra seus filhos nem casa legalmente; quando não vota por ser analfabeto; quando comparece somente às festas religiosas de seu bairro e não frequenta romarias – ainda assim a economia o força a sair do círculo restrito em que vive, mesmo que seja para vender o excedente de um produto qualquer na sede municipal.(QUEIROZ, 1973, p. 13-14)

A partir de 1937, com o Estado Novo, a educação apresenta uma característica patriótica, em consonância com o nacionalismo econômico. O civismo vai ser incorporado ao comportamento da população. A esta altura, a arregimentação de jovens que comporiam a juventude mobilizada (semelhante ao que Hitler e Mussolini fizeram) havia arrefecido. Gustavo Capanema, importante ministro que reformou a educação, discordou desta mobilização.

Verifica-se, também, uma preocupação em alfabetizar uma população que em 1940 atingia a 56%. Em comparação com a Argentina, o Brasil estava muito atrás.²⁹ Getúlio Vargas investiu em políticas públicas e, através do seu ministro Gustavo

²⁹ E continua assim, é só observar o IDH que se constatará esse fato. Em 1995, segundo a fonte “The State of the World’s Children 1998, Unicef, 1998” revela que o número de alfabetizados na Argentina é de 96% e no Brasil 83%. No Chile é 95%, Uruguai 97% e Paraguai 92%, países que têm um PIB inferior ao Brasil.

Capanema, implementou uma reforma da educação em todos os níveis. Contudo, mesmo com o envolvimento e preocupação do ministério, a alfabetização não atingiu igualmente todo território nacional. A educação continuava elitista, faltavam escolas que atendessem à enorme demanda.

O pensamento liberal que predominou na República do café-com-leite não foi reproduzido integralmente pelo governo de Vargas. Em certos momentos, manifestava um ferrenho antiliberalismo: “pouco a pouco, o nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da idéia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes” (IANNI, 1977, p. 69).

Contudo, o país continuava a representar o atraso no que diz respeito à alfabetização. A República Velha não se ocupou devidamente da educação de todo o povo brasileiro. Somente a classe dominante tinha acesso à educação que contribuía para o fortalecimento de sua hegemonia.

As propostas de educação de Anísio Teixeira, no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”³⁰ e, depois, de Gustavo Capanema, buscavam alcançar toda população. Com todos os percalços decorrentes das desigualdades sociais e históricas entre campo-cidade, Gustavo Capanema implementou um programa em sintonia com as exigências do projeto modernizador capitalista, industrializante e nacionalista. Tais melhorias na educação beneficiaram inicialmente os principais centros urbanos:

1. O desenvolvimento da obra educativa nacional deverá processar-se de acordo com um programa ou plano nacional de educação, a ser organizado com a maior urgência.

³⁰ O Documento se tornou um grande referencial dentro da proposta de renovação do sistema educacional do país. Sem contar que o país vivia uma nova era, sobretudo porque a Revolução de 1930 havia trazido uma renovação política. Dentro das propostas do manifesto: uma escola integral, única, laica, pública, obrigatória e gratuita, buscando democratizar o ensino dando oportunidades de ensino para todos os grupos sociais. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/manifesto_dos_pioneiros_da_educacao> acesso em: 27/01/2006

2. O Plano Nacional de educação traduzir-se-á num programa geral de procedimentos e realizações, a que fiquem obrigados os poderes públicos, nas suas três esferas, e que dêem margem às proveitosas iniciativas particulares.”³¹

A preocupação em mudar a realidade, manifestada pelas ações de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, durante o governo Pedro Ernesto, contrastava com a desigualdade herdada da República Velha. Manifestou, no início dos anos 30 do século XX, uma percepção que só através do trabalho e da educação, o Brasil poderia realizar mudanças que a modernização exigia. Tudo se passava em concomitância, por assim dizer, com a construção do Estado Nacional brasileiro naquele momento.

O lado administrador e empreendedor de Getúlio e a “vontade de potência”³² - termo emprestado do filósofo Nietzsche, vai ser canalizado para uma ditadura que se prolongou por anos, mas que permitiu a formação de uma sociedade urbana crítica sob a ideologia do capitalismo nacional. Um bloco composto pelo Exército nacionalista e uma classe média³³ urbana deram suporte a Vargas, que se entusiasmaram com o seu governo nacionalista e anticomunista, sobretudo a partir de 1937, apoiando o golpe do Estado Novo.

Getúlio criava, assim, um Estado forte e centralizador e, nesta nova organização, a luta se travou no campo do social e do ideológico para transformar e universalizar a educação. O meio rural ficava de fora e muito distante dessas transformações. Muitas fazendas do Nordeste ensinavam as crianças no próprio espaço

³¹ Gustavo Capanema, Notas, pasta IV, p. 721-3 in: GOMES, Angela de Castro (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. RJ: Editora FGV, 2000, p.153.

³² Cf. JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 245 .

³³ O conceito de classe média é tão complicado como o de burguesia. Nestes anos entre a metade dos anos trinta e quarenta, as classes médias podem ser representadas pelos imigrantes, Trabalhadores não-manuais beneficiados pelo trabalhismo de Vargas. Para Boris Fausto ela é uma criação do capitalismo apresentando uma característica conservadora. Cf. FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, v. 10, p. 449-457.

rural. Muitos professores vinham de fora para lecionar, pagos pelas prefeituras. A maioria não dispunha da mesma estrutura educacional dos meios urbanos mais adiantados.

O trabalhismo foi outro aspecto que modificou a relação capital versus trabalho. O sistema de sindicalização varguista foi vital para a sobrevivência do trabalhismo, sendo a organização do operário regulamentada pelo Ministério do Trabalho. Esse tipo de controle afugentava a movimentação dos comunistas que, depois do golpe do Estado Novo, foram silenciados por muitos anos.

Getúlio Vargas pôs o sindicato sob a tutela do Estado, designando líderes, apelidados de pelegos, que conduziam os movimentos sindicais, manobrando conflitos para favorecer a ação do Estado.

A organização do trabalho na *Era Vargas* revelou que a capacidade de melhorar as condições de vida do trabalhador urbano não apresentava o mesmo acicate quando se tratava de organizar o trabalho no campo. O campo novamente ficava de fora. E uma enorme massa urbana surgia apresentando novas demandas.

Utilizando os termos gramscianos, a sociedade civil e o Estado varguista buscaram um consenso em torno de uma ideologia trabalhista que tentava retirar, do cenário, a luta de classes. A perseguição aos comunistas permitiu essa constatação. Formou-se um frágil bloco hegemônico que não resistiu à crise política do final da Segunda Guerra Mundial. O “Queremismo”, na campanha eleitoral de 1945, após a libertação dos presos políticos, foi um fator desencadeador desta crise. Setores da sociedade, inclusive a alta classe média se manifestaram com medo do comunismo, apoiando a deposição de Vargas.

Iniciava-se a Guerra Fria, e as provocações estadunidenses contra as idéias comunistas se difundiam pelo mundo. No plano externo, assistia-se a vitória do

comunismo de Stálin sobre a Alemanha Nazista. Internamente, a alta classe média, conservadora e liberal, reagiu quando se sentiu ameaçada pela iminência de mudanças políticas no bojo da conjuntura do pós-guerra. A baixa classe média, ao contrário, se caracterizava pela aceitação de uma concepção estatista.³⁴

Em, 1945, Vargas foi deposto por um golpe militar. A sociedade civil vai participar de uma eleição, a exceção dos analfabetos, quando mais de seis milhões de pessoas votaram para eleger um novo presidente. Formava-se uma coalizão em torno de um bloco hegemônico de característica anticomunista – a classe dominante, o Exército, a Igreja Católica e os trabalhadores que seguiam a orientação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que deram suporte ao novo governo do presidente eleito, o general Dutra. Contudo, esta formação incluindo diversas classes, não era monolítica.

O PCB acossado, após as eleições de 1945, foi posto na ilegalidade, no final 1947 - o estado coercitivo contra a esquerda ficou no lugar do consenso mais uma vez. Na verdade, o pós-guerra, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e o conservadorismo do bloco hegemônico fez predominar o anticomunismo. Este bloco hegemônico não era sólido em si, e só estava unido por interesses econômicos que naquele momento Dutra parecia representar.

1.2.2 Do segundo governo Vargas ao início dos anos sessenta

Os aprofundamentos de crises políticos são bem marcantes neste período e vão ser decisivas nos anos sessenta. Num primeiro momento, observa-se em Vargas um político que não é o mesmo centralizador de antes. Seu discurso mudou. Apresentou conteúdos chamando a atenção para uma “democracia socialista” e até mesmo “democracia dos Trabalhadores”. (FAUSTO, 2004, p. 308).

³⁴ Cf. FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, v. 10, p. 470-474

A União Democrática Nacional (UDN) apoiada por setores liberais e simpatizantes da Guerra Fria, tentou evitar o crescimento das ações nacionalistas de Vargas. A UDN contava com o apoio de parte das forças armadas: Marinha, Aeronáutica e parte do Exército, que hostilizavam Getúlio desde o final da Segunda Guerra Mundial. Tudo isso agravou a crise política que levou Getúlio Vargas ao suicídio, adiando o golpe que seria perpetrado dez anos depois, em 1964.

O papel de Vargas perdurou: a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a forma como ele organizou os sindicatos de trabalhadores foram medidas que se estenderam à acusação imputada a João Goulart, de estar criando uma “república sindicalista”. Vale lembrar que, quando Ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart assustou a burguesia, a classe média e as forças armadas que não viram com bons olhos a duplicação do salário mínimo.³⁵

As contradições aumentavam e neste período estavam sob o véu da ideologia do nacional-desenvolvimentismo. A reforma agrária continuava a ser a grande luta que envolveu intelectuais de esquerda, comunistas, políticos sintonizados com a luta no campo, padres progressistas, trabalhadores rurais e ligas camponesas. Neste sentido, as discussões em torno dos problemas do campo eram bem divergentes em fins dos anos 50 e início dos anos 60.

O rádio de pilha desempenhou importante papel na cultura de massa. O camponês escutava a notícia de que o trabalhador urbano recebia salário mínimo, enquanto que o seu trabalho não tinha regulamentação. Constatava-se no campo um alijamento, acompanhado de péssimas condições de vida, precárias condições de trabalho e a existência de um analfabetismo anacrônico, nos anos cinquenta.

³⁵ O cientista social Otávio Ianni analisou em seu livro *O colapso do populismo no Brasil* esse fato do aumento dos salários ter assustado uma parte da sociedade que temia perder privilégios. Diante da conjuntura que se apresentava, foi muito mais fácil para a classe média apoiar a intervenção dos militares com o golpe de 1964. Cf. p. 132.

A luta, no Congresso, pela reforma agrária é amainada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, para não contrariar o Partido que lhe deu apoio – o Partido Social Democrata (PSD), um reduto de latifundiários. O contraste campo-cidade se acentuava. As tensões pesavam sobre a relação camponês versus latifundiário:

A opressão tradicional das relações primitivas sobre os camponeses recebia o acréscimo da nova fase de desenvolvimento capitalista, trazendo exigências maiores de trabalho, aumento de instabilidade, despejos sumários e marginalização. Por isso mesmo, em vários pontos do território nacional, avolumaram-se os choques entre latifundiários e posseiros, parceiros, colonos, moradores e forreiros. (GORENDER, 1998, p. 20)

O segundo governo Vargas falou de reforma agrária no discurso de 1º de maio de 1952 e, posteriormente, em 1955, este assunto esteve presente no PTB, que introduziu este tema em seu programa; na campanha do general Lott em 1960; no governo Jânio Quadros em 1961, em sua breve passagem pela Presidência; no discurso da ala Bossa Nova da UDN e, por último, no governo de João Goulart até 1964, através da campanha pelas conhecidas Reformas de Base. Estas aprofundaram a discussão sobre a reforma agrária e preocupou a direita: as classes dominantes (rural e urbana), setores da classe média e das forças armadas. O temor do sucesso da Revolução Cubana causava uma total insegurança nestes setores da sociedade brasileira. Mesmo com a injusta relação social do campo, estes setores não se interessavam por mudanças.

As Reformas de Base anunciadas por João Goulart, buscavam novos caminhos que saíam da linha política conservadora, seguida até então. As reformas se mostravam progressistas no discurso de João Goulart:

É a hora das reformas. A hora das reformas de estruturação , de métodos de estilo de trabalho e de objetivo, para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformas. Que não é possível acomodar-se e admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional. Para milhares de brasileiros, o caminho da reformas é o do progresso e da paz social. Reforma, trabalhadores, é solucionar pacificamente contradições de uma ordem jurídicas superada pela realidade em que vivemos.[...]

A Reforma Agrária é indispensável para melhorar o nível de vida, possibilitar a melhor remuneração do povo urbano. Intelectuais, estudantes, industriais, que se interessam e querem o desenvolvimento do País sabem que a Reforma é necessária e indispensável para que a vida social e econômica possa progredir.

Como garantir a propriedade privada quando, de 15 milhões de brasileiros que trabalham na terra, apenas dois e meio milhões são proprietários? O que pretendemos fazer no Brasil não é diferente do que já se fez em países subdesenvolvidos do mundo. É a etapa do progresso que devemos conquistar e haveremos de conquistar. É esta manifestação deslumbrante, que presenciamos, é o testemunho mais vivo de que a Reforma Agrária será conquistada pelo povo brasileiro.[...]

Tenho autoridade para lutar para a reforma da Constituição, porque essa reforma, indispensável, tem o único objetivo de abrir caminho para a solução harmônica dos problemas. Não me animam, e é bom que a Nação me ouça, quaisquer propósitos de ordem social. Os grandes beneficiados serão, acima de tudo, o povo e os governos que vierem, a quem desejamos entregar esta Nação emancipada, resolvidos democrática e pacificamente os seus graves problemas. Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do Congresso Nacional a Mensagem Presidencial deste ano. Nesta mensagem, estão bem claras e expressas as intenções e objetivos do governo. Espero que os senhores congressistas, e seu patriotismo, compreendam o sentido social e ação governamental, cuja finalidade é acelerar o progresso do país e assegurar melhores condições de vida, pelo caminho da reforma democrática.

Também está consignada a reforma universitária, proclamada pelo povo brasileiro e difundida pelo estudante universitário, que sempre tem estado na vanguarda dos movimentos populares e nacionalistas. Ao lado dessas medidas o governo continua examinando outras medidas e providências fundamentais em defesa do povo e das classes populares. [...] Hoje , com alto testemunho da Nação reunida na praça que ao povo pertence, o governo, que é também do povo e ao povo pertence, reafirma seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as sua forças pelas reformas tributária, eleitoral, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, peã justiça social e, ao lado do povo, pelo progresso do Brasil.³⁶

O país era um campo da periferia do sistema capitalista e o governo de Juscelino Kubitschek fez questão de reafirmar e ratificar que o Brasil era dependente

³⁶ Publicado no Jornal do Brasil de 14 de março de 1964.

do capital estrangeiro para se modernizar. A análise de Caio Prado Júnior acerca da realidade brasileira caracteriza o momento da revolução que se preconizava:

Efetivamente, o nosso desenvolvimento econômico, enquadrado no sistema imperialista – e é isso que se propõe com apelo ao concurso de empreendimentos imperialistas, e que de fato se está no momento realizado no Brasil – se pautará necessariamente pelos interesses dos trustes aqui instalados que se farão, como já acontece e será cada vez mais o caso, o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. (PRADO JUNIOR, 1966, p. 88)

As Ligas Camponesas assumem a vanguarda da luta no campo. Através da sua poesia, Ferreira Gullar revela a opressão do camponês:

[...] Ao lado de Julião,
falando aos caboclos para
dar melhor compreensão
e uma Liga organizara
pra lutar contra o patrão,
pra acabar com o cativoiro
que existe na região,
que conduz ao desespero
toda uma população,
onde só o fazendeiro
tem dinheiro e opinião.³⁷

Outros setores mais sensíveis às lutas sociais, como por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), começaram a se envolver com essas questões sociais: a polêmica reforma agrária, o problema do desenvolvimento e das migrações, que vinham no bojo destas disparidades regionais.

As Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o PCB buscaram a organização do trabalho rural dando-lhe sustentação ideológica e social para a formação dos sindicatos. A luta foi pela melhoria da vida do trabalhador rural, mas não significava, entretanto, que todos estivessem em sintonia.

³⁷ GULLAR, Ferreira. Toda a poesia. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2000, p. 118

Os conflitos no campo ganharam força, Getúlio Vargas não conseguira organizar há tempo as leis trabalhistas para o meio rural. Juscelino Kubitschek quis tratar da questão agrária dentro da esfera das alianças que o elegeram, sem mexer em “casa de marimbondo” – o Partido Social Democrata - formado por uma grande maioria de latifundiários.

Nas migrações ficavam visíveis as diferenças entre campo e cidade. A Igreja católica, as Ligas Camponesas e o PCB procuraram criar os sindicatos rurais a partir das suas influências ideológicas – o primeiro buscando o diálogo, o segundo a “reforma agrária radical” (COSTA; SANTOS, 1998, p. 22) e o terceiro - a revolução pacífica. Novos atores sociais, numa perspectiva Weberiana, foram a mola propulsora para que essas forças progressistas chamassem o povo a buscar uma nova hegemonia – a construção de um espaço mais democrático, menos heterogêneo.

Não se pode negar a influência da Igreja Católica na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão que vai ter a preocupação de elevar o nível de vida do povo nordestino e tentar acabar com o subdesenvolvimento da região. A Igreja Católica, já sensibilizada com o problema do camponês, tentou controlar o meio rural e, no curto governo Jânio Quadros, em 1961, criou o Movimento de Educação de Base (MEB), que apresentou uma cartilha bastante ousada para a época, além das aulas pelo rádio no campo. Sua cartilha era ainda mais revolucionária se comparada à que foi elaborada pelo MCP – embora inspirada nela - pois apresentou as imagens do trabalhador - como ele era explorado e o que ele deveria fazer para sair daquela situação.

1.2.3 Novos rumos na política dos anos sessenta

Em 1960, a distribuição de renda era questionada pois a riqueza gerada não era igualmente distribuída e os conflitos sociais se agravavam. Novas crises vão ocupando a esfera da sociedade civil. Externamente, travava-se de uma luta entre os países socialistas e os capitalistas, o que acabou reverberando na política interna brasileira. As ideologias foram também confrontadas na sociedade brasileira e as divergências motivadas por elas se acirraram ainda mais depois da Segunda Guerra Mundial. Fazendo referência ao termo “longa duração” ou, mais propriamente, “conjuntura”³⁸, de Braudel, os anos 60 vêm seguindo os acontecimentos que remontam à Revolução Russa, à crise das democracias liberais, ao estabelecimento do Estado keynesiano e à nova ordem mundial proposta pelas superpotências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.

Nos quatro primeiros anos da década de sessenta – recorte temporal deste trabalho - observam-se, para efeitos de reflexão, resultantes da conjuntura do mundo do pós-guerra, os seguintes aspectos:

1- O florescimento de programas de alfabetização de educação e cultura popular e o recrudescimento de forças progressistas que tinham como um dos objetivos elevar a consciência do povo, para que ele transformasse a sua realidade a partir de uma visão crítica e questionadora do mundo a seu redor. A presença de intelectuais comunistas (PCB), socialistas (AP) e católicos de esquerda, a exemplo do que aconteceu no Movimento de Cultura Popular, marcou a existência de um desses programas. O MCP, objeto desta análise, foi um desses programas de alfabetização que ousou, em seu tempo, porque propôs o encontro do homem com sua realidade sócio-cultural, numa perspectiva crítica. Outros importantes projetos de educação e cultura popular pulularam em outros Estados do Brasil nesse período: em Natal, o “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” (1961 - 1964); na Paraíba, a Campanha de Educação

³⁸ Cf. BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 41-78.

Popular da Paraíba (CEPLAR) -1962 a 1964; e no Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) – 1961 a 1964;

2- As crises políticas – da renúncia de Jânio Quadros ao golpe de 1964 que depôs João Goulart;

3- Uma radicalização da esquerda, que gerou rachas e cisões acerca do entendimento da realidade brasileira, mais precisamente na discussão proposta por João Goulart quando anunciou as Reformas de Base;

4- O crescimento de um discurso cada vez mais conservador e direitista, presente na classe média urbana, no Congresso, nas forças armadas e na classe dominante. O bloco hegemônico que Jango tentara formar, que incluía até a burguesia nacional, voltou-se, depois contra ele, unindo-se com conservadores e anticomunistas, em torno de interesses golpistas;

5- A influência da encíclica “Mater et Magistra” - que enfatizava a questão da socialização e do Concílio Vaticano II (1962- 1965) - que apresentava uma Igreja mais direcionada aos pobres. Unindo católicos de esquerda e comunistas em prol de um mundo melhor.

6- E finalmente, o tratamento dado pelos intelectuais de esquerda à questão do analfabetismo foi de grande relevância histórica. A proposta engajada desses homens progressistas, avessos ao quietismo, teve, num primeiro momento, uma “vontade de potência” de desmontar o autoritarismo arraigado em inúmeros setores da sociedade, personificado na política, nas cátedras vitalícias e no senso comum da classe média.

Por aproximação, esses são alguns pontos relevantes e de grande importância que perfilarão do final da Segunda Grande Guerra, ou até um pouco antes, ao início dos sessenta. São fatos que, sucintamente, revelam alguns aspectos importantes do panorama da política brasileira do pós-guerra. Da Era Vargas ao golpe de 1964, sob a

armadura política representada no “populismo”, houve uma manifestação da sociedade civil que possibilitou inúmeras transformações. Podemos assinalar que houve uma guerra de posições de alguns setores progressistas, bastante significativa, para se compreender esse tenso período.

A educação universal era outra questão a exigir respostas - abandonadas as propostas de Anísio Teixeira e Gustavo Capanema - mas não esquecidas por alguns intelectuais. Este é o contexto político, social, cultural e econômico no qual vai ser criado o Movimento de Cultura Popular. O Brasil não queria assumir que era um país subdesenvolvido e escondia “debaixo do tapete” todos os seus índices negativos. Neste panorama de indefinições, o papel de alguns intelectuais engajados com a educação e cultura popular, para elaboração de uma nova forma de reconstruir o país, é imprescindível. Um país também se faz com atos voluntários e de boa vontade³⁹. Os papéis exercidos pelo Iseb, a CEPAL, a Sudene e sobretudo o MCP – com uma proposta de educação libertária - não escaparam da ação destes homens engajados. Toda esta organicidade, que surgiu no cerne das contradições do nacional-desenvolvimentismo e daquele período conceituado por muitos especialistas de “populismo”, apresentou um caráter de responsabilidade em transformar a realidade do País em todos os níveis. Engendrou do nacional-desenvolvimentismo e do “populismo” uma possibilidade, uma força capaz de queimar, superar aquela etapa. E nesta trilha, o Movimento de Cultura Popular encontrava um ambiente propício. Em 1958, o MCP entraria na sua fase embrionária com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

³⁹ Proposta feita por João XXIII ao chamar todos os homens de boa vontade para o Concílio Vaticano II – inclusive os comunistas – a fim de discutir as transformações do mundo naqueles anos sessenta.

Capítulo 2 O Movimento de Cultura Popular nasce da boa vontade de se respeitar a pluralidade de idéias

2.1 A idéia de educação e cultura popular começou a nascer no final dos anos 50

Uma nova geração se formou depois da Segunda Grande Guerra e, com ela, novas idéias puderam enriquecer um mundo que apresentava grandes disparidades socioeconômicas. Sartre chamava a atenção para o engajamento:

a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira (...) o homem que se engaja e que se dá conta de que ele não é apenas aquele que escolheu ser, mas também um legislador que escolhe simultaneamente a si mesmo e a humanidade inteira, não consegue escapar ao sentimento de sua total e profunda responsabilidade. (SARTRE, 1984, p.7)

O engajamento se fazia presente nas superestruturas⁴⁰. A sociedade brasileira vinha passando por transformações. A rápida e turbulenta experiência democrática vivenciada nos anos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart não efetivaram a plenitude de todos os direitos sociais e políticos.

A intelectualidade mais sensível aos problemas sociais em sintonia com as idéias desenvolvidas – verificadas no capítulo 1 – colocava o “fermento na massa”. O pensamento isebiano foi muito importante para a reflexão dos problemas nacionais. Ângela Vieira ex-integrante do MCP em entrevista ao autor revelou que ao final dos anos 50 o que chamava a sua atenção era um momento de esperança e progresso:

Sentimentos bons proliferavam no mundo todo. De democracia, o sofrimento trouxe isso. O sofrimento que o mundo todo passou com a guerra. Aqui no Brasil, com o governo de Juscelino Kubitschek, a instalação de Brasília, o início de um processo de industrialização, a indústria automobilística trouxe todo um sentimento positivo. O orgulho de ser brasileiro e uma perspectiva de crescimento para o Brasil. Agora, um crescimento que era diferente de um crescimento que até então não se tinha. Era uma perspectiva de nacionalismo. Um desejo de descobrir o que era a cultura brasileira. O que era ser brasileiro. E, então em todas as camadas sociais a gente sentia, por exemplo, sobre a cultura brasileira, sobre o povo brasileiro. Você viu o otimismo também na administração de Juscelino, que com todos os seus

¹ Utilizarei a conceituação e exemplificação de Karl Marx que apresenta a superestrutura na organização política, educacional, religiosa, cultural, etc. Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Centauro, s/d. p. 5-106.

percalços foi um tempo que trouxe um otimismo geral para a sociedade brasileira. Uma necessidade da nacionalização das empresas.”⁴¹

Os intelectuais liam acerca de muita coisa que estava circulando naquela época. A proposta inovadora do Iseb foi o ponto culminante para se pensar os problemas brasileiros além de ter fomentado a intelectualidade brasileira. O seu pensamento está presente também nas discussões e preocupações do Movimento de Cultura Popular quando ele é inaugurado em 13 de maio de 1960.

O Iseb propusera uma tomada de consciência da realidade brasileira. Renato Ortiz ao pesquisar sobre o isebianos afirmou que: “os intelectuais do ISEB analisam a questão cultural dentro de um quadro filosófico e sociológico”(ORTIZ, 2003, p.45). Ele nasce no clima do nacional-desenvolvimentismo, na tentativa de se afastar daquele passado intelectual, concebendo a idéia de cultura como transformadora das estruturas socioeconômicas.

Confirmando o que o próprio Ortiz aponta no cerne da proposta isebiana, o seu pensamento serviu como base para os ideais políticos dos movimentos dos anos sessenta: “A teoria isebiana, ou pelo menos parte dela, penetra tanto as forças de esquerda marxista quanto o pensamento social católico” (Ibid, p. 48). Isso fica muito nítido quando observando a composição do Movimento de Cultura Popular – católicos de esquerda e comunistas – e suas ações dentro do projeto, que foram feitos de momentos de busca para a solução de como erradicar o analfabetismo, partindo das condições sociais e econômicas dos alfabetizados e do mundo da cultura deles.

²Trechos da entrevista concedida ao autor desta dissertação em 17/02/2006 em Jaboatão/PE. A autora apresentou dentro do seu ponto de vista uma perspectiva positiva que ela sentia sobre aquele período de curta normalidade democrática; e, sobretudo, de fé no futuro no mundo do pós-guerra onde tudo estava se reconstruindo. A colaboradora entrevistada era estudante de ciências sociais quando o Movimento de Cultura Popular se formou. Ela participou como estudante, pois em toda a existência do MCP afluíram muitos estudantes que participavam entusiasmados com a possibilidade de mudar o mundo, de erradicar o analfabetismo e frutificar o senso de

O Iseb é pioneiro na discussão dos problemas brasileiros e invoca, evoca, clama, faz brandir a necessidade de um desenvolvimento nacional e também, aponta para uma práxis de transformações históricas: “A comunidade brasileira alcança, nesta segunda ,metade do século, um momento do seu processo histórico que se caracteriza por peculiares e inéditas condições” (PINTO, 1959, p. 11).

O final dos anos cinquenta dentro de um consenso de grandes estudiosos³ do período acentuou grandes contradições, sacudiu a sociedade brasileira e provocou o surgimento de movimentos e novos atores sociais. Os isebianos já citados preocuparam-se com uma ideologia que servisse ao período que estava vigente – o nacional-desenvolvimentismo. Contudo, a sua contribuição não deixou de ser importante para se pensar os problemas nacionais que para aqueles intelectuais deveriam tocar a massa, dando-lhes a conscientização: “O processo de desenvolvimento é função da consciência das massas”. (Ibid, 1959, p.35)

Toda a discussão feita pelos isebianos foi importante para outros intelectuais começarem a refletir também sobre outras necessidades. A partir da análise desse final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, constata-se que é um período de uma profunda dialética, que vai desembocar numa síntese bastante desafiadora – necessidade e mudança.

Nesse clima todo de profundas transformações, levando em consideração os estudos isebianos acerca da realidade brasileira, dos problemas nacionais, um novo desafio se lançou – O II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Nas palavras de

justiça social. Ângela Vieira em trechos de sua entrevista chamou a atenção para a festiva e engajada participação dos estudantes no MCP.

³ Cf. Pinto, Álvaro Vieira. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro:MEC, 1959; PAIVA, Vanilda. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. São Paulo: Graal, 2000; FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964; esses autores apresentam novidades na discussão daquele final dos cinquenta e início dos sessenta. Três autores de momentos diferentes que analisaram a realidade brasileira, percebendo o que permanecia e o que estava mudando como necessidade.

Moacir de Góes a educação popular tem um nascimento rodeado de muita festividade e responsabilidade:

Nós podemos dizer que a parte teórica ela nasce no II Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1958, no qual Paulo Freire vai defender uma educação com o povo e não para o povo. Não é uma questão de uma doação de cultura, é uma questão de descoberta do caminho que nos leve, democraticamente, à construção do conhecimento, isto através de meios materiais – de slides, de projetores, de uma discussão quebrando o formalismo da escola. **E ao quebrar esse formalismo da escola se procurava também queimar algumas etapas;**

Juscelino vai dizer 50 anos em 5. A educação popular também tem essa preocupação de queimar etapas e integrar ao projeto, não somente – o ler, escrever e contar, mas aí surge um dado da maior importância que é a conscientização. **A proposta de Paulo Freire de conscientização – o Homem - se procura ver o Homem como um todo. O Homem econômico, o Homem político, o Homem social, o Homem da cultura, Nesse campo que a teoria se desenvolve a partir de 1958; eu procuro dizer que os anos 60 nascem em 1958, com esse congresso.**⁴

Fica evidente, nesse depoimento, que houve uma leitura daqueles que participaram do II Congresso Nacional de educação de Adultos em 1958 dos estudos que os intelectuais do Iseb desenvolveram. Só que numa perspectiva mais ampla, esses intelectuais que estiveram no Congresso associam a questão da conscientização à educação. Então, no momento em que os programas de alfabetização da década de sessenta surgem o resultado que se quer realizar é alfabetizar e conscientizar numa perspectiva de educação e cultura popular. Uma compreensão de como desenvolver essa “nova educação” manifestou-se.

2.1.2 Por aproximação de idéia nasce o MCP

As propostas inovadoras do Iseb, a sensibilidade da intelectualidade de classe média nordestina, a realidade que urgia mudança, o engajamento de grandes homens

⁴ Entrevista concedida ao autor dessa dissertação no dia 28/12/2005 em sua casa no Rio de Janeiro.

que perceberam a necessidade de mudança foram pontos importantes para se entender o porquê da urgência.

O II Congresso de 1958 abriu margem para as discussões em torno da participação do povo nas decisões políticas. Era obrigatório o eleitor ser alfabetizado para que ele pudesse votar. Era uma restrição aos direitos do sufrágio universal e se teve a conscientização grave desse problema. Muitos intelectuais se preocupavam em formar alfabetizados com a consciência política. Silke Weber, ex-integrante do MCP, lembro um episódio em que o pedagogo Paulo Freire comentava sobre a conscientização do alfabetizando poder votar: “Para mim pouco importa que alguém vai votar em Lacerda, ou vai votar em Jango. Para mim importa que ele sabe em quem votou.”⁵ Era uma chamamento à conscientização. Porque a preocupação não era de alfabetizar somente. Era de educar levando o educando à crítica, à libertação. Era uma proposta de educação libertária buscando a justiça social, a preocupação com bens materiais e culturais, de cunho humanista; estimulando a busca, a pergunta, a descoberta e a inquietação. Paulo Freire mesmo dizia:

Que a nossa atualidade apresenta uma cultura em elaboração – uma sociedade em trânsito: I- DE economia de caráter complementar pelo comércio exterior. II- PARA uma economia de mercado, com predomínio de um capitalismo florescente. III- DE formas rigidamente antidemocráticas. IV- PARA formas plasticamente democráticas, em antinomia umas com as outras. (FREIRE, 1959, p. 113)

Em 1958, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos foram estabelecidas as bases dos movimentos de alfabetização popular que circularam em início dos anos sessenta sobretudo, no Nordeste:

⁵ Entrevista concedida ao autor dessa dissertação no Departamento de Ciências Sociais da UFPE em 20/02/06.

a) O Movimento de Cultura Popular que foi inaugurado no Sítio da Trindade em 01 de maio de 1960, na cidade de Recife/PE – objeto principal de análise dessa dissertação;

b) O “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” da Prefeitura da cidade de Natal/RN, lançado em 1961;

c) O Movimento de Educação de Base que foi criado em 1961 durante o curto período de Jânio Quadros na Presidência da República. Os bispos da CNBB lançaram o MEB conveniado com o governo federal;

d) A CEPLAR (Fundação da Campanha de Educação Popular da Paraíba) fundada em 1962;

e) Os Centros Populares de Cultura (CPCs) que nasceram em 1961 por ocasião de uma excursão do Teatro de Arena ao Rio de Janeiro;

O Movimento de Cultura Popular que irá ser analisado mais adiante em toda a sua estrutura e história, fomentou todos esses outros projetos citados acima. A efervescência era muito grande, bem como a urgência de fazer algo pelo povo, pela massa.⁶ Desse grande encontro que foi o II Congresso de 1958 saiu uma proposta bastante interessante de se fazer algo para erradicar o analfabetismo. A enormidade desse Congresso foi de ter criado sementes que deram frutos enriquecedores.

2.1.3 Os analfabetos no Brasil na década sessenta

A democracia no Brasil teve momentos de ausência, de fragilidade e de falta de plenitude para de fato consolidar-se. De ausência democrática quando em alguns momentos históricos houve intervenções ditatoriais. De fragilidade quando a

⁶ O conceito de povo e de massa utilizado nesse trabalho é o de Nelson Werneck Sodré: “Massa é a parte do povo que tem pouca ou nenhuma consciência de seus próprios interesses, que não se organizou ainda para defende-los, que não foi mobilizada ainda para tal fim. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 32-39.

capacidade de realizar a democracia ficou impedida por interesses maiores, ou seja, que estavam acima da política – impedimentos de candidatos eleitores tomarem posse. E de falta de plenitude quando o acesso à democracia não chegou a grande maioria – esse exemplo está presente em quase toda a história republicana, da miséria à falta da educação.

Os analfabetos não gozavam de direitos políticos até 1988, e também não eram contemplados com o sufrágio universal. A sensação para um analfabeto era como se faltasse a visão, ou até mesmo um estado de relegado à inutilidade. Esses eram os sentimentos que muitos homens puderam descrever depois que foram alfabetizados. Puderam se sentir úteis desde o momento que começaram a ler e escrever e conseqüentemente incluídos quando passaram a votar. A experiência freireana em Angicos constatou a liberdade de poder ler, poder votar, etc.

Segundo o censo de 1960 mais de 20 milhões de adultos eram analfabetos.⁷ Era um fardo que o país carregava. Um índice que manchava a história do país. Além do analfabetismo deveria se levar em conta:

- a) As disparidades regionais – O sul industrializado e um norte agrícola;
- b) O elevado número de pessoas semi-alfabetizadas – a alfabetização também se concentrava em alguns centros urbanos;
- c) O crescimento de analfabetos em vários censos registrados – não mudava o sistema e a população aumentava. Logo, uma população de analfabetos crescia cada vez mais;
- d) O analfabetismo na zona rural – não havia até 1963 nem sindicalização rural, muito menos escolas;

⁷ Cf. DUARTE, Sérgio Guerra. Por que existem analfabetos no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p.15

e) E a inaptidão dos governos de incrementar a alfabetização – as propostas de mudar o quadro do analfabetismo não passava de bravatas eleitoreiras;

Esses fatores acentuavam mais o que era grotesco, lúgubre e desanimador. Para uma minoria – a acessibilidade à escola; para uma grande maioria – uma incapacidade de atendimento escolar, pois faltavam escolas. Os fatos são que a urbanização ainda estava acontecendo no Brasil no final dos anos cinquenta; a industrialização ainda estava no seu começo; e a rede escolar em muitos lugares ainda nem existia. Em Recife, quando Miguel Arraes assumiu em 1958 a prefeitura do Recife, não havia uma rede municipal de ensino.

Esses índices alarmantes de analfabetos também foi um fator para que muitos intelectuais brasileiros arregassem as mangas e fossem realmente sair do campo teórico – para de fato ir para a solução prática. O combate ao analfabetismo contou com o engajamento desses intelectuais orgânicos. Erradicá-lo do País foi missão que aglutinou forças progressistas: membros da Igreja que se aproximaram das idéias de esquerda, comunistas, um voluntariado engajado, estudantes, etc. Foi uma mobilização que se deu num lugar pioneiro – Pernambuco. Mais precisamente, a cidade de Recife. E essa constelação de personalidades notáveis e sensíveis pôde efetivar um projeto de educação e cultura popular que extrapolou limites. Saiu do Recife para Pernambuco todo. E, depois, deste estado para o Brasil.

Para que a cidade do Recife fosse palco desse evento que arregimentou forças das mais distintas, mas que tiveram um interesse comum - que era o de eliminar o analfabetismo, teve que contar também com outro fato muito importante – a vitória de Miguel Arraes para Prefeitura da cidade de Recife.

2.1.4 1958: além do II Congresso de Educação de Adultos também teve a eleição de Miguel Arraes

Esses dois acontecimentos no mesmo ano de 1958: o II Congresso de Educação de Adultos e a eleição de Miguel Arraes para Prefeito vão ser importantes, pois vai possibilitar a abertura de um caminho que vai desencadear na formação do Movimento de Cultura Popular.

As idéias discutidas no II Congresso – mudanças pedagógicas, se relacionaram com a vontade política de Arraes – voltadas para o povo pernambucano. Vai ser estabelecida uma conexão entre esses acontecimentos em que intelectuais de esquerda foram participar de trabalhos de alfabetização popular.

A Frente do Recife assim denominada a aliança feita com o objetivo de eleger Miguel Arraes prefeito da cidade de Recife, era uma novidade política numa cidade assaz politizada. Dos depoimentos concedidos para a elaboração deste trabalho, os termos utilizados pelos colaboradores – “tempo histórico e tempo político” – revelam que esse momento de conduzir essa nova forma de fazer política acenava para uma sensibilidade para os problemas mais populares. E essa aliança política – Frente do Recife – Ia ao encontro dessa conjuntura – A ascensão da esquerda e a criação do projeto de educação e cultura popular.

Vejamos, primeiramente, trechos das entrevistas sobre esse “tempo histórico”:

Porque me parece que no Recife, e depois noutras experiências que vão ocorrer, mas pela primeira vez no Recife se teve a visão de que a esquerda poderia conquistar o poder, não pelas armas, mas pelo voto. E como seria isso possível? Seria possível se a esquerda rachasse o centro. Provocasse o rachamento do centro e a se aliasse a uma parte desse centro. Essa é a experiência da Frente do Recife que vai eleger Arraes Prefeito do Recife e depois Arraes Governador de Pernambuco. E antes de Arraes se eleger Governador de Pernambuco, com a mesma visão, com a mesma proposta, como o mesmo **tempo histórico**, a eleição de Djalma Maranhão, prefeito de Natal.⁸

⁸ Entrevista de Moacyr de Góes concedida ao autor no dia 28/12/2005.

Nessa declaração acima citada constata-se que houve de fato um “tempo histórico” que pretendeu anunciar novos desafios até então nunca vivenciados. Era um momento de ascensão de uma esquerda numa região castigada pela desigualdade - Nordeste. Essa esquerda conseguiu chegar ao poder no Nordeste, onde o predomínio de coronéis vem desde a formação da república velha – e não era “milagre” de Padre Cícero. Esse momento possibilitou uma nova dialética, uma nova síntese. Anunciando uma nova forma de fazer política voltada para a população excluída.

Miguel Arraes em sua trajetória procurou como um “homem telúrico”⁹ romper radicalmente com aquele conservadorismo e atraso. Ele foi um político que se engendrou daquela política tradicional e arcaica do Nordeste onde quem determinava as ações eram os coronéis ou latifundiários.

A Frente do Recife apresentava em sua formação e base, três pilares: Baltar um homem que era católico; Pelópidas Silveira que era o Prefeito de Recife e socialista em sua orientação política; e por fim, Miguel Arraes político de vocação socialista, mas sem ter uma identidade ideológica com ela. Três políticos de concepções diferentes de ver e pensar o mundo, mas que juntos apresentaram uma afinidade para mudar aquela realidade num sentido amplo do educacional ao econômico.

Recife tinha uma tradição de luta. O Prefeito era nomeado pelo representante das oligarquias do Estado e a capital era relegada a um segundo plano. Contudo, mesmo com todo essa política antidemocrática não fugiu às tradições de lutas, procurando votar na oposição. Do momento em quem a Frente do Recife chegou à vitória, passou a definir os interesses mais concretos da população da capital, buscando responder aos seus anseios.

⁹ Termo utilizado por Moacyr de Góes em sua entrevista no dia 28/12/2005.

Uma nova ação administrativa foi lançada, e o povo participava das discussões que repercutiu em todo o Estado. Quando Miguel Arraes chegou ao Governo do Pernambuco o seu modelo de administrar o município foi levado à esfera estadual.

Maria Adosinda em sua entrevista contou dois episódios interessantes que se passaram com Miguel Arraes, já no Governo do Estado em 1963:

Ele deslocou, ele tinha essa, naquela época, você veja que era tudo tão rápido, tudo tão urgente, que eu não vi depois nos outros governos ele fazer isso. Deslocou o governo do Estado para Palmares. Na cidade da Zona da Mata que seu posicionamento geográfico era propício e também, o local. Então era um barraco. Então ele deslocou todinho, eram cabanas, em barracos, secretaria disso, de saúde, secretaria de administração...O governo do Estado foi governar a partir de Palmares. Saiu do Recife, da capital e foi governar em Palmares durante mais de uma semana.¹⁰

Outro episódio curioso relatado pela mesma colaboradora: “as pessoas tomavam a benção – papai Arraes. Uma imensidão de gente.”¹¹

Miguel Arraes em sua trajetória que vai de Prefeito a Governador de Pernambuco imprimiu uma marca que não é considerada populista, muito embora as pessoas acostumadas com um determinado tipo de política, ainda confundiam sua figura com a de um “líder messiânico”. Em entrevista concedida em 1978, Arraes resumiu um pouco o que era romper com o passado e apresentar uma novidade na forma de governar: “um movimento amplo, que [...] tentava sair dos estreitos limites da política institucional, para raciocinar diferentemente sobre os problemas da comunidade e, por consequência, do Estado e do próprio país.” (TAVARES; MENDONÇA; 1978, p. 3)

Francisco Weffort, em seu estudo sobre o populismo, fez uma análise que necessita de revisão acerca da política de Arraes. Não cabe aqui fazer uma discussão exaustiva do que foi o populismo, muito embora a abordagem acerca desse conceito

¹⁰ Trecho da entrevista concedida por Maria Adosinda no dia 21/02/2006 em Jaboatão/PE.

¹¹ Idem

(tanto por intelectuais de extrema esquerda como pela direita) tenha perdido seu sentido, carecendo de revisão ou já sendo revista por diversos teóricos. Portanto, relacionar Arraes a uma política populista como fez Weffort, associando-o ao populismo porque ele estava inserido ao reformismo nacionalista, é de uma incorreção.¹²

Antonio Callado se aproxima mais da idéia de que Arraes estava indo ao encontro das massas desesperançadas sem deixar de outorgar-lhes o direito à cidadania, à inclusão, à liberdade. Callado define o “tempo de Arraes” como uma revolução sem violência:

Dois fatores principais se terão combinado para favorecer o aparecimento desse clima pernambucano de liberdade: um movimento de agitação de massas que preencheu, em poucos anos, o papel da educação que essas massas nunca tinham tido, e a eleição para o Governo do Estado, de um homem do povo. Miguel Arraes é o primeiro homem do povo a dirigir uma das unidades de maior atraso mental e mais arraigadas pretensões aristocráticas do Brasil. (CALLADO, 1964, 20-21)

Por aproximação entre a eleição de Arraes à prefeitura de Recife e a sua sensibilidade em mudar a administração, acaba desencadeando no Movimento de Cultura Popular. seguindo seus objetivos políticos ao se eleger Governador do Estado de Pernambuco, ele ampliou o MCP.

2.2 Vanguardismo político e cultural no Nordeste e no Recife

2.2.1 O Nordeste e suas contradições

A região nordestina apresentava as condições mais miseráveis do país. Nela estava arraigada a situação subdesenvolvida que o Brasil cultivava. E os anos de 1950 e 1960, a pobreza e a desigualdade se acentuavam frente à modernização que o país vinha desenvolvendo durante os anos Juscelino Kubitschek (JK). A música “Carcará” de João do Valle e José Candido dá a dimensão de como o subdesenvolvimento era

¹² Cf. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003. p. 38-47.

crônico: “Carcará, pega, mata e come”. Por analogia constata-se a condição de fome que o povo nordestino passava. Maria Bethânia, em 1965, cantava a mesma música no show que deu no teatro Opinião. Dentro da música acrescentava trechos, como é de seu perfil, que revelavam as condições pelas quais passavam os nordestinos para fugir da fome e não concorrer com a Ave pelo pouco ou nenhum alimento que existia: “1950, mais de dois milhões de nordestinos viviam fora dos seus Estados natais; 10% da população do Ceará emigrou; 13% do Piauí; 15% da Bahia; 17% da Alagoas.”¹³

A população emigrava atrás de emprego, de salário e de comida. Não havia escola, educação, saúde, emprego descentes, além de exportar matéria-prima para o Centro-sul do país. Havia uma participação marginal de sua população na economia. Altos índices de mortalidade infantil assolavam a região.

Celso Furtado, em suas análises, enxergava que o problema do Nordeste era grave, necessitando não só de políticas públicas, mas também de governantes sérios. O economista chamava a atenção de que o desequilíbrio e a desarticulação levariam à região as tensões sociais crescentes.

No clima de industrialização e desenvolvimentismo crescente no país em fins de cinquenta, a solução que o economista via para a região era de um “impulso industrial”(FURTADO, 1962, p. 52). O Nordeste na visão de Celso Furtado deveria ser analisado “como um problema de desenvolvimento” (Idem, p. 56-57).

Num “tempo histórico”, num “tempo político”¹⁴ a Sudene foi uma instituição fomentadora do desenvolvimento da região quando surgiu na década sessenta. Como incentivador da criação da Sudene, Celso Furtado acreditava que o órgão poderia fomentar o desenvolvimento da região: “Elevou-se, assim, o nível de toda a discussão

¹³ Trechos musicados pela cantora Maria Bethânia dentro da música “Carcará” no famigerado show no Teatro Opinião em 1965.

política na região. Haver vinculado o problema do desenvolvimento ao debate político, eis a chave do apoio que recebeu a Sudene da opinião pública.” (Idem, p.62)

Miguel Arraes na posse para o governo do Estado em 31 de janeiro de 1963 apresentou um discurso que não só pertencia a esse clima de desenvolvimentismo, mas que também estava em sintonia de que algo deveria ser feito em socorro à região. Eram palavras que não tinham nada de demagógicas e nem de bravatas:

O Nordeste somos nós, esse contexto monstruoso e anti-humano no qual milhões de pessoas consomem sua energia vital, ou fecundando e gestando seres que jamais chegarão a viver, ou tentando alimentar crianças que jamais terão energias para crescer e produzir, ou disputando a vida com doenças que a miséria, o atraso e a fome disseminam a cada dia.[...]Essas desigualdades regionais e sociais, esse desenvolvimento desigual das diferentes regiões brasileiras constitui um dos pontos mais críticos de nosso processo de mudança, desse conjunto complexo de transformações econômicas, políticas e sociais a que estamos chamando de revolução brasileira.¹⁵

Havia uma preocupação geral com a situação do Nordeste. Quando Arraes falava em “Revolução Brasileira” no seu discurso de posse, não deixava de sublinhar que ela também passava pelo Nordeste. As mudanças estavam acontecendo e ao mesmo tempo precisava-se fazer algo.

Essa situação de emergência levava ao surgimento de grandes movimentos sociais. As ligas camponesas, a formação de sindicatos rurais no seio dos comunistas e católicos, formaram exemplos de novas lutas que estavam no bojo da sociedade nordestina do início dos anos sessenta. Esses acontecimentos todos levaram a oposição a relacionar o Nordeste a uma nova Cuba: “O processo participativo explodia em toda parte. A velha ordem sentia-se, com razão, ameaçada. Alterava-se a importância dos papéis. Os defensores do golpe político-militar de 64 falavam e falam dos riscos de

¹⁴ conceito utilizado por Maria Adosinda em sua entrevista concedida ao autor nos dias 15 e 21 de fevereiro de 2006 em Jaboatão/PE. A colaboradora sempre quando se referia àquela conjuntura – Arraes, MCP, a participação de comunistas e católicos no projeto – usava a expressão: tempo político.

¹⁵ Discurso de posse no cargo de governador de Pernambuco, pronunciado no Recife, perante a Assembléia Legislativa, a 31 de janeiro de 1963.

uma ‘nova Cuba’ na América do Sul”(ROSAS, Op. cit., p.25). Osmar Fávero chamou a atenção para essa questão: “os americanos consideravam que o Nordeste era a Cuba brasileira. Na verdade se houvesse uma revolução brasileira começava no Nordeste. Isso aí não tem nem dúvida, pela situação de miséria.”¹⁶

As transformações vinham acontecendo, os movimentos sociais criavam força e o Estados Unidos injetam dinheiro da Aliança para o Progresso como forma de concorrer com a Sudene. O direito ao salário mínimo às camadas da população da Zona da Mata de Pernambuco concedido por Miguel Arraes, foi acompanhada por uma perda da hegemonia política que os usineiros há muito gozavam.

Essa transferência de recursos que provinham da Aliança para o Progresso era para arrefecer as tendências que os Estados Unidos suspeitavam de “socializantes”. E o grande enfoque dado pelos estadunidenses concentrava-se no Nordeste pela repercussão que estava tendo de está “infestado” de comunistas nos movimentos sociais que emergiram no início dos anos sessenta.

O Nordeste contou com a ajuda de uma Igreja progressista voltada para os problemas de ordem social; de comunistas que estavam inserido num novo tipo de luta, que não era mais semelhante à “Intentona” de 1935; de políticos à esquerda que propuseram políticas públicas mais sensíveis à população; e, sobretudo, com intelectuais que não só pensavam a sociedade, mas que agiam sobre ela.

2.2.2 O Nordeste e Pernambuco - pioneiros nos projetos de educação e cultura popular

Ao mesmo tempo em que a região era assolada por fome, miséria, desemprego, desnutrição, inanição, subdesenvolvimento; por outro lado, havia uma intelectualidade que estava atenta às questões sociais. Eles percebiam que era necessário deixar aquela educação acadêmica, teórica, e colocar em prática aquele conhecimento adquirido. Era

¹⁶ Entrevista concedida por Osmar Fávero em 25 de abril de 2006 no Rio de Janeiro.

preciso participar da práxis, se envolver com aquela dialética para criar uma nova síntese.

Os intelectuais liam e estavam em sintonia com o que estava sendo discutido na época: “Esses trabalhos publicados pelo Iseb, pela CEPAL, eram lidos por nós estudantes, eram discutidos e já faziam parte; os trabalhos também nesse sentido a Igreja, começou um trabalho também da Igreja progressista, a começar pelo Papa João XXIII”.¹⁷

Era uma conjuntura que estava em sintonia com o mundo, e preocupada com a realidade do Nordeste. Os intelectuais pensavam em mudanças e uma delas estava relacionada à questão da educação. Os analfabetos eram em massa.

A região nordestina surge como pioneira nesse aspecto: o de mudar a sociedade através da educação. Uma revolução no campo da educação então acabava de acontecer a partir do momento em que os intelectuais se inconformaram com o quadro de analfabetismo. Os movimentos de educação e cultura popular emergiam. O Nordeste não só tinha os piores índices de tudo que caracterizava o atraso. Mostrou que, através de seus intelectuais, o progresso pode ser possível.

O desejo de descobrir o que era a cultura brasileira, de conhecer o povo brasileiro e de explorar mais as coisas da terra, se afastava dos guetos sociais da elite. Projetos como o do “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”, “CEPLAR” e o Movimento de Cultura Popular surgiram no Nordeste. O pioneirismo é do Movimento de Cultura Popular que aconteceu em Pernambuco. Também só foi possível porque contou com um político sintonizado com as mudanças sociais e com uma intelectualidade que se organizou como sociedade civil, promovendo, juntos, o surgimento do Movimento de Cultura Popular. Paulo Rosas mesmo lembrou algo muito importante sobre esse contexto: “como separar a história do MCP da história do

MEB? Da campanha De pé no Chão Também se Aprende a ler? DO CPC? Dos seminários Nacionais da Reforma Universitária, promovidos pela UNE?” (ROSAS, 1981, p. 18). Havia uma conectividade muito forte neste período o que possibilitou o surgimento desses acontecimentos no campo da educação.

2.2.3. Miguel Arraes na Prefeitura do Recife – uma organização da rede municipal de ensino e o incentivo ao MCP

A conjuntura propiciou a criação do MCP. Todavia, independente do MCP ser criado, a urgência era um imperativo no setor educacional. E Arraes mandou fazer um levantamento dessa situação. O jornal “Diário de Pernambuco” fez uma matéria publicada no dia 13 de abril de 1960 com o título de: “150 mil crianças sem escola no Recife”. A matéria apresentava um quadro caótico e que necessitava de profundos investimentos na educação:

A assessora Anita Paes Barreto entregou ontem ao prefeito Miguel Arraes o resultado das pesquisas que realizou em torno do problema do ensino primário no Recife, utilizando dados estatísticos oficiais verdadeiramente impressionantes. Revela a assessora técnica do chefe do Executivo que, em 1958 existiam, em números redondos, nada menos de ‘144 mil crianças em idade escolar, mas somente 63 mil foram matriculadas, cobrindo um percentual de apenas 43%. Esclarece mais adiante que esta percentagem se elevaria muito mais, se deduzidas da matrícula efetiva aquelas crianças, que por fatores econômicos e sociais, mesmo quando conseguem matricular-se, não chegam a freqüentar ou abandonam a escola, logo no início, aumentando o número para 66%¹⁸.

Os dados são alarmantes porque não se pensava em educação. Não havia uma preocupação em querer inserir as crianças na escola. Para uma sociedade que, secularmente, foi berço da escravidão e dos senhores de engenho era “natural” aquela

¹⁷ Entrevista concedida por Ângela Vieira em 17/02/2006 na cidade de Jaboatão/PE.

¹⁸ Diário de Pernambuco, 13 de abril de 1960.

situação social. Anita Paes Barreto lançava novos desafios que a Prefeitura do Recife deveria enfrentar contrastando com outras partes do Estado:

Dona Anita Paes Barreto, no seu relatório, cita uma série de números que colheu em fontes estaduais, traçando, então, um paralelo entre o Recife e cidades do interior. Aponta as seguintes conclusões: 1º) a situação está a exigir do poder público municipal uma atenção especial para o setor educativo. A exigência se reforça se considerarmos que a ação do poder público no Recife, representada pelo Estado, não se vem desenvolvendo sempre num ritmo ascensional, chegando mesmo a acusar uma diminuição mais ou menos regular com grave perigo para o aumento do analfabetismo de proporções já tão elevadas e sobejamente conhecidas. 2º) Sejam quais forem as razões que possam explicar tal decréscimo, admitindo-se mesmo erros de registro, a verdade é que tal ritmo não se apresenta pelo menos proporcional às necessidades da Capital do Estado, o que se verifica objetivamente, comparando-se os dados relativos ao Recife com os municípios do interior.¹⁹

A Prefeitura a partir desse relatório toma conhecimento que é preciso ser feito algo que anteriormente não havia sido feito nenhum movimento para erradicação do analfabetismo. Por essa época o Movimento de Cultura Popular que ainda não havia sido de fato inaugurado já começava a se manifestar perante a sociedade civil. Intelectuais de esquerda de várias tendências já estavam se arregimentando em torno da idéia que teve seu início em 1958, no II Congresso Nacional de Educação de adultos. Diante do relatório coube a Prefeitura começar a agir com esses intelectuais numa batalha contra a erradicação do analfabetismo e da inclusão de crianças nas escolas:

Baseado em tal relatório, o prefeito Miguel Arraes equacionou o problema e se propõe resolve-lo dentro da realidade orçamentária do município. Falando à reportagem do Diário, disse-nos o sr. Aloísio Falcão, diretor da Divisão de Divulgação do DDC, que toda uma equipe foi mobilizada, da qual fazem parte grupos políticos e religiosos, de várias tendências [...] Acrescentou o sr. Aloísio Falcão que pesquisas estão sendo realizadas em todas os subúrbios recifenses, pelo Movimento de Cultura Popular e estarão concluídas ata o fim do mês de junho.²⁰

¹⁹ Diário de Pernambuco, 13 de abril de 1960.

A movimentação dos intelectuais do MCP estava em sintonia com as decisões políticas que Arraes estava tomando. O Movimento de Cultura Popular não correu dentro da rede pública, mas a motivação que o levava a crescer partia também do apoio que a Prefeitura dava ao projeto e vice-versa:

Os coordenadores do Movimento de Cultura Popular mostram-se otimistas quanto aos resultados pela prefeitura visando à erradicação do analfabetismo no Recife. Ainda ontem, o Prefeito Miguel Arraes recebeu resposta positiva de organizações industriais localizadas em Santo Amaro, que se prontificaram a pagar salários de professores que vão funcionar nas primeiras escolas. Aquele funcionário municipal fez entrega, ontem, ao Prefeito do relatório das pesquisas realizadas em Casa Amarela apontando as necessidades do bairro no setor educacional. Para fazer funcionar as 100 salas cedidas à PMR por associações, serão necessárias 167 professoras, 2524 bancas, 70 filtros, 64 quadros-negros, 68 mapas, 44 gabinetes sanitários e 3 bureaux. O material será fornecido pela própria Prefeitura e as professoras terão os salários pagos pela indústria e comércio locais. [...] O sr. Aluisio Falcão declarou ontem, que, em Santo Amaro, o Movimento de Cultura Popular encontrou grande receptividade, citando o exemplo de algumas escolas que abriam matrículas numa tarde e, já no dia seguinte, contavam com mais de 50 crianças inscritas.²¹

O engajamento dos intelectuais do Movimento de Cultura Popular tiravam um peso grande da Prefeitura do Recife de resolver toda a questão do analfabetismo sem nenhum respaldo da sociedade civil. Dividir tarefas nesse mutirão contra essa doença social que era o analfabetismo foi uma mobilização que teve ressonância de vários grupos e até de clubes sociais como Lion's e o Rotary.

Santo Amaro foi o bairro piloto para a inauguração das dez primeiras escolas gratuitas que atendeu a 2000 crianças que não estavam inseridas nas escolas. Todos os passos que o MCP dava eram comunicados ao Prefeito, além de serem feitos balanços das atividades desenvolvidas e novos planejamentos da campanha para a erradicação do analfabetismo.

²⁰ Diário de Pernambuco, 13 de abril de 1960.

²¹ Diário de Pernambuco, 19 de abril de 1960.

Germano Coelho seria o intelectual – católico de inclinação à esquerda - que estaria fazendo a ligação entre os objetivos do MCP, os clubes Lion's e Rotary e a Prefeitura Municipal do Recife. A municipalidade começou a multiplicação da rede escolar e, por sua vez, o MCP recolheria as contribuições levantadas pelas organizações empenhadas na campanha contra o analfabetismo.

Na efetivação do MCP os seus trabalhos contaram com a colaboração de intelectuais de esquerda – católicos, comunistas e socialistas – de estudantes e de outros colaboradores que vinham de vários Estados do Brasil para trocar experiências. No entanto, sem dúvida, a sua consolidação não pode prescindir da ação de Miguel Arraes, pois em tudo que acreditava, sentia, percebia, desejava transformar e efetivar a sua “Revolução Brasileira” estava em consonância com as propostas de educação popular, materializadas naquele momento no MCP:

O prefeito Miguel Arraes, entrevistado, ontem, durante o programa 'Esta é a notícia', na TV Rádio Clube ao lhe ser perguntado se se considerava um político cor-de-rosa ou vermelho, disse: não distingo político por cores; o que sou, tenho dito em praça pública. Considero-me nacionalista e defendo a libertação econômica do Brasil. Falando acerca dos problemas que afligem o Recife, reconhece a existência de inúmeros, mas que não podem ser resolvidos apenas por palavras. Dentre eles, o mais grave é o das escolas, pois no Recife faltam educandários para mais de 100 mil crianças. Outro, o desemprego, talvez em consequência do primeiro. Mas o problema fundamental do Recife é a miséria.”²²

2.3 O Movimento de Cultura Popular

2.3.1 O que foi o Movimento de Cultura Popular?

Em seu estatuto o seu artigo 1º apresentava como objetivos a serem conquistados:

²² Idem, 13 de julho de 1960.

1-Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2- Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que se assegure também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3- proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; 4- Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através de educação especializada; 5- Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular".²³

Com estes objetivos, foi inaugurado, em Recife, no dia 01 de maio de 1960, o Movimento de Cultura Popular, uma sociedade civil, respaldada pela Prefeitura de Recife e, depois, pelo governo de Pernambuco quando Arraes foi eleito governador do Estado. O MCP recebeu apoio e participação de muitos intelectuais pernambucanos: Germano Coelho, Ariano Suassuna, Abelardo da Hora, Aloízio falcão, Paulo Freire, Paulo Rosas e outros que se integraram na construção do projeto de alfabetização, no Arraial do Bom Jesus.

O MCP contou também com a participação de integrantes das mais variadas convicções ideológicas. Os católicos de esquerda e os comunistas foram os grupos que mais disputaram a hegemonia. Não se rivalizaram por conta das diferenças, mas buscavam ampliar espaços no campo da alfabetização.

Os intelectuais, Miguel Arraes, o povo, os educadores, os católicos de esquerda e os comunistas puderam colocar em prática uma experiência democrática. Romper a barreira, para se queimar a etapa do analfabetismo. E dentro dessa construção de uma grande proposta de educação e cultura popular deve-se levar em consideração – a autodescoberta, a alteridade e a diferença.

Os intelectuais que no caso do MCP eram de concepções de mundo distintas – católicos de esquerda e comunistas - procuraram em suas experiências pessoais perceber o que é de mais humano dentre aqueles que eram alfabetizados. Cada pessoa

²³ Estatuto do MCP in memorial do MCP, 1986, p.23.

possui a sua singularidade, devendo ser respeitado a sua visão de mundo e, a partir daí, estabelecer um diálogo.

A alteridade perpassa pela questão que o alfabetizando é possuidor de uma cultura. Como dizia Gramsci (2001, p.18) “por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais”. Portanto, o respeito à cultura de que está sendo alfabetizado é de suma importância para a compreensão de mundo.

A diferença é outro elemento importante no processo de conhecimento que se deu na experiência do MCP. O projeto agregou, arregimentou uma enorme quantidade de grupos. Além da população que era alfabetizada, pôde contar como parte de sua intelectualidade orgânica, conforme já foi citado, um contingente de católicos de esquerda e comunistas do Partido Comunista. Formou-se um grande bloco histórico.

O Movimento de Cultura Popular desenvolveu seus trabalhos a partir de um planejamento pedagógico que tinha como principais metas os cinco pontos do artigo 1º do seu estatuto. O movimento desenvolveu atividades no campo da arte popular através do Departamento de Formação Cultural – este o mais criativo, pois cabia a ele: “interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; formar pessoal habilitado a transmitir a cultura do povo;”²⁴

O Departamento de Formação de Cultura (DFC) do Movimento de Cultura Popular pode ser considerado o mais importante, pois divulgou através de sua ação educativa grandes trabalhos de difusão da cultura popular. O DFC do Movimento de Cultura Popular possuiu dez grandes divisões: de Pesquisa (Diretor - Paulo Freire), de Ensino (Diretora - Anita Paes Barreto), de Artes Plásticas e Artesanato (Diretor - Abelardo da Hora), de Música, Dança e Canto (Diretor - Mário Cândia), de Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa (?), de Teatro (Diretor - Luiz Mendonça), de Cultura

Brasileira (?), de Bem Estar Coletivo (Diretor - Geraldo Vieira), de Saúde (Diretor - Arnaldo Marques) e de Esportes (Diretor – Reinaldo Pessoa).

O Movimento de Cultura Popular foi um laboratório informal, onde novas técnicas poderiam ser experimentadas, proporcionando aos que nele trabalhavam a chance de pôr em prática a sua criatividade e metodologias próprias.

A ampliação do MCP foi possível porque um político da dimensão de Miguel Arraes estava à frente da Prefeitura, ele apresentou-se aberto e sensível às mudanças. A Conjuntura política, a esquerda que estava no poder, mesmo que no Governo do Estado tivesse um político que fazia a oposição, foi possível fazer com que o projeto de alfabetização fosse crescendo entre os populares. Maria Adosinda fez uma observação relevante em sua entrevista: “Eu acho que o MCP foi se ampliando quando Arraes prefeito, eu acho mesmo que Arraes era um político muito estável; ele também queria urgência, ele também era urgente, ele era o MCP”.²⁵

Com força e realização em sua ampliação as atividades desenvolvidas no MCP, aliadas à conjuntura política, à urgência de alfabetizar, serviram de inspiração para outros movimentos que já foram citados – “De Pé no Chão”, CEPLAR, CPC, e outros. Contudo, os seus programas provinham de visões diferentes acerca do assunto – cultura popular.

O MCP, essencialmente ou, teoricamente, definia-se como apolítico e técnico. Na prática não teve uma desenvoltura “acirrada” politicamente. Mas os debates naquela era época passavam todos pelo campo da política. E o MCP não fugia à regra, pois em seus quadros os comunistas almejavam ver Miguel Arraes na Presidência da República, como será analisado mais adiante.

²⁴ Idem, p.24.

²⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 21/02/2006 em Jaboatão/PE

A preocupação de aumentar os números de eleitores – porque na década de sessenta só podia votar quem era alfabetizado – Fazia com que a alfabetização para alguns grupos, sobretudo os comunistas enxergassem aquele momento como estratégico. O PC apoiava, incondicionalmente, Miguel Arraes.

O estatuto do MCP visava a educação como forma de politização das massas, despertando-as para a luta social. E na época a noção entre politização e conscientização introduzida pelo método Paulo freire, tinha como eixo fundamental dar ao povo a consciência social e que, por sua vez, abriria o leque de para as discussões políticas.

Sobre essa questão Silke Weber fez a seguinte análise:

Já havia uma pressão muito grande para que houvesse digamos a massificação da educação de jovens e adultos, sobretudo porque nessa época analfabeto não votava. Então, quer dizer, com isso se teve uma espécie de grande cisão; que dizer, o MCP terminou optando pela massificação. Então, Norma Coelho e Josina Godoy elaboraram uma Cartilha que tinha uns dos elementos que Paulo Freire tinha. Quer dizer, partia da realidade, mas a realidade não era tanto um levantamento de um universo vocabular. Mas era digamos uma sistematização daquilo que fazia parte da vida dos adultos.²⁶

Sem querer romper de forma sistemática com a cultura estrangeira, o MCP pretendia desenvolver uma cultura mais genuinamente nacional buscando nas origens da cultura brasileira onde elas se encontravam – no seio do povo:

O MCP quando surgiu conseguiu congrega com as idéias de abertura, de busca de conhecimento, de abertura para as artes, de transformar o conhecimento, uma amplitude maior de conhecer as coisas da terra, de conhecer as coisas brasileiras, de todo esse desejo, e isso se abriu para todas as classes sociais.²⁷

As elites intelectuais brasileiras da época estavam sempre voltadas para os padrões culturais vindos de fora, sem observar os problemas que envolviam nossas

²⁶ Entrevista concedida ao autor no dia 20/02/2006 na Universidade Federal de Pernambuco.

culturas. E o MCP quis resgatar nas festas populares, nas cantigas, nas comidas a manifestação do povo. Da Festa de São João passando pelos balões, até chegar nas comidas típicas do Nordeste. Os problemas nacionais eram o foco de discussão, de análise para que se pudesse alimentar o debate e ampliar a compreensão dos problemas nacionais.

2.3.2 O nascimento do MCP acompanhado pela imprensa

Abelardo da Hora contou em entrevista um episódio bastante curioso de como o nome MCP surgiu a partir de uma reunião no gabinete do Prefeito Miguel Arraes:

Cheguei lá estava no gabinete dele: O pessoal do grupo católico de esquerda que ia ser exatamente o pessoal que ia dirigir a parte de alfabetização, e no outro lado a turma que eu levei – eu, Geraldo Menutti, Luis Mendonça e Maria de Jesus que tinha ido me buscar, que era assessora de Arraes; na cabeceira da mesa Arraes. Aí Arraes passou a palavra para mim quando eu li a estrutura do movimento que eu estava dirigindo com artes plásticas, com música, com teatro. [...] Aí então quando eu terminei de ler toda a estrutura que eu estava dirigindo, aí passou a palavra, quem pediu a palavra foi Germano Coelho que era uma das pessoas que estava **lá do grupo católico de esquerda – Germano Coelho, Paulo Freire, Paulo Rosas, Maria Antônia Mac Dowell, Dona Anita Paes Barreto e a mulher de Germano Coelho, era Norma Coelho e Josina Godoy.** [...] Germano Coelho pediu a palavra e disse: ‘esse trabalho maravilhoso que Abelardo acabou de mostrar aí, e que vem dirigindo desde 1952 me lembra um movimento que eu visitei em Paris – se você queira desenhar ou pintar você ia para o setor de artes plásticas. Se você queria representar você ia para o setor de teatro, esse movimento era chamado lá – Movimento Povo e Cultura’. Aí Arraes que estava dirigindo os trabalhos, bateu ali com aquela mão de matuto ali na mesa e disse: ‘aqui a gente vai chamar – Movimento de Cultura Popular’. Aí todo mundo ficou de pé e bateu palma, ficou batizado – Movimento de Cultura Popular.²⁸

Muitas histórias circularam acerca do nome ou da paternidade do MCP. Sua grandiosidade também se deu pelo apego e envolvimento dos intelectuais pelo MCP. O engajamento desses intelectuais era tão profundo que qualquer benfeitoria era destinada em prol do engrandecimento dos grupos de trabalhos e dos alfabetizandos.

²⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 17 de fevereiro de 2006 em Jaboatão/PE.

²⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 18 de fevereiro em sua casa na cidade de Recife.

A imprensa fazia a cobertura de todos os passos iniciais do MCP com grande entusiasmo. Os editoriais, as matérias davam destaque às atividades feitas pelos intelectuais do MCP. Mais tarde, essa cobertura vai ser feita de uma forma agressiva, recheada de provocações por conta da presença dos comunistas, denunciada pelos seus opositores. A princípio a fonte usada é o Diário de Pernambuco. Mais adiante, outros jornais que circulavam à época entrarão em análise para elucidar algumas comparações.

Na inauguração do MCP o coral falado cantou *Operário em Construção*, de Vinicius de Moraes, com a presença de Miguel Arraes. Importante ressaltar que quando as Praças de Cultura foram efetivadas, a poesia do Vinicius de Moraes incomodou a elite que habitava prédios próximos dos lugares onde as Praças se instalaram. Nesse momento, a imprensa não fazia ainda qualquer objeção ao MCP. O próprio *Diário de Pernambuco* anunciou: “alunos da Faculdade de Direito organizaram um coral falado, que fará representação do operário em construção, poema de Vinicius de Moraes.”²⁹

Uma análise comparativa é importante para esse caso, pois o jornal não fez nenhuma objeção. Entretanto, no calor das horas, no clímax dos conflitos que se seguiram próximo ao golpe de 1964, o jornal mudará de posição combatendo o MCP. Próximo à inauguração, conforme foi citado acima, mesmo a poesia musicada não recebe nenhuma crítica do jornal *Diário de Pernambuco*, apesar do conteúdo contestador.

A reunião comentada por Abelardo da Hora, (na qual foi criado o nome do MCP), também foi coberta pelo jornal:

A prefeitura realizará sábado às 15 horas, importante reunião do Movimento de Cultura Popular, ocasião em que serão escolhidos os dirigentes efetivos

²⁹ Diário de Pernambuco, 26 de abril de 1960.

daquela instituição. Estão convidados os intelectuais, religiosos, jornalistas e estudantes já filiados.³⁰

Miguel de Arraes foi destacado pela imprensa por sua presença na inauguração do MCP. Sua fala foi narrada como uma aposta para o fim do analfabetismo: “A colaboração que vem dando ao MCP ao terminar o seu período de governo terá dado contribuição decisiva à disseminação do analfabetismo no Recife”.³¹

Para o *Diário de Pernambuco*, que irá mais tarde combater o MCP, ao permitir que seus articulistas e periscópios pudessem falar que o projeto estava infestado de comunistas, a gestão de Miguel Arraes e todas as suas atividades foram consideradas “tendenciosas” e “subversivas”. Sem querer fazer uma minuciosa investigação, percebe-se que as catilinárias provocadas pelo *Diário de Pernambuco* ameaçaram a trajetória do MCP. Esse assunto será tratado mais adiante, por ora nos deteremos nas análises da receptividade do jornal a favor do MCP.

Sobre a presença de intelectuais e a colaboração do povo não deixou de ressaltar com ênfase:

O Sr. Miguel Arraes fez tais afirmativas durante as solenidades de inauguração das 10 primeiras escolas públicas no núcleo piloto de Santo Amaro. [...] Uma dessas escolas foi construída no tempo recorde de oito dias, salientando-se que o galpão foi levantado pela própria população do bairro. O Sr. Aluísio Falcão, que dirige o MCP com Dona Anita Paes Barreto e o arquiteto Abelardo da Hora, informou-nos que a iniciativa do Prefeito Miguel Arraes foi festivamente recebida pelos moradores não somente do Santo Amaro mas em todos os subúrbios do Recife.³²

³⁰ Idem, idem.

³¹ Idem, 03 de maio de 1960.

³² Idem, idem.

Em seguida à inauguração, o jornal *Diário de Pernambuco* também fez a cobertura da I Semana Universitária de Cultura Popular. Dando destaque às realizações pretendidas pelos dirigentes do MCP presentes às conferências:

O professor Germano Coelho falou durante 90 minutos, traçando, inclusive, o organograma do MCP, o qual prevê a instituição em bases novas, capaz de mobilizar todo o povo para a valorização dos seus mais autênticos elementos culturais. Artesanato, artes plásticas, música, canto, danças folclóricas e noções gerais de cultura brasileira serão disciplinas marcantes do currículo a ser transmitido e sistematizado.³³

O *Diário de Pernambuco* menciona a presença de Miguel Arraes ao evento relacionando ao MCP: “O Prefeito Miguel Arraes, presente à solenidade, fez também uma dissertação sobre os objetivos do MCP e frisou que a municipalidade redobrará, agora a sua colaboração na campanha contra o analfabetismo e pelo crescimento do nível cultural do povo”.³⁴ Fica evidente nessa passagem que o jornal associa Miguel Arraes à efetivação do MCP.

A I Semana Universitária de Cultura Popular prosseguiu com suas conferências sempre ressaltando os desafios que eram necessários à elaboração do trabalho de educação e cultura popular. O engajamento dos intelectuais orgânicos foi ressaltado nas quase duas dezenas de escolas primárias construídas em bairros operários. E em nenhum momento a imprensa fez uma linha de crítica por estarem sendo construídas em locais habitados por pessoas pobres.

Nenhuma crítica foi feita quando Paulo Freire ressaltou em sua conferência: “a necessidade de um diálogo mais profundo entre as elites diretoras da sociedade brasileira e a massa”.³⁵ Não deixou de destacar também quando Paulo Freire afirma que a massa estava começando a atuar como voz ativa do processo de desenvolvimento: “Disse mais que o fato de estarmos num período de transição, em

³³ Idem, 17 de maio de 1960.

³⁴ Idem

³⁵ Idem, 18 de maio de 1960.

que às estruturas tribais de uma sociedade fechada se antepõem atividades mais racionais e mais abertas, é uma decorrência da participação mais ativa dessa massa”.³⁶

Em suma, Em maio de 1960, por ocasião do surgimento do MCP as matérias que foram feitas pelo *Diário de Pernambuco*, em nenhum momento agrediu a imagem do projeto. Todos os assuntos que eram tabus naquela ocasião – erradicação do analfabetismo, elevação do nível cultural do povo, educação para a liberdade, construção de escolas em bairros pobres da periferia, sociedade mais crítica, etc - não teve nenhum tipo de censura ou vitupério. Pelo contrário, os espaços abertos com cobertura da imprensa permitiram a crença e a confiança de que um Prefeito com uma administração nova e um grupo de intelectuais engajados poderia melhorar as condições materiais do povo através de uma revolução sem violência no setor educacional.

2.3.3 O MCP - o engajamento e a organicidade

“O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular [...] destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular.”³⁷ Com esse objetivo em 1963, ano de muitas de decisões para o país e para o Estado de Pernambuco, sobretudo porque Miguel Arraes tomava posse no governo, o Presidente João Goulart venceria o plebiscito desbancando o tênue parlamentarismo. E também o MCP lançava o Plano de Ação para 1963 mostrando que suas atividades estavam a pleno vapor.

O Movimento de Cultura Popular em seu Plano de Ação para o ano de 1963 criava um caminho que buscava a emancipação do povo por ele mesmo. Os

³⁶ Idem

³⁷ MCP/Plano de Ação para 1963

intelectuais presentes no MCP sabiam da sua importância, mas fundamental mesmo era o alfabetizando pensar por ele. Três pressuposições estão presentes no Plano de Ação:

a) Só o povo pode resolver os problemas populares; b) Tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes; c) O instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política guiada por idéias que representam adequadamente a realidade objetiva.³⁸

Evidentemente que isso não foi realizado de forma automática, pois dependeu muito dos grupos que foram formados. O que se constatou mesmo era que: “as pessoas queriam mesmo era aprender a ler e saber tomar ônibus, recuperar a sua dignidade humana, quer dizer sua auto-estima”.³⁹ Essa percepção era mais evidente, porque os intelectuais observavam seus alfabetizandos.

O alfabetizando constatava de forma contemplativa que um lápis não era tão pesado como uma enxada. Sobretudo o homem do campo, quer dizer era todo um novo mundo que era concebido. Gramsci mesmo afirmou a relação do homem com o mundo e sua função como intelectual:

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, op. cit., p.53)

Os grupos de – católicos de esquerda, socialistas de AP e comunistas que participaram e, também foram esses os que mais se destacaram, não utilizaram o MCP

³⁸ Idem

para propagar ou difundir a religião, ou as suas ideologias. Souberam aproveitar o MCP para difundir um espaço onde o alfabetizado buscasse a sua inclusão dentro da sociedade civil.

Na proposta que Gramsci traça para a questão da hegemonia o papel do intelectual como condutor ou como organizador da vida cultural é de suma importância e, para obter novas conquistas culturais, compreender as transformações do mundo, suscitar novos pensamentos, é assaz a importância de uma “nova camada intelectual”⁴⁰ que vai despertar essa consciência emancipadora e levar o homem comum a deixar de ser dominado, excluído e oprimido.

Os intelectuais orgânicos devem elaborar um projeto que tenha consistência para ir adiante na condução da organização da cultura e na conscientização da massa:

É preciso elaborar sobre isso um projeto orgânico, sistemático e argumentado. Registros das atividades de caráter predominantemente intelectual. Instituições ligadas à atividade cultural. Método e problemas de método do trabalho intelectual e cultural seja criativo ou divulgativo. Escola, academia, círculos de diferentes, tipos, tais como instituições de elaboração colegiada da vida cultural. Revistas e jornais como meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura. (GRAMSCI, op. cit, p. 32)

Esse é o caminho para se desenvolver as capacidades das massas, efetiva-las e transforma-las, observando nas palavras e conceitos o processo dialético do mundo e inserido-as na vida prática, expondo a verdadeira tarefa do intelectual orgânico e possibilitando a construção de uma educação popular.

Os fundamentos teóricos de Gramsci fornecem um caminho acerca da hegemonia e do papel do intelectual na formação de uma nova conscientização. Para a compreensão do papel dos intelectuais na disseminação do MCP, não dá para prescindir de uma análise comparativa gramsciana.

³⁹ Silke Weber em entrevista ao autor no dia 20 de fevereiro de 2006 na UFPE/IPE

⁴⁰ Gramsci, op. cit., p. 53

Gramsci comenta que nem todos têm a função de intelectual na sociedade. Formam-se categorias especializadas, escolas destinadas à conscientização, métodos para reforçar a atividade cultural e difundir novas camadas de intelectuais. Essa organização é proeminente para que se desenvolva em cada indivíduo a cultura, criando condições para que a massa progrida, perceba a autonomia, e a autodeterminação como sujeito histórico e membro da sociedade civil. É o momento em que o povo passa a elaborar a própria concepção do mundo de maneira crítica, participando ativamente dessa transformação. Por isso que Gramsci fortalece a figura do intelectual neste processo. É preciso identificar, analisar, estudar o modo pelo qual se expressa uma consciência ainda subalterna, para a partir deste contexto conduzir a massa ao objetivo – a conscientização de que ela é parte de bloco histórico, portanto, de uma sociedade civil rumo à sociedade regulada – caracterizada como uma democracia radical.

O conceito de hegemonia é apresentado pelo filósofo em toda a sua dimensão: econômica, política, pensamento, ideologia, cultural, religiosa e educativa, portanto é na sociedade civil que se trava a luta pela consolidação da hegemonia. Sem a unidade teoria e ação a hegemonia é inviável: “porque ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação; com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de emprestar-lhe uma perspectiva, superando a imediatez empírica” (GRUPPI, 1978, p. 11)

Para que se possa formar uma nova hegemonia é necessário clareza, buscar a verdade, encontrar um novo caminho para que se construam novas relações sociais e econômicas sem que as classes subalternas se sintam comprimidas pela antiga hegemonia. As classes subalternas têm a possibilidade de contar com a ajuda do

moderno Príncipe⁴¹ para desenvolver a vontade coletiva nacional-popular e para a criação de uma nova cultura.

O Moderno Príncipe – organizador de uma reforma moral ou intelectual, componente transitório⁴², deve criar as condições para a hegemonia das classes subalternas, ou seja, para a superação, participando ativamente da criação e ajudando a divulgação delas mesmas, orientado-as para o seu objetivo que é a sociedade regulada ou o espaço da democracia radical. O partido, entendido num sentido amplo⁴³ – podendo ser um jornal, uma revista, tudo que esteja ligado à divulgação da cultura das massas subalternas – deve encaminhar propostas que estejam vinculadas à vontade coletiva, fomentando as massas à conscientização para que saiam da passividade e alcancem o momento ético-político na sociedade regulada – a democracia radical:

Criar condições para a ‘sociedade civil’ se expandir, até o ponto de se reapropriar do poder separado da ‘sociedade política’ e transformar-se, assim, em ‘sociedade regulada’, organizada por sua própria autodeterminação, onde cada sujeito e a pluralidade de associações, livremente constituídas, passam a agir por convicção e por razões de ordem ética. (SEMERARO, op. cit., p. 95)

A conquista da hegemonia é o desaparecimento da capacidade dirigente da classe dominante. Quando o poder da classe dominante não consegue mais resolver os problemas da coletividade e a massa percebe a autonomia, esta última passa a caminhar de modo concreto, buscando solucionar seus problemas e dificuldades – assim, chegamos à essência da teoria política gramsciana - a questão da hegemonia:

Hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo, e desse modo, isolando o próprio capitalismo. (GRUPPI, op. cit., p.59)

⁴¹ GRUPPI, op. cit., p.73

⁴² SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 94

⁴³ Idem, p. 85

Gramsci percebe a importância, gratuita, espontânea, da construção de um bloco histórico mesmo contendo forças diferentes e variadas, para a construção da hegemonia. Esse bloco deve envolver todas as classes sociais – da base econômica à superestrutura, fazendo com que a hegemonia se manifeste a partir do momento em que a classe subalterna se desperta para lutar por uma nova hegemonia. A relação de hegemonia se dá numa nova relação entre cultura e massas, entre intelectuais e classes subalternas: “a verdadeira filosofia de uma época deve ser vista, portanto, no modo de agir e no modo de sentir das grandes massas”. (GRUPPI, op. cit., p. 78)

Antonio Gramsci reforça a importância da “filosofia de práxis”, que se eleva e conscientiza a outro nível da luta dentro do campo da superestrutura: “só a filosofia da práxis é uma filosofia claramente capaz de unificar e elevar as pessoas simples ao nível de uma visão superior”. (GRAMSCI, 1966, p. 11)

Essa filosofia é a percepção das contradições e da superação das mesmas e explicam as transformações feitas na realidade à medida que o homem individual procura chegar a ser homem coletivo. Por isso, o contato entre os intelectuais orgânicos e as massas na construção de um bloco intelectual e moral que torne possível, na política, uma expansão intelectual das massas. O homem das massas, das classes subalternas também é formador e criador de novas maneiras de se fazer leituras de seu mundo. Ele desenvolve uma “atividade cultural” (GRAMSCI, op. cit, p.53) que é capaz de refletir filosoficamente; mas o despertar crítico, fundamentalmente, não pode prescindir do papel do “intelectual de massa” (SEMERARO, op. cit., p.143)

2.3.4 Os intelectuais do MCP e o povo que ia sendo alfabetizado na formação de uma nova hegemonia a partir da organização da cultura

O MCP contou com a formação de intelectuais cômicos e dispostos a mudar aquela realidade de analfabetismo e desigualdade, fazendo uma revolução na educação. Os intelectuais do MCP tinham em processo de alfabetização eram apenas analfabetas, mas carentes de atenção, de algo que as orientasse na absorção das mudanças em todos os setores das atividades humanas. Faltava a inserção numa democracia, que naquele momento não prescindiria da alfabetização em massa.

O mais provocante e surpreendente era conseguir, e o MCP teve essa iniciativa, formar um quadro de intelectuais orgânicos que comungassem referenciais políticos “opostos” em alguns aspectos e agregassem forças que pudessem ser – “organizador de uma nova cultura” (GRAMSCI, op. cit., p. 15). Mais adiante, trataremos das diferenças no campo ideológico.

A produção cultural do MCP despertava para a igualdade, para a justiça, em termos de direito à cidadania, respeitando as diferenças. A ênfase é que, na heterogeneidade, foi possível construir valores sociais e morais que procuravam respeitar as diferenças. Como lembrou Paulo Rosas: “Muito mais do que alfabetização, pensava-se em competência social do homem de baixa renda, na preparação do homem para sair de sua miséria, para lutar pela melhoria de seu nível de vida” (ROSAS, 1980, p. 5)

Partindo desses princípios e com as fundamentações do seu estatuto o MCP pôde realizar a partir das relações entre os intelectuais, os estudantes, o povo e a administração de Miguel Arraes: cursos de orientação doméstica dentro dos 49 clubes de mães que ofereciam oficinas de corte e costura, arte culinária, de mecânica. Os

círculos de pais que agregavam toda a comunidade para participar de problemas da escola em torno dos ideais do MCP.

Houve também um Centro de Artes Plásticas e Artesanato com curso de tecelagem, tapeçaria, cerâmica, pintura, desenho, estamparia, escultura e outros. Os Centros Artesanais nas colônias de Guabiraba e Galiléia, que reuniam mão-de-obra para trabalhos nas indústrias.

O MCP formou uma Galeria de Arte que apresentava a cada quinze dias às margens do Capibaribe uma nova exposição. Criou uma Escola de Motoristas apta para alfabetizar, educar e orientar para o trabalho. O Curso de Montadores de Rádio preparou pessoal especializado para fabricarem rádios.

O Centro de Cultura Dona Olegarinha, no Poço da Panela, lugar em que Paulo Freire realizou as suas primeiras experiências do seu método áudio-visual de alfabetização de adultos, passou a funcionar depois com cursos de corte e costura, datilografia, alfabetização, educação de base e tele-clubes.

Um destaque interessante no Centro de Cultura Dona Olegarinha é que a direção do local ficou a cargo das pessoas que participavam do processo de alfabetização. E como lembrou Zayra Ary em seu trabalho: “Nas reuniões da diretoria, procuramos, além de estimular as discussões e apresentar sugestões, interpretar continuamente os objetivos educacionais do Centro e o papel da direção – de planejar, coordenar e dirigir as suas atividades, num verdadeiro espírito de equipe.” (s/d, p.17).

As Praças de Cultura em Beberibe e em Casa Amarela levaram às comunidades bibliotecas, teatro, cinema, televisão, música, esportes, jogos infantis e orientação pedagógica. Como lembrou Germano Coelho: “o impacto das primeiras Praças de Cultura representou, em cada bairro, uma autêntica revolução. E atingiu em cheio a

cidade toda”. (COELHO, 2005, p. 44). E atingiu mesmo, tanto que a elite ficou perturbada.

Silke Weber lembrou em entrevista como as Praças de Cultura incomodaram a elite:

A Praça como tal incomodou muito, a localização num bairro de classe média e que de uma maneira geral ela não viu aquilo com muito bons olhos porque começou a ter afluência de uma população que não era aquela que freqüentava aquela praça. Então, quer dizer, a tensão começou imediatamente, ela se manifestou, fundamentalmente, com relação ao uso de um autofalante.⁴⁴

O MCP construiu o Teatro de Cultura Popular que se revelou em vários festivais de teatro nacionais. Várias peças foram produzidas: *A derradeira ceia*, *a volta do camaleão alface*, *Julgamento em novo sol*, *a incelença*, entre outras. Peças que retratavam questões sociais e políticas levando ao espectador à reflexão.

Na peça *a derradeira ceia* a figura de Lampião foi utilizada como símbolo da luta contra as injustiças. No folheto da peça foi feita uma alusão a Guerra de Canudos chamando aquele movimento de resultante de uma reforma agrária não compreendida pelos republicanos.

A outra peça *Julgamento em novo sol* que tinha José Wilker no elenco contava a luta do lavrador contra a miséria, a fome e a exploração agrária. Indiretamente, era uma alusão à reforma agrária.

Os Clubes de Teatro organizados nos Centros Educativos Operários e nos sindicatos formavam assim conjuntos cênicos de operários, que se apresentavam em todos os bairros do Recife.

⁴⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 20 de fevereiro de 2006 na UFPE.

É na “Página de Cultura Popular”, editada, aos domingos, no jornal *Última Hora*, que foram divulgados os trabalhos de educadores, intelectuais e artistas que se preocupavam com a cultura do povo.

O MCP lançava em 1962 *A voz do analfabetismo* um folheto de cordel que se apresentou assaz revolucionário ao perceber e retratar a realidade do analfabeto e ao mesmo tempo fazendo críticas àqueles que queriam desativar o MCP como o Vereador Moury:

Ouvintes do alfabeto
 Vejam que vida precária
 Leva os que não sabem ler
 Nesta época visuária
 Nisto eu defendo uma causa
 Muito justa e necessária

Trata-se do Movimento
 De Cultura Popular
 Que o senhor Moury pretende
 Ou noutro departamento
 Como um móvel colocar
 [...]

Surgiu esse movimento
 devido a população
 sofrer misérias e fome
 desemprego e precisão
 na própria estrutura física
 da desurbanização

As crianças do recife
 Viviam desprotegidas
 Principalmente as humildes
 Pobres desfavorecidas
 Nas áreas dos nossos morros
 E subdesenvolvidas.
 [...]

Por isto senhor Moury
 Ou qualquer vereador
 Saiba que na direção
 Não há um só diretor
 Que vote contra a cultura
 Como deseja o senhor

Porém se acontecer
 Uma coisa tão feroz
 E nossa instituição

Sofrer esse golpe atroz
Todo o povo fará greve
Marchando contra o algoz
[...]

As festas populares e religiosas do Recife – Natal e São João – que mobilizavam, no seu período próprio, o ritual religioso do tempo e o folclore do Recife e de outros Estados nordestinos, ajudava na preservação das tradições do povo da região. Na Festa do Natal até os comunistas colaboravam; essa discussão será feita no capítulo quarto.

Os festivais de cinema, teatro, e música, que aproximaram os artistas do público, em grande parte de alfabetizados, contribuindo para a democratização da cultura. As semanas estudantis de cultura popular reuniram estudantes para a discussão de grandes problemas nacionais, levando o corpo discente aos debates de forma engajada e participativa.

E, enfim, a educação pelo rádio que estudou o problema do analfabetismo entre os adultos da cidade do Recife. A equipe era formada por universitários e professores primários que selecionavam os monitores através de treinamento intensivo. Vários cursos eram dados para o monitor em formação: metodologia, português, aritmética, realidade brasileira, relações humanas, estrutura do MCP e outros.

O conteúdo do programa era transmitido durante uma hora, à noite, por uma emissora local focando a alfabetização e a educação de base (política, musical, sanitária e informativa). As aulas de alfabetização focavam os problemas e os anseios da comunidade, valorizando as tradições do povo.

Na formação do Monitor valorizava-se a sensibilidade que ele deveria ter com o grupo. Mesmo que ele tivesse em nível primário, dever-se-ia compreender as aspirações e necessidades da sua comunidade.

Pelos avanços alcançados pelo MCP, o povo nordestino começou a cobrar o que lhe foi tirado. A dialética estava mudando onde se inseria numa nova etapa que se pretendia seguir. O povo estava inquieto, pois nessa nova etapa se avançou dentro de uma conjuntura dialética engendrada. Ele percebia que não era mais massa, e sim povo. E os intelectuais orgânicos do MCP foram grandes responsáveis por essa transformação.

O Movimento de Cultura Popular continuou seus trabalhos em permanente discussão, de forma bem democrática, procurando transformar os seus projetos nos setores cultural e educacional num bem comum para o povo. E tudo que era apresentado pelo MCP para a comunidade, era debatido à exaustão.

Capítulo 3 O Movimento de Cultura Popular em dois momentos: da aceitação à rejeição – de como se costurou uma divergência externa ao projeto de educação e cultura popular

3.1 O período de 1958-1964 – uma tentativa para vencer o atraso e o subdesenvolvimento

Houve um consenso quanto à necessidade e anseios para se lutar contra o subdesenvolvimento predominante naqueles anos que vão de 1958 a 1964. O projeto desenvolvimentista e as reformas de base anunciadas desde que João Goulart as anunciaram, agiram numa conjuntura de união de forças contrárias. Isto ocorreu também quando foi constituída a “Frente do Recife” que procurou lograr o apoio dos diferentes setores do Estado.

O Nordeste passava por grandes transformações econômicas e políticas advindas da industrialização e urbanização crescentes desde a metade da década de 50. Outro elemento importante é a participação nos pleitos eleitorais dos populares e, também, sua inserção em programas estabelecidos pelos governos em seus mais propalados discursos de campanhas.

Quanto à participação da população mais pobre nas eleições não deve ser encarada como um títere que é manipulado por cordas num teatro de bonecos. E, sim, como um espaço que foi conquistado pela luta em que a construção de uma nova hegemonia se fazia presente. E não foi em vão o trabalho do MCP para a

alfabetização, e em decorrência disso o aumento do número de eleitores a participar do sufrágio.

Todavia, os movimentos dados pela população foram importantes no combate às oligarquias rurais que elegeram Cid Sampaio ao Governo de Pernambuco em 1958. E, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual e percepção da população estão enquadrados numa perspectiva nacional-desenvolvimentista, ao que parece, era uma “arma” na luta contra as falsas promessas eleitoreiras.

As forças populares urbanas e rurais começaram a participar dos debates políticos e ideológicos das plataformas municipal e estadual, bem como de uma formação de uma nova sociedade, através de uma ampla organização. As campanhas eleitorais de Miguel Arraes para a Prefeitura do Recife e depois para o Estado apresentam essas características de ascenso das massas.

Essa ampla participação popular se dá porque foi dada uma ênfase maior à questão da educação, o que causou um impacto maior na abordagem da transformação social.

3.1.2 A inserção social através da educação

O MCP foi vinculado, especialmente, à educação de crianças, adolescentes e adultos, mas também como possibilidade de organização da cultura popular. Portanto, a sua principal essência é um programa de educação para todos em decorrência do ascenso das massas urbanas e rurais.

Em “Estado e educação popular”, Beisiegel apresenta um estudo destacando o papel do Estado na educação popular: “a emergência das denominadas massas populares”. (1974, p.68) Muito embora as limitações da política nacional-desenvolvimentista emperrassem, às vezes, sua efetivação.

Vanilda Paiva fez uma leitura daquele momento: “o próprio nacionalismo representou um forte estímulo para a busca pedagógica de Freire”. (2000, p. 204) e mais afirma que: “O homem que toma consciência de sua situação ganha voz, protesta mas não sabe com explicá-la: não compreende o mundo em que vive, não possui uma consciência crítica da realidade nacional a partir da qual possa entender sua situação e do seu grupo social”. (idem, p.198)

A educação popular pôde constituir um empreendimento para se lograr a adesão dos setores populares para projetos que implicou propostas alternativas, e fazendo com que eles agissem como voz ativa.

É a oposição de projetos de organização social de natureza diferente que explica por que Pernambuco foi um dos Estados do país em que se observou a criação de projetos educacionais.

Com a ascensão de Miguel Arraes à Prefeitura de Recife e partir deste momento que a educação passa por um grande reconhecimento, tendo a possibilidade de tornar-se acessível a todos. Em contrapartida, a oposição política a Arraes se mobilizou fazendo com que os projetos de educação popular fossem base de disputa por hegemonia.

Até 1960, Pernambuco como os demais Estados do Nordeste não haviam sofrido mudanças nas estruturas de classes. No campo as formas tradicionais nas relações de trabalho permaneciam intactas.

Com a criação da Sudene houve uma modificação na situação econômica o que levou a um processo de proletarização do homem do campo. Celso Furtado em seus escritos sobre o Nordeste já apontava os caminhos para o desenvolvimento do Nordeste: “Aceita a premissa de que é necessário no Nordeste um sistema econômico dinâmico, com capacidade de autopropulsão, isto é, que a região não será

transformada em simples fonte de produtos primários para o Centro-sul do país”. (1962. p. 52). O caminho é a industrialização como uma dinâmica que produza melhorias nos Estados do Nordeste: “Destarte, o primeiro objetivo deve ser provocar na região um processo rápido de industrialização” (ibid, ibid)

O governo de Cid Sampaio não apresentou, inicialmente, nenhuma preocupação com os problemas educacionais de Pernambuco. Sua luta, a princípio, está voltada às questões acerca do desenvolvimento econômico do Estado. Diversos setores sociais começaram a reivindicar uma expansão da rede escolar. Cid Sampaio enxergava com prioridade o desenvolvimento econômico em detrimento do educacional. Concluía-se que o Governo Estadual era desinteressado ao querer introduzir o problema da educação em suas ações.

A ruptura vem com a vitória da Frente do Recife levando Miguel Arraes à Prefeitura, momento em que, como já foi dito, houve uma aproximação com as bases populares e a possibilidade de participação destes setores nas ações da administração da Prefeitura.

Desse modo, neste período, foi imposto de maneira proeminente a escolarização das camadas populares o que contou com a mobilização de setores sociais diversificados – socialistas, comunistas, católicos de esquerda, classe média, etc.

3.2 Surge a escola para todos...

Miguel Arraes e Anita Paes Barreto, conforme foi apresentado no capítulo anterior, foram os pioneiros em levantar dados sobre quem estava fora da escola em idade escolar. Miguel Arraes vinha de certa maneira cumprindo suas promessas de

campanha. Mais de 60% das crianças entre 7 a 12 anos estavam fora da escola. Era uma urgência em incluí-las imediatamente no sistema de ensino em gestação.

A Prefeitura do Recife lançou um “Plano Municipal de Ensino” que propôs a criação de um organismo central de organização que através da orientação e supervisão cuidassem da educação popular, despertando a consciência coletiva para a solução do problema educacional.

A participação da comunidade é admitida pelas associações de bairros, fazendo com que a Prefeitura desloque funcionários para as atividades de ensino. E outros professores de Recife passaram a colaborar com o “Plano Municipal de Ensino”. A partir dessas colaborações que a Prefeitura do Recife passou a ter e do incipiente MCP, solicitou a ajuda do comércio – Lion’s club e Rotary Club – para o financiamento e ampliação da educação.

A utilização dos inúmeros locais doados ao MCP são destacados conforme foi analisado, anteriormente, com o apoio do Diário de Pernambuco – o alvo era, inicialmente, o analfabetismo.

A instalação da rede municipal de ensino da Prefeitura abriu a caminho para o debate em torno da sua ampliação:

Dirigentes do Movimento de Cultura Popular instituído pela Prefeitura do Recife, estiveram reunidos com a direção e associados do Lyon’s Club, a fim de acertarem medidas práticas visando a rápida multiplicação da rede escolar já iniciada pela municipalidade. Os leões e os rotarianos como se sabe estão empenhados junto à indústria e comércio locais, no sentido de que financiem o pagamento das professoras nas escolas abertas pela PMR. Após os debates ficou estabelecido que o Movimento de Cultura Popular tomará forma de uma sociedade civil [...]¹

¹ Diário de Pernambuco, 26 de abril de 1960.

A Prefeitura do Recife com a ajuda do Serviço de Equipamento e Oficina produziu bancos escolares para instalar em diversas escolas em que entidades civis e religiosas pudessem colocar à disposição.

Em Santo Amaro foi o bairro piloto que foi contemplado com as dez primeiras escolas do MCP, na ocasião, conforme já mencionado anteriormente, o prefeito Miguel Arraes anunciou a inauguração de mais outras escolas. A ausência do Governo Estadual foi marcante para revelar os projetos diferentes ou opostos que o poder executivo de Pernambuco e da cidade de Recife queriam executar para a educação.

Ao mesmo tempo, os intelectuais, os professores e os estudantes ansiosos por mudança e engajados no projeto de caráter popular de Miguel Arraes – voltado às comunidades – debatiam a organização do MCP, elaborando como seria a sua estruturação. Os Universitários de Pernambuco realizaram a I Semana Universitária de Cultura Popular, que também foi mencionado anteriormente neste texto, que ajudou a promover o Movimento de Cultura Popular entre os estudantes e toda a sociedade civil.

Conforme palavras de Germano Coelho neste mesmo evento o MCP deveria ser estender de forma que: “O organograma do MCP, o que prevê a instituição, no Recife, de uma universidade em bases novas, capaz de mobilizar todo o povo para a valorização dos seus mais autênticos elementos culturais”.² As palavras de Germano Coelho eram de efetivação e de satisfação do trabalho que estava sem realizado, fortalecido com o respaldo da Prefeitura.

Ainda neste mesmo evento, que contou com a presença até mesmo de líderes sindicais, tal era o engajamento da sociedade civil, que o presidente da Câmara Municipal, o vereador Carlos Duarte, fez uma sugestão para que o MCP assegurasse, além do atendimento escolar, acesso ao trabalho. O Professor Germano Coelho, de

forma solícita, acolheu todas as idéias debatidas e sugeridas na sua conferência dizendo que: “[...] poderá tentar, tecnicamente, enquadrar o desajustamento social como uma das necessidades básicas da infância, a serem estudadas e atendidas pelo Movimento [...]”³

O ciclo de conferências da I Semana Universitária de Cultura Popular contou também com a participação do Reitor da Universidade de Recife, o Professor João Alfredo da Costa que em suas palavras, e na divulgação feita pelo jornal *Diário de Pernambuco*, revelavam a convergência em torno das idéias e propostas que o MCP estava desenvolvendo:

Após a conferência o reitor João Alfredo usou da palavra para louvar o trabalho até aqui empreendido pelo Movimento de Cultura Popular, situando pontos de coincidência entre os seus objetivos e o atual programa da Universidade do Recife. Enumerando medidas até aqui aplicadas pela reitoria no sentido de estreitar os vínculos entre a comunidade local e a Universidade, admitiu que o entrosamento programático entre esta e o Movimento de Cultura Popular poderá evoluir para uma conjugação mais ampla de esforços, visando a uma considerável elevação do nível cultural da população recifense.

Ainda hoje sob a presidência do Prefeito Miguel Arraes, dirigentes do Movimento de Cultura Popular estudarão meios de tornar concreta a articulação sugerida.⁴

Setores da sociedade civil, o patrocínio da Prefeitura do Recife, as demandas populares, o financiamento de inúmeras firmas apresentava um quadro de consenso, convergência e crença no sucesso do MCP. As professoras que lecionavam, a doação de materiais didáticos, de medicamentos, de assistência médica, e o oferecimento de mais locais para a construção de escolares foram os exemplos de demonstração de ajuda de sócios que colaboravam com o projeto:

Não podendo a Prefeitura contar com os recursos indispensáveis ao início da tarefa a que se propunha, deu ao Movimento de Cultura Popular uma feição

² Ibid, 17/05/1960.

³ Ibid, ibid

⁴ Idem, 21 de maio de 1960.

prática, com o aproveitamento de contribuições particulares. Assim, as salas de aula são cedidas por entidades das mais diversas naturezas como associações de bairro, clubes esportivos, sociedades religiosas, enquanto as professoras vêm sendo pagas por comerciantes industriais e sociedades mercantis industriais. Ao poder público vem cabendo apenas, o ônus da confecção das bancas escolares, que não obstante serem instaladas em entidades particulares continuem a ser patrimônios públicos.⁵

Em decorrência disso, o Governo Estadual começou a voltar a atenção aos bairros mais pobres da cidade do Recife, inaugurando mais de dez escolas de alfabetização em lugares mais carentes, através do “Serviço Social contra o Mocambo”. O governador Cid Sampaio, opositor de Miguel Arraes, criou a “Fundação de Promoção Social”.

O Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) tinha como proposta o atendimento às populações carentes da periferia nas áreas médicas e escolares. Com o objetivo de atender o homem de Pernambuco, mormente aquele que estava na exclusão da sociedade, o GTPS, coincidentemente ou não, tinha em sua filosofia a elevação do nível de vida deste homem.

O Diário de Pernambuco também cobriria a instituição do GTPS, destacando as suas propostas a partir da fala do governador Cid Sampaio:

O homem, que deve ser o centro das preocupações dos administradores, mais do que em qualquer outro local, precisa ser amparado no Nordeste. O processo de espoliação a que foi submetida nossa região, por longos anos, atingiu-o, como atingiu a terra, as máquinas, o capital. Todavia, podemos recuperar esses dois últimos, desde que proporcionemos ao homem, a dignidade, o entusiasmo, a fé, que o possibilitem vencer o meio. É a esta recuperação do homem que se propõe ajudar o Grupo de Trabalho que ora se constitui.⁶

Não caberá aqui fazer uma análise do GTPS promovido pelo Governo do Estado, pois o objeto de análise em questão é o MCP. Contudo, o GTPS foi criado para se opor ao MCP, de forma que se constitui o primeiro ponto de divergências e até

⁵ Idem, 13 de outubro de 1960.

catilinárias que foram encontradas em seu caminho, para tentar desestabiliza-lo. O que não poderia prescindir de uma análise. Mais adiante será discutida a composição de outros opositores ao MCP, entre eles o próprio Diário de Pernambuco.

A partir da criação do GTPS ficaram perspicuas as confrontações em torno do assunto educação entre os Governo Estadual e a Prefeitura do Recife. Muito embora as divergências se dessem também em outras formas administrativas. O MCP recebeu apoio e verbas que provieram da Prefeitura através do Plano Municipal de Ensino. Muitos ataques ao MCP manifestaram-se dessa ajuda dada por Miguel Arraes.

3.3 O Movimento de Cultura Popular e a resistência

Miguel Arraes em outubro de 1960 enviou à Câmara Municipal solicitação de abertura de crédito para o Plano Municipal de Ensino que seria em auxílio às escolas que foram instaladas pela Prefeitura e qualquer outro tipo de subvenção para a educação, entre elas as contribuições para a manutenção de escolas do Movimento de Cultura Popular.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) atendeu ao Prefeito Miguel Arraes, doando milhares de cadernos e cartilhas, e que constou como uma das iniciativas que a Prefeitura e os intelectuais do MCP iam prontamente sendo atendidas da melhor maneira possível:

Nada menos de 5 mil cartilhas do Prof. Lourenço Filho (upa, upa, cavalinho) e 5 mil cadernos acabam de ser doados ao Movimento de Cultura Popular pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, segundo informou, ontem, a Professora Josina Godoy do MCP [...] como se sabe, o chefe do Executivo remetem solicitação ao INEP, no que foi atendido em menos de uma semana.⁷

⁶ Diário de Pernambuco, 31 de agosto de 1960.

⁷ Diário de Pernambuco, 25 de outubro de 1960.

O MCP lutava também para que fossem atendidos no fornecimento da merenda escolar. O GTPS também seguiria o caminho do MCP de pedir material didático ao INEP e merenda escolar.

Na Câmara Municipal a luta era travada entre aqueles que queriam atender ou determinar o que o GTPS e o MCP deveriam realizar. Os pedidos e as determinações iam de cursos de trabalho manual a cursos de motorista. Essas determinações da Câmara Municipal eram feitas porque o Prefeito Miguel Arraes propôs taxas de contribuições que serviriam à manutenção das escolas da Prefeitura e as do MCP. A Câmara Municipal se via no direito também de exigir e de comandar até algumas ações do MCP.

O vereador Wandenkolk Wanderley antes de se tornar um dos principais inimigos do MCP, fez um panegírico na Câmara Municipal ao ensino popular que vinha sendo desenvolvido pelo MCP em conjunto com a Prefeitura.

O Movimento de Cultura Popular recebeu a doação de muitos terrenos de particulares que participaram da construção das escolas. Vereadores também fizeram a doação de vários terrenos.

Os universitários foram também em massa aderindo à campanha de alfabetização do MCP inscrevendo-se como sócios-estudantes. Esse engajamento estudantil está intimamente ligado a um momento de politização que se dava em todo o Brasil por parte dos estudantes. Os movimentos estudantis em todo o Brasil pululavam e aquele momento foi propício para essa atitude, sobretudo porque se acreditava na transformação de toda a sociedade brasileira. E o fomentador desse fenômeno foi a educação. Nesse caso, Recife, Pernambuco, não ficaria de fora desse engajamento de estudantes na luta contra o analfabetismo:

Mais de 400 universitários estão inscritos, desde sábado Movimento de Cultura Popular. O Plano exposto, na assembléia da UEP realizada, ontem, na Faculdade de Filosofia prevê a mobilização de 600. o que significa ter o MCP, de pronto, reunido além de 70% do total previsto para cumprimento do seu programas de alfabetização no exercício de 1961.⁸

O engajamento dos estudantes foi sentido como um momento em que se acreditou que as injustiças sociais poderiam ser atenuadas e até mesmo erradicadas. Jovens da classe média afluíram para as áreas carentes. O lema da igualdade, fraternidade e justiça social eram experimentados e ao mesmo tempo se criava uma esperança de se efetivar. Após a realização da I Semana Estudantil de Cultura Popular, os estudantes, ávidos para participar das propostas emancipadoras e originais de educação e cultura popular, procuraram a sede do MCP no Sítio da Trindade.

Em 1961, já começavam a aparecer as primeiras divergências ao MCP através da imprensa. Estas manifestações ocorreram durante os festejos e na decoração do Natal que foram promovidos pela Prefeitura do Recife. A mixórdia expressada por um articulista do Diário de Pernambuco, que iniciava uma oposição ao MCP, reforçada por outros grupos insatisfeitos com a Prefeitura, acusava os preparativos de “subversivo”: “O programa de festas foi bem planejado e além da Banda dos Fuzileiros Navais contamos com a Banda Naval Americana, já que, à esta altura, o sr. Miguel Arraes não poderia contar com a charanga do *Soviets*.”⁹

Neste clima de admoestações, o que se destacou foi o papel que a educação demonstrou ser uma ameaça à ordem estabelecida. E o artigo prosseguiu nos ataques e ironias:

[...] e falando em termos recifenses, nos morros e córregos da chamada ‘terceira capital’, onde morrem 500 crianças, nascidas vivas, de o a 1 ano,

⁸ Diário de Pernambuco, 29 de novembro de 1960.

⁹ Ibid, 24 de dezembro de 1960.

entre mil, que vem a este mundo. Para esse espetáculo doloroso é que também chama, neste Natal, a atenção do Movimento de Cultura Popular¹⁰

A educação, como foi desenvolvida pelo MCP, libertária, contou com a participação do povo, deixando de ser exclusivamente doada à classe dominante; os alfabetizandos, ao mesmo tempo que foram alfabetizados, foram desvelando as aparências do mundo, segundo seus integrantes. E, percebendo-se como construtor de uma realidade da qual não participavam, sobretudo no que concerne a divisão da riqueza material. A formação de “clubes de subúrbios” e dos “núcleos de cultura”, favoreceu o despertar das consciências e foi mais um alento à formação da cidadania. Paulo Rosas mesmo afirmou: “[...] a relação de poder das elites sábias sobre a massa ignorante – e chegar a uma importante proposta de participação popular, no processo de reconstrução da cultura.” (1981, P.4)

3.4 As divergências externas ao MCP

O GTPS tal como fizera o MCP arregimentou muitos intelectuais afinados com as propostas levantadas por Cid Sampaio, que tinha como meta seguir o modelo de desenvolvimento econômico desejado para o ano de 1961. A Fundação da Promoção Social, também conhecida por GTPS, foi, no campo externo, um concorrente do MCP.

Da mesma maneira que o MCP, eles organizaram um Curso de Treinamento de Informação que incluía as etapas da Promoção Humana – promoção biológica, promoção racional e da infância abandonada, o que o Diário de Pernambuco fez questão de registrar na sua edição do 18 de janeiro de 1961. O programa constava de discussões que abrangiam desde a concepção do bem comum à Promoção Social para o Recife.

¹⁰ Ibid, ibid.

A Fundação da Promoção Social também instalou escolas, equipadas com carteiras, material didático e ajuda de Igrejas Protestantes. O Diário de Pernambuco não deixou essa oportunidade passar e por sua vez deu uma provocada no MCP que:

Teve o patrocínio direto de algumas poderosas firmas industriais do Estado que, inclusive, vêm colaborando com a Prefeitura no fornecimento de material escolar e didático. Enquanto isso, do outro lado, o governo do Estado gasta um orçamento apreciável na 'Promoção Social', sem ter recebido, até agora, qualquer ajuda de particulares – ao que consta.¹¹

A proposta do Governo do Estado através da Promoção Social era forçar uma concorrência com a Prefeitura Municipal do Recife na área da educação popular. A Promoção Social chegou mesmo a criar cursos que estavam voltados para a recuperação de menores e de problemas infanto-juvenis.

O pedagogo Paulo Freire nos Centros de Cultura e os trabalhos das Escolas Radiofônicas demonstravam um engajamento e preocupação intensa com a alfabetização de adultos. A Rádio Clube de Pernambuco serviu a esse trabalho desenvolvido pelos Centros de Cultura.

Em contrapartida a Promoção Social passou a utilizar o rádio como forma de divulgação. A Rádio Tamandaré promoveu as propostas da Promoção Social. A Promoção Social para realização desse trabalho contou até com a ajuda dos Estados Unidos através da Catholic Relief.

A Promoção Social buscava realizar as mesmas tarefas que o MCP praticava. Do Teatro Popular, passando pela Galeria de Arte aos Centros Educativos Populares. Enquanto o MCP implantava as Praças de Cultura, a Promoção Social inaugurou a Escola de Educação Física.

¹¹ Diário de Pernambuco, 11 de junho de 1961.

A grande diferença que o MCP apresentava em sua construção está, justamente, no elemento principal – a questão da educação e cultura popular. Além de privilegiar que:

O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular.¹²

Enquanto a Promoção Social fomentava um trabalho em que as contradições da sociedade deveriam ser cimentadas e as relações sociais deveriam ser naturalizadas para que não houvesse a confrontação, o MCP trazia para a conscientização os problemas sociais que ocorriam na estrutura da sociedade brasileira. A presença dos comunistas e de católicos de esquerda foi a tônica deste momento. Eles não negavam que o mundo apresentava desníveis de grande discrepância e que não poderiam ser escondidos. A Cartilha do MCP foi um exemplo de método que trouxe às claras os problemas da miséria do povo Nordeste.

Nas divergências explícitas que se manifestavam, no que tange a presença de intelectuais de visões de mundo diferente na formação do MCP, o *Diário de Pernambuco* era providencial em ironizar a participação conjunta e harmônica de católicos e comunistas num mesmo ambiente de trabalho: “curiosa *mélange* reunindo ‘comunistas’, socialistas e católicos chamados de *gauche*”.¹³

Em 1962, a Promoção Social apóia o lançamento da peça “A bomba da Paz” de Hermilo Borba Filho. E o MCP criava a Cartilha denominada de “Livro de Leitura

¹² MCP/Plano de Ação para 1963 in memorial do MCP, 1986, p.51.

¹³ Diário de Pernambuco, 13 de outubro de 1961.

para Adultos”. Curiosos acontecimentos que constituíram um momento de oposição ao MCP que vinha se formando externamente.

Hermilo Borba Filho encenou no Teatro Popular do Nordeste a peça que era uma crítica a união entre católicos e comunistas no MCP. O Prefeito do Recife era apresentado no texto como um personagem xucro. Germano Coelho, intelectual que era ligado à esquerda católica e um dos criadores do MCP, foi representado como o Presidente da Sociedade de União de Católicos e Comunistas. Hermilo Borba Filho era um ex-membro do MCP e que segundo Germano Coelho a ruptura veio por conta de indicações de cargos:

Houve uma denúncia aqui, no Teatro, um sujeito que era nosso, Hermilo Borba Filho, por uma besteira rompeu com a gente. Eu tinha um cargo na Prefeitura de Diretor de Cultura. Eu nomeei para um cargo Paulo Freire. E nomeei Hermilo Borba Filho para Presidente da Comissão de teatro. Aí ele disse: Germano dá a Paulo um cargo que tem peso, para mim um cargo que só tem representação. Daí rompeu com a gente, fez uma peça de teatro. [...] ¹⁴

A Cartilha do MCP, partindo da concepção em torno das divergências externas foi bastante alvejada e até mesmo censurada pelo General do IV Exército. Se a Cartilha encontrou receptividade, como foram os elogios e lisonjas feitas por Anísio Teixeira na edição de “O Metropolitano”:

Confesso haver lido essa cartilha com inesperado entusiasmo. [...] As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro tecem e entrelaçam aquelas frases lineares e singelas, e fazem do aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver. [...] Por tudo isto é que considero essa cartilha a melhor cartilha para adultos analfabetos que, até agora, conheci no Brasil. ¹⁵

¹⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 21 de fevereiro de 2006 na cidade do Recife.

Por outro lado, como catilinária de opositores ao MCP, e nessa época, entre eles estava o assumido – *Diário de Pernambuco*: “Mocambo, Mangue, miséria, fome etc são alguns desses vocábulos. Mas, a palavra de preferência quase absoluta é ‘voto’. Ela está na primeira página da cartilha e é citada quase umas cem vezes.”¹⁶

O episódio em que o Professor Germano Coelho, Presidente do MCP, foi chamado ao Quartel do IV Exército para explicar o conteúdo da Cartilha, feita por Norma Coelho e Josina Godoy, enquadrava-se num mundo bipolarizado, muito forte nos anos 60, e qualquer elemento que parecesse “subversivo” era visto como propaganda comunista:

- Por que tanta foto de mangue, alagado e mocambo?
- Por que é lá, general, que vivem os analfabetos.
- Por que tantos textos falando em mangue, em alagado, em mocambo?
- Por que essas palavras, General, mangue-alagado-mocambo, eles não conhecem como palavras, mas conhecem muito bem como realidade, sendo portanto mais fácil agora aprende-las como palavras.
- Por que essa foto de flagelado com crianças abandonadas?
- General, a resposta está no texto: “o flagelo é o camponês desamparado”, analfabeto, que precisa de escola, que precisa aprender.
- Essas fotos de palafitas à beira do rio, não fazem da Cartilha do MCP, um livro triste e pessimista?
- Não, General; veja a primeira foto do Livro: um jangadeiro forte, rindo. Ele tem trabalho, pesca à vontade, porque o mar não tem dono.
- Por que a “escola do MCP é do povo?”
- Por que a escola do MCP é como o mar, não tem dono; lá não se cobra nada; e o povo pode ir à aula mesmo como vive, com roupa rasgada e pés descalços.
- Convenhamos: o livro não é subversivo, mas chegou no limite. Parou, um pouco, e acrescentou: não é subversivo, mas pode ser usado subversivamente. (COELHO , 2002, p. 71-72)

E as acusações iam se acentuando de forma mais agressiva, pois nesse momento era de conhecimento - público e notório – a participação de comunistas no

¹⁵ O Metropolitano, 17 de outubro de 1962.

¹⁶ Diário de Pernambuco, 21 de abril de 1962.

MCP: “Buscando fórmulas para politizar o homem do campo, o operariado e todos aqueles que o Movimento procura reduzir na sua pregação vermelha”.¹⁷

As críticas mais mordazes eram feitas até pela Câmara de Vereadores do Recife, acusando o MCP de caixa dois e de desvio de dinheiro público: “Suas obras estariam sendo concluídas à ‘toque de caixa’, e seus automóveis estariam sendo usados na campanha eleitoral.¹⁸ E mais: “O Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura estaria promovendo ‘uma orgia de dotação em favor da cultura popular’ em detrimento de outros grupos culturais”¹⁹

O *Jornal do Commercio* seguia, a exemplo do que vinha fazendo o *Diário de Pernambuco*, críticas ao MCP com tom de ironia, e, como o momento era de campanha eleitoral para o Governo do Estado, Miguel Arraes era também alvejado juntamente com o MCP na matéria intitulada “Das Escolas do ex-Prefeito só existem mesmo fumaça”:

[...] diz que na jogada urdida pelos ‘cérebros’ do lado de lá surgiram as obras de fachada como as de maior exequibilidade para iludir o eleitorado desavisado. Se bem pensavam, melhor fizeram, e entre as realizações de ‘araque’ utilizadas pelo candidato dos interesses antinacionais – além de [...] estão as ‘escolas’ do MCP. Essas ‘escolas’ inauguradas com muita festa, fotos nos jornais e fausta publicidade duravam, talvez, menos do que as rosas de Malherbe. Pois, só existiam mesmo na tarde – alguma na noite – da inauguração. Fotografadas e festejadas sob discurso e ampla demagogia, tinham cumprido a ‘missão’, atingida a ‘meta’ dos subversivos. Por isso, já no outro dia, não mais existiam. Dessas ‘escolas’ armadas como lapinhas em dia de festa, só resta, agora fumaça.²⁰

Da Câmara dos Vereadores partiu a instauração de um inquérito para averiguação do uso de verbas pelo MCP. Os Diretores do MCP, como não tinham

¹⁷ Ibid, 12 de maio de 1962.

¹⁸ Jornal do Comércio, 18 de agosto de 1962.

¹⁹ Diário de Pernambuco, 23 de agosto de 1962.

²⁰ Jornal do Comércio, 28 de agosto de 1962.

nada a esconder, foram à televisão para convidar a todos a fazerem visitas às escolas. Personalidades importantes como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros nomes deram testemunho da lisura do MCP e de todos os seus intelectuais que faziam parte da sua constituição.

O Prefeito Antônio Moury Fernandes, que ficou no lugar de Miguel Arraes quando este foi concorrer ao governo do Estado, propôs a extinção do MCP, denunciando o convênio entre este e a Prefeitura. A iniciativa deixa os seus mentores chocados gerando protestos em frente à Câmara Municipal com a presença de pais de alunos, estudantes, sindicatos. O *Diário de Pernambuco* atacava veementemente a demora dos vereadores em aprovar a extinção do MCP a pedido do Prefeito:

A resistência que alguns vereadores vêm fazendo a mensagem do Prefeito Moury Fernandes, que propôs a criação da Divisão de Ensino da Prefeitura do Recife, é apenas uma manobra eleitoral com fins demagógicos. Está, sim, a favor da criação de um departamento que absorva atividades, hoje desenvolvidas por uma organização particular – que recebe subvenções do município, sem quaisquer obrigações especiais – e oriente o ensino primário no Recife. Não discute a mensagem se a orientação popular é certa ou errada. Reivindica o prefeito para os quadros estruturais da municipalidade. [...] ²¹

As tentativas de minar o MCP eram associadas a vários fatos: de ser “foco de comunistas”, de apresentar um tipo de alfabetização bastante “subversiva”, de serem “foco” de católicos que se “passavam” como tal, mas que na verdade eram todos comunistas. E, por fim, como não conseguiam minar o projeto, de forma alguma, porque houve resistência de setores da sociedade civil – acusaram-no de malversação do dinheiro público. Nos dias de hoje daria uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a história do MCP não lembra em nada os desvios do erário, que mancham a conduta de nossos deputados e senadores do sistema Republicano atual. Não se encontrou nenhum foco de corrupção no MCP, embora a imprensa tratasse em seus

artigos e colunas como se tivesse ocorrido a rapinagem de seus integrantes de conluio com a Prefeitura.

Esse clima de acusação aconteceu no período de processo eleitoral. O ano era 1962 em que havia uma campanha bem pontuada por brigas, calúnias; outro ponto que reforça essa questão é referente a imagem de Miguel Arraes, associada à esquerda. Naquela altura, a esquerda era apontada como um “perigo” crescente – a “comunização”. O MCP era visto como um “foco” de “comunias” e seus perseguidores não perceberam que o empreendimento era educacional e cultural vinculado às camadas populares. Pelo contrário, a oposição política a Miguel Arraes usava toda a campanha negativa que foi manifestada por vereadores, pela imprensa, pela elite e etc, para associar a imagem do MCP ao comunismo, ou a “pregação vermelha”, conforme citou o Diário de Pernambuco. Silke Weber mesmo lembrou em entrevista ao autor a presença do povo nas Praças de Cultura próximas aos prédios de pessoas abastadas:

As pessoas mandavam desligar o rádio. Então eles não aceitavam que o rádio estivesse lá, ou seja, ligado no auto-falante, não aceitavam, fizeram muita injustiça. Aí é claro começaram a dizer que aquilo era coisa de comunista, que aquilo era coisa de tudo que pudesse imaginar, subversivo, etc.²²

Nas Praças de Cultura, as mesmas que foram atacadas pela elite porque elas incomodavam, apresentavam o Coral Falado do MCP que de forma exaltada recitou “Operário em Construção” de Vinícius de Moraes:

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as asas
Que lhes brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão
Não sabia por exemplo
Que a casa de um homem é um templo

²¹ Diário de Pernambuco, 15 de setembro de 1962.

²² Silke Weber em entrevista ao autor deste trabalho em 20 de fevereiro de 2006 na cidade do Recife/PE.

Um templo sem religião
Como tampouco sabia

Que a casa que ele fazia
Sendo sua liberdade
Era a sua escravidão
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário
De forma que certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
Garrafa, prato, facão
Era ele que fazia
Ele, um humilde operário
Um operário em construção
Olhou em torno: a gamela,
Banco, enxerga, caldeirão,
Vidro, parede, janela,
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia “sim”
Começou a dizer “não”.²³

A utilização do poema de Vinicius de Moraes nas Praças de Cultura dava uma dimensão crítica, e a percepção de como os membros mais abastados dessa heterogênea pólis excluía aqueles que trabalhavam para colocá-la de pé. A essência do poema se resume numa crítica a um mal que atinge até hoje o Brasil – a

²³ Vinicius de Moraes in: Coelho, op. cit, p. 30-31.

desigualdade socioeconômica. Mas o poema recitado nas Praças de Cultura num clima de caça às bruxas, soava como provocação. E sem dúvida as acusações aos organizadores do MCP de promover a subversão não demoravam a chegar de todos os lados.

O Vereador Wandelkolk Wanderley se posicionou ao lado daqueles que ao exemplo dos covardes, que quando se sentem ameaçados em seus privilégios, começam a boicotar tudo que o ameaça. O Vereador respaldado pelo o Prefeito Antônio Moury Fernandes e de outros políticos, agiram para a desativação imediata do MCP, no que foi apoiado pelo Diário de Pernambuco:

O Sr. Wandelkolk Wanderley criticou severamente diversos aspectos negativos do MCP. Disse, inicialmente que o movimento, no que pese se acobertar por trás de uma legenda tão feliz, é, no momento, verdadeiro covil de ladrões e agitadores. Havia imprimido, para alfabetização dos adultos uma cartilha sectária, repleta de ódio e frases virulentas.²⁴

A extinção do MCP consegue ser evitada e sua sobrevivência até o golpe de 1964 é fortalecida com a vitória de Miguel Arraes para o Governo de Pernambuco. Arraes era apoiado pelas esquerdas, inclusive os comunistas. Essa vitória serviu como fortalecimento do que vinha se desenvolvendo até então, ainda mais o papel da educação popular estava ameaçado de continuar. Contudo, as suas metas no governo do Estado reforçaram a educação e a cultura popular que foi realizado pelo seu “Programa de Educação do Governo de Pernambuco para 1963”. O documento foi denominado também de “Frente de Educação Popular”.

Não cabe, aqui, fazer nenhuma análise do programa de Governo que Arraes propusera, mas algumas comparações com o MCP valem ser mencionadas:

²⁴ Diário de Pernambuco, 03 de outubro de 1962.

É popular a educação, porque vinculada ao trabalho, à profissionalização, ao processo produtivo. Porque destinada à massa da população, de acordo com uma pedagogia popular, criadora de novos métodos técnicas, sistemas, processos e programas de educação, adequados à formação do homem comum. É popular, enfim, porque constitui para o trabalhador um instrumento de sua emancipação progressiva, através da educação sistemática e permanente, da profissionalização, da cultura, da formação sindical e cooperativista e da conscientização dos problemas de nossa época.²⁵

Esse programa pode ser considerado uma extensão do MCP, no âmbito estadual, numa esfera que não mais se dava nos limites do Recife. Isso fica claro na apresentação do programa que contou com as palavras de Germano Coelho, Secretário de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco. Germano Coelho foi Presidente do MCP e muito fiel a Arraes durante toda as suas gestões no Executivo no pré-64.

A Revista Times de 02 de novembro de 1962, “antenada” com as eleições estaduais aqui no Brasil, publica um artigo com o título muito suspeito de “A vitória esquerdista”, que fazia referências à “cartilha ideológica do MCP”, no que é seguida de um reforço mais agressivo feito pelo *Diário de Pernambuco*, no mesmo período: “incita os trabalhadores à luta por considerar a greve, garantida por lei, um meio de obter melhores salários”.²⁶

A seção periscópio do *Diário de Pernambuco* detonava mais uma vez com o MCP, que cada vez mais enxergava como principal e único alvo de provocações; certamente, dada a sua iniciativa no campo da educação e cultura popular. Bem como a sua composição pluralista que era acusada de “promover a baderna”. O MCP não foi associado, pelo jornal, de estar promovendo a construção de uma sociedade mais justa, democrática e, conforme disse Gramsci, “regulada”. O MCP foi visto como mais um elemento que vai “subverter” a ordem dominante. A matéria agredia de maneira lacerante o MCP e o Governador Arraes – ambos não eram dissociados:

²⁵ Programa Educação do Governo de Pernambuco para 1963, p. 9

Prossegue ritmado, o plano de subversão, de inquietação em todos os meios, através de greves, de agitação nos meios rurais, ante um governo que se omite, que se demite, que não tem coragem de enfrentar os fatos. Pelos bairros, o MCP o que faz é atirar lenha na fogueira, distraindo a massa com a exibição de filmes populares descrevendo o horror da vida do camponês, nos engenhos e usinas, enquanto, por outro lado, apresenta os milagres da Revolução de Cuba, e os movimentos hostis aos Estados Unidos.²⁷

Conforme foi analisado, neste capítulo, as divergências externas advindas da sociedade política e civil foram enormes o que gerou um intenso agravamento. O MCP era visto como apavorante, e, à medida que os Círculos de Cultura chegaram ao interior e a perspectiva de alfabetizar uma massa de camponeses fosse – pelo método Paulo Freire ou pelas Escolas Radiofônicas – se tornou possível, o clima de medo assustava cada vez mais a elite, que se alimentava das diferenças ingentes entre as classes sociais, do analfabetismo de grande parte da população e das disparidades econômicas. A resposta foi o golpe que marchava, assunto do próximo capítulo.

²⁶ Diário de Pernambuco, 04 de novembro de 1962.

Capítulo 4 Convergências e divergências internas – católicos de esquerda, socialistas da Ação Popular e comunistas do PCB na construção de uma nova hegemonia a partir da experiência no MCP

4.1 A Igreja Católica no início do anos 60 - a nova “páscoa” para ocupar-se dos novos desafios sociais

Um grande marco para Igreja Católica, no que diz respeito a um posicionamento mais aberto diante de um mundo heterogêneo economicamente e socialmente, foi o momento das Encíclicas de João XXIII e de sua convocação a todos homens de boa vontade para o Concílio Vaticano II. Contudo, a hierarquia da Igreja Católica quase sempre se apresentou de forma conservadora durante quase todo o século XX, estando ao lado até regimes fascistas e ditatoriais para disputar poder.

Entrementes, nenhuma instituição consegue se comportar de forma inteiramente monolítica. Como é sabido, o homem é ávido do conhecimento. E, para conhecer, precisa da curiosidade. Hobbes mesmo comentou que o homem tem, em sua essência, esse acidente que faz a diferença sobre os demais seres: “O desejo de saber o

²⁷ Idem, 20 de março de 1963.

porquê e o como chama-se curiosidade, e não existe em qualquer criatura viva a não ser no homem” (1983, p.35)

O alto clero sempre se comportou de forma a que os valores cristãos fossem protegidos de qualquer ateísmo ou agnosticismo. Para isso, a Igreja Católica da primeira metade século XX esteve sempre ao lado dos valores capitalistas e, sobretudo, nas áreas em que sempre tiveram bons desempenhos: defesa do lucro, propriedade privada, individualismo e naturalização da diferença entre ricos e pobres – uma forma de “cimentar” os problemas sociais. Uma versão moderna e capitalista do “Sermão da Montanha” do Evangelho, segundo Mateus.

Depois que o comunismo, após a Revolução Russa de 1917, passou a conviver num mundo em que predominavam até então as formas capitalistas de exploração, a Igreja se sentiu ameaçada. Conforme lembrou Hobsbawm, sua perspectiva vislumbrava a “emancipação universal, a construção de uma alternativa melhor para a sociedade capitalista eram, afinal, sua razão fundamental de existir” (1995, p. 78).

O comunismo foi o opositor do capitalismo ao longo do século XX. A Igreja Católica amedrontada com o crescimento do comunismo, e muito mais próxima da moral capitalista, acabou provocando uma propaganda anticomunista. O fascismo de Mussolini, o regime de Franco na Espanha, a ditadura de Vargas no Brasil e de Salazar em Portugal foram exemplos de apoios dados pela Igreja, por terem sido considerados regimes anticomunistas.

A ala conservadora da Igreja, o centralismo do papado no Vaticano e os católicos de direita, todos esses estiveram ao lado dos regimes nazi-fascistas que assombraram o mundo no século XX, e tendo como o inimigo comum – o comunismo.

O romantismo em torno da Revolução de 1917, conforme revelou Antonio Callado numa entrevista há 20 anos atrás, fez parte de uma geração que acreditou que aquele modelo poderia livrar o homem das injustiças sociais.

A Igreja católica pôde fazer uma virada importantíssima na sua forma de ver o mundo. Sobretudo quando constatou que no mundo faltava algo que nem o capitalismo e nem o socialismo puderam compreender – a busca de um caminho para pôr fim às desigualdades e disparidades que assolavam o mundo.

O mundo que se desenhava, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial apresentava inovações tecnológicas moderníssimas, tais como: as viagens interplanetárias, a descoberta da pílula, a invenção da penicilina, o processo da robotização, a corrida armamentista, a bomba atômica, etc.

Contudo, continentes quase inteiros – África, Ásia e América Latina apresentavam populações vivendo abaixo da linha da pobreza, em condições de miséria e sem assistência estatal. Muitos povos nem haviam terminado a formação de seu Estado Nacional devido as descolonizações que estavam em processo ou porque estavam muitos em guerra civil.

Esses eram os desafios que a nova Igreja que se configurou no início dos anos sessenta estava determinada a enfrentar. A Igreja, conforme foi dito, não era monolítica, e ela buscava se adaptar às necessidades regionais que eram multifacetadas de cada continente em que ela esteve presente com os seus missionários.

Esse momento de mudanças na Igreja Católica nos anos sessenta foi lembrado também no cinema. No filme *A Idade da Terra*, de 1980, do representante-mor do Cinema Novo, Glauber Rocha, o cineasta fez uma relação entre a quebra de um anátema - ao relacionar o diretor italiano Pazzolini, um ateu, que filmava sobre a vida de Cristo, às idéias progressistas de João XXIII: “Pazzolini filmou a vida de Cristo na

mesma época em que João XXIII quebrava o imobilismo ideológico da Igreja Católica em relação aos problemas dos povos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo. E também em relação à classe operária europeia”. A película era de 1980, mas a reflexão era sobre os revolucionários anos sessenta. . Esse momento era feito de reflexão de qual o papel da Igreja no mundo?

Nos anos sessenta, a conjuntura de denúncias, feitas pelas esquerdas sobre as desigualdades socioeconômicas, incorporou setores da Igreja Católica em sua aproximação dos pobres. A personalidade fomentadora deste processo é a do Papa João XXIII.

4.1.2 As encíclicas de João XXIII

Numa perspectiva marxista, sobretudo numa análise da infra-estrutura, das condições materiais e das relações dentro do modo de produção capitalista, foi constatado por uma ala progressista da Igreja que o mundo concentrava riquezas em poucas mãos. Isso era evidente, sobretudo, nos países que foram reconhecidos como de Terceiro Mundo.

As benesses desse mundo cada vez mais rico economicamente e, sofisticado, no sentido verdadeiro da palavra - adulterado, artificial, etc - não eram conhecidos por muitos povos do mundo em que as formas capitalistas só eram uma fachada para organizar o Estado. Deve-se levar em consideração que a redistribuição do capital não chegava à população.

A Igreja se propusera, no início dos anos sessenta, a colocar o “fermento na massa” e fazer a opção pelos pobres. E, para isso, escreveu através do Papa João XXIII, duas encíclicas que fizeram uma profunda análise desse mundo que necessitava

ser desvelado; e que, através desse desvelamento, fazer a revelação do que estava por de trás do “véu das aparências” daquele mundo pós-guerra – as contradições sociais e materiais cada vês mais ingentes.

João XXIII, que fora eleito Papa em 28 de outubro de 1958, se mostrou um Pontífice bastante preocupado com essas desigualdades no mundo. Curiosamente, muitos achavam que, por ser um Papa com idade avançada, fosse preencher o cargo por pouco tempo. O Brasil, o país mais católico do mundo, indagou: “Quem é ele?” (BEOZZO, 1993, P.12). Na crise dos mísseis, entre Estados Unidos e União Soviética, em 1962, seu papel foi de evitar um conflito devastador entre as superpotências.

Contudo, o Papa surpreendeu e conseguiu cativar a comunidade católica. Na “Mater et Magistra” de 1961, João XXIII sugeria a participação dos empregados nos lucros, a responsabilidade da empresa com o operário, a organização de classes com a finalidade de evitar a exploração do operário pelo seu patrão, e defendeu também o direito da propriedade.

Ao fazer a defesa do direito da propriedade, ele deixa bem claro que não estava defendendo o capitalismo, no qual uma minoria que detém o capital consegue multiplicar suas propriedades e lucros, e uma grande maioria vive em estado de indigência ou vivendo de salários aviltantes.

Ele acrescenta sobre o direito da propriedade a função social que exerce e afirma que: “O direito de propriedade privada, mesmo sobre bens produtivos, tem valor permanente, pela simples razão de ser um direito natural, fundado sobre a propriedade ontológica e final de cada ser humano em relação à sociedade”. (João XXIII, 1961, p.131.)

Falando aos países mais ricos em tecnologia, João XXIII afirmou que, quando um país mais desenvolvido colabora com um menos desenvolvido, não deve sobrepujá-lo ou explorá-lo, porque seria uma nova forma de colonização:

É, portanto, indispensável e justo que a mencionada cooperação técnica e financeira se preste com o mais sincero desinteresse político. Deve ter apenas em vista colocar essas comunidades, que pretendem desenvolver-se, em condições de realizarem por si mesmas a própria elevação econômica e social. (Idem, p. 144)

Nessa encíclica, enfim, ele conclama todas as nações para que pratiquem a justiça social, como meio de sobrevivência dos homens e povos: "Em nome de Deus, e para bem material e espiritual dos homens, chamamos a todos, autoridade, patrões e trabalhadores, à observância do preceito de Deus e da Igreja, recordando a cada um a grave responsabilidade que tem perante Deus e a sociedade." (idem, p.158)

Acerca da paz no mundo, uma questão tão difícil para as sociedades e culturas de todos os tempos, João XXII escreveu em seguida, no ano de 1963, *Pacem in Terris*. Nela ele reafirma a igualdade entre os povos e nações. Condenou o racismo e a corrida armamentista e lembrou o que tanto Hannah Arendt alertou sobre as armas de destruição como possibilidade do fim da humanidade:

O resultado é que os povos vivem em terror permanente, como sob a ameaça de uma tempestade que pode rebentar a cada momento em avassaladora destruição. Já que as armas existem e, se parece difícil que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade das mortes e inmensuráveis destruições que a guerra provocaria, não é impossível que um fato imprevisível e incontrolável possa inesperadamente atear esse incêndio. Além disso, ainda que o imenso poder dos armamentos militares afaste hoje os homens da guerra, entretanto, a não cessarem as experiências levadas a cabo com fins militares, podem elas por em grave perigo boa parte da vida humana sobre a terra. (Idem, p. 181)

Resumidamente, essas encíclicas apresentadas por João XXIII revelaram uma preocupação que a Igreja vinha tendo com as transformações ocorridas de forma

acelerada no pós-Segunda Guerra Mundial. Faltava aos povos de todas as nações: justiça social, equidade, solidariedade e paz.

4.1.3 O Concílio Vaticano II – O Papa convida todos os homens de boa vontade para refletir sobre o mundo

De 11 de outubro de 1962 a 08 de dezembro de 1965 e com quatro sessões, foi realizado o Concílio Vaticano II, convocado pelo Pontífice João XXIII que não conseguiu chegar ao final dele por motivo de falecimento.

O capitalismo se beneficiava da matéria-prima dos países mais pobres, a guerra atômica ameaçava a paz mundial, o desenvolvimento tecnológico não trazia progresso para todos os povos, enfim, que mundo é esse? O que pode ser debatido e conseqüentemente feito para torná-lo melhor? Foram os questionamentos feitos durante o Concílio.

Os temas, citados acima, foram trazidos para as sessões que foram promovidas pelo Concílio Vaticano II, e João XXIII tinha um respaldo muito grande – as suas encíclicas sociais. Elas, previamente, apresentaram muitas questões que foram exaustivamente debatidas ao longo de mais de três anos.

Uma grande novidade do Concílio foi a aproximação com as Igrejas não-católicas. Sua finalidade foi o ecumenismo, promovendo a unidade dos cristãos, preocupação permanente do Concílio. A essência do Concílio Vaticano II foi o “aggiornamento” ou a perspectiva de uma resposta cristã às instâncias de uma humanidade em vias de mudança profunda e global. Era uma direção rumo a um rejuvenescimento da vida cristã e da Igreja.

O Papa João XXIII quis que os representantes das Igrejas não-católicas estivessem presentes às sessões. Mas a aproximação entre cristãos e comunistas deu

uma outra conotação ao debate. Na tautologia é possível o terceiro excluído? De qualquer forma o ambiente acolhedor e receptivo permitiu atrair até mesmo aqueles que não possuíam qualquer crença, inclusive os comunistas. Foi um grande avanço da Igreja.

João XXIII convocou também os comunistas para participarem do Concílio Vaticano II o que daria a passagem, a páscoa para os cristãos, do anátema ao diálogo. O francês, Roger Garaudy, intelectual comunista, esteve presente ao Concílio. A Igreja abandonava o anticomunismo ferrenho e valorizava o debate, o bom convívio para que todos juntos - cristãos ou não - refletissem sobre a miséria do mundo, o crescimento do capitalismo excludente e a possibilidade de uma guerra nuclear.

Sobre a guerra nuclear, o intelectual comunista francês mostrou o seu mal-estar:

Nesta segunda metade do século XX tornou-se tecnicamente possível, com os estoques de bombas atômicas e termonucleares atualmente existente, aniquilar toda a vida civilizada sobre a terra. Chegamos a este mundo tão engrandecido e trágico da história da humanidade em que a epopéia humana iniciada há um milhão de anos pode soçobrar. (GARAUDY, 1969, p. 9)

O diálogo que aproximaria cristãos e marxistas está ligado à necessidade de preocupação com os destinos da humanidade. Que futuro poderia ser melhor para a sobrevivência da espécie? Que valores morais introduzir? Qual o caminho a tomar, a decidir para um futuro incerto diante dos infortúnios? Quais esperanças devem ser suscitadas?

O Padre José González Ruiz enxergava as boas qualidades que o comunismo pregava e ao mesmo não deixava de ressaltar tal aproximação: “O humanismo marxista é hoje o sustentáculo de praticamente um terço da população do globo. Não

podemos condenar sem conhecer uma ideologia que anima tantos homens e tantos povos e que constitui a esperança de tantos oprimidos e explorados. (Ibid, p. 10)

A repercussão do Concílio na América Latina trouxe novos caminhos de ação e reflexão, entre elas: uma embrionária teologia que propusera a libertação do homem, não somente pela teologia; mas inserido numa práxis revolucionária, numa dialética em que o pobre não deveria esperar a sua morte para um dia herdar o reino dos céus; a teologia da Libertação tem um sentido de tomada de conscientização:

Pobreza-compromisso constitui a forma mais alta do amor porque vai ao encontro do outro como outro e não como alguém da mesma classe ou prolongamento de nós mesmos. Ser pobre hoje para a Igreja e para os cristãos ao nível pessoal é entrar num compromisso pela justiça das imensas maiorias empobrecidas economicamente e ofendidas em sua dignidade de homens e de irmãos. Colocar sua consciência, sua linguagem, seu peso social, seus bens e sua presença histórica nas sociedades latino-americanas em favor destes outros que constituem os 'muitos' (todos) pelos quais Cristo também viveu e morreu significa para a Igreja um apelo de consciência inarredável que julga do caráter evangélico e libertador de sua atuação o mundo. (BOFF, 1987, p. 250-251)

O reino de Deus deveria ser construído aqui e a Teologia da Libertação concretizada em Medellín no ano 1968 foi um desses momentos em que a ala progressista pôde manifestar-se de forma crítica, repensando os evangelhos e sua nova concepção de se pôr em prática.

O Concílio teve muitos desdobramentos, reverberando num contexto em quem foi marcado por fortes transformações política, sociais e culturais. As idéias discutidas pelo Concílio reverberaram no MCP.

4.1.4 A Igreja Católica no Brasil – do pós-segunda Guerra aos ano início dos nos sessenta

Não cabe, aqui, fazer nenhuma análise profunda da História da Igreja Católica no Brasil, e sim, apresentar alguns fatos que tiveram seus direcionamentos voltados para o objeto que está em análise – comunistas e católicos no MCP.

A Igreja no Brasil através da Ação Católica esteve sempre preocupada em deter qualquer movimento comunista. A Ação Católica tinha como principal aliado a burguesia industrial-financeira e as classes médias.

A Ação Católica para deter o comunismo buscava a “recristianização da cultura” (SOUZA, 1984, p.62). E, para isso, D. Leme esteve sempre disposto a efetivar um trabalho que se aproximasse do laicato. O movimento era de unir forças através de conselhos nacionais pululando em outros setores da sociedade civil. Dom Hélder Câmara será o reformulador da Ação Católica a partir dos anos 50.

Em 17 de outubro de 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que buscou uma organicidade maior junto aos episcopados nacionais. Uma das finalidades da CNBB é cuidar do relacionamento com os poderes públicos a serviço do bem comum. Ela enquadrava-se na prática do populismo brasileiro.

As Encíclicas do Papa João XXIII despertaram no Brasil aqui resultados opostos: o crescimento de movimentos pela reforma agrária que encontrava um obstáculo nos latifundiários, muitos deles ligados a Tradição, Família e Propriedade (TFP). As insatisfações dos trabalhadores com os baixos salários dava espaço para as greves que mobilizavam sindicatos e grupos de esquerda para contestar o grande capital aliado da sociedade política.

A vizinha Cuba era vista como o foco irradiador na América Latina, sobretudo no Nordeste. As ligas camponesas e os sindicatos dirigidos pelo PCB eram vistos como foco da “onda vermelha” que “ameaçava” o país.

Diante das transformações que a sociedade brasileira vinha passando, novas vozes vinham buscando espaços para manifestar seus descontentamentos, e uma ala mais aberta às mudanças da Igreja Católica se mostrou sensibilizada.

A Juventude Universitária Católica (JUC) que nasce no seio da Ação Católica de tendência elitista e conservadora, chega aos anos sessenta intensificando uma prática que saía do campo evangelizador – seu principal objetivo inicial; partindo para a ação política de forma radical e bem crítica. A JUC cedeu à politização.

Do princípio, “ver – julgar – agir”, onde a prática político-partidária não poderia ser exercida, os estudantes entre os anos de 1958 a 1964 costuraram uma ação centrada no engajamento político. A mudança de mentalidade que a JUC passou a ter enquadrava-se no contexto da Guerra Fria, da Coexistência Pacífica, da bipolarização do mundo, das descolonizações e do avanço do socialismo no mundo. Houve uma sensibilização aos problemas sociais e econômicos pelo qual passava a sociedade brasileira. E o contexto aprofundava mais ainda o debate político dentro da JUC.

A presença de jucistas em congressos estudantis da UNE, em diretórios acadêmicos e em discussões políticas que estavam se intensificando nas universidades públicas fez com que o alto clero resolvesse usar o poder coercitivo para afastar qualquer politização dentro da JUC.

Como a ordem eclesiástica não poderia ser de forma alguma violada, e a sociedade deveria permanecer sem que as contradições emergissem, o que era muito bom para aquele catolicismo de direita, a alta hierarquia da Igreja apertava os cintos cada vez mais contra aqueles que utilizavam a JUC como instrumento político.

Não se deve deixar de lembrar que esse movimento que se tornou de esquerda diante de alguns bispos conservadores, assinalava um vanguardismo progressista dentro da Igreja Católica aqui no Brasil.

Desta forma, os cristãos mais à esquerda envolvidos com a JUC, querendo mais espaço de ação política, fundaram a Ação Popular, a AP, uma organização que apresentou um caráter de profunda politização que se ampliou em vários setores da sociedade brasileira: no camponês, no estudantil e no operário. A AP participou inclusive dos movimentos de educação e cultura popular – MCP, MEB, CPC e De pé no Chão também se Aprende a Ler.

4.1.5 A Ação Popular – da sua proposta de Revolução Brasileira à sua participação no MCP

A Ação Popular nasceu no ano de 1962 que, curiosamente, foi o ano em que o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, seria criado em oposição ao Partido Comunista Brasileiro. Novos movimentos de esquerda se formaram àquela altura, dando um tom de crítica à sociedade brasileira, imersa em profundas contradições.

Os estudantes estavam bastante mobilizados no início dos anos sessenta, em defesa dos grandes movimentos de massa, levantaram a bandeira da reforma agrária, do 1/3 de participação estudantil nos colegiados das universidades, e mais tarde, em 1963, na proposta de reformas de base.

Os integrantes da Ação Popular se formaram em meio a toda politização que os estudantes vinham desenvolvendo em todo o Brasil. Ação Popular originou-se de uma parte da JUC. A JUC, que estava engajada no movimento estudantil, se aprofundou nas discussões em torno da Revolução Brasileira.

A Revolução Brasileira passou a ser o tema mais discutido pela intelectualidade brasileira, por políticos, pelas organizações de esquerda e por todos aqueles que representavam a opinião pública. As questões mais preocupantes que estavam no calor da hora foram consideradas como temas da Revolução Brasileira – a

reforma agrária, a educação popular, a reforma política, a reforma universitária, a legalidade do PCB, o fim das opressões sociais, etc.

A Revolução Brasileira era um conjunto de providências que deveriam transformar a sociedade brasileira e, no bojo dessas mudanças, um setor da JUC resolveu fundar a Ação Popular.

Livres dos impedimentos de politização, os estudantes que criaram a Ação Popular, tiveram um espaço livre e aberto, até 1964, para discutir sobre a melhor proposta de Revolução Brasileira.

O Estatuto Ideológico documento de 1962, criado pelos integrantes da Ação Popular, defendia a Revolução Brasileira e o socialismo. Essa revolução era compreendida pela AP da seguinte maneira: participação em movimentos como as ligas camponesas, o Movimento de Cultura Popular, o movimento operário, o MEB, etc.¹

Os socialistas integrantes da AP em 1962 tornavam-se uma grande incógnita, pois eles não queriam ser associados aos comunistas do PCB, porque estes haviam adotado uma linha reformista. Por outro lado, a AP definia-se por um “socialismo como humanismo” que, naqueles anos sessenta, era visto como inviável num quadro profundo de luta de classes, na perspectiva marxista da ditadura do proletariado.

A Ação Popular foi uma organização crítica da ditadura do proletariado, o que revelava o desconhecimento da teses marxista-leninistas. Criticava a esquerda brasileira, sobretudo o PCB, pelo reboquismo diante da burguesia. O documento assinalava inclusive para uma revolução socialista, contudo não apresentava uma fórmula de como realizá-la.

¹ Cf. ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 41-46; SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. A JUC: Os estudantes católicos e a política. Petrópolis, RJ: 1984, p. 190-191.

O crescimento da Ação Popular foi bastante significativo, mesmo se tratando de uma organização de esquerda, dentro de um quadro de semi-clandestinidade. O movimento da Ação Popular era de aprofundamento em vários setores da sociedade, buscando politizar as massas.

No Nordeste, a vanguarda da educação e cultura popular, o conjunto de membros da JUC, que depois resolveram participar da fundação da Ação Popular, foi muito forte. Silke Weber entrevistada pelo autor deste trabalho e que foi uma das integrantes do MCP, participou dos debates da Ação Popular: “Eu própria era de AP. Muita gente que tinha era de AP”.²

No Nordeste havia o MEB, o “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, além do MCP. Suas frentes de ação foram bastante ampliadas. Muito embora, o comportamento da Ação Popular nestes programas de educação popular não fosse de arregimentação, confrontação ou politização ideológica. As opções ideológicas não entravam no campo da discussão.

4.1.6 Os católicos de esquerda – “os independentes”

Os católicos independentes que também eram de esquerda, mas que não se integraram na Ação Popular, era o grupo que disputava a hegemonia do MCP ao lado dos comunistas. Foi um grupo formado por: Germano Coelho, Anita Paes Barreto, Norma Coelho, Ângela Vieira, Juracy de Andrade, Paulo Rosas, Argentina Rosas, Paulo Freire e outros. Esses integrantes citados desempenharam funções de grande destaque no MCP

Esse grupo foi o que mais dava suporte técnico-administrativo ao Prefeito e depois Governador Miguel Arraes na elaboração do MCP. Foram eles que fizeram acontecer as experiências das Praças de Cultura, que elaboraram documentos

essenciais para o melhor andamento do MCP e que até foram apontados de “suspeição” pelo General Muricy por estarem próximos dos comunistas:

Em encontros privados, aconselhou Freire e Germano de Vasconcelos Coelho a manterem os católicos no controle do Movimento de Cultura Popular no Recife, onde os comunistas estavam cada vez mais ativos no programas. Muricy declarou que ‘é conveniente e necessário reexaminar a questão dos movimentos de educação popular, no Nordeste e no Brasil, dirigidos pela Igreja ou por leigos, evitando que estes últimos caiam nas mãos de comunistas’.(SERBIN, 2001, p.149)

A postura desses católicos, e a sua inclinação assumida à esquerda, foi resultante de um movimento que partiu do Vaticano II, no Pontificado progressista de João XXIII, que certamente, foi um momento de muita sensibilidade aos problemas que urgiam reflexão, ação e solução.

Ângela Vieira lembrou essas transformações e impressões que o Concílio Vaticano II provocou nas pessoas:

Também nesse sentido a Igreja, começou um trabalho progressista, a começar pelo Papa João XXIII, eu me lembro quando nós estávamos em Paris, foi emocionante uma reunião que nós fizemos com pessoas de diversas Igrejas e rezamos o ‘Padre Nosso’ em conjunto, que era uma oração comum à Igreja Anglicana, Igreja Pentecostal, não sei quantas Igrejas, universal, esse sentimento do João XXIII, o sentimento da Igreja progressista aqui com o Boff. Aí você sente que foi uma conjunção de fatores que levou.³

O grupo de católicos de esquerda, foi o desenvolveu os métodos que acabaram gerando divergências na prática de alfabetização – método audiovisual e o da Cartilha. Ambos foram propostos por católicos. Sendo que o segundo foi escolhido pelos comunistas como ideal para a alfabetização de adultos.

² Silke Weber em entrevista ao autor deste trabalho em 20 de fevereiro de 2006 na UFPE.

³ Ângela Vieira em entrevista concedida ao autor em 17 de fevereiro de 2006 em Jaboatão/PE

Foram os católicos de esquerda ou independentes que organizaram as festas natalinas e juninas como forma de aproximar o alfabetizando do seu mundo cultural, sem o objetivo ostensivo de se fazer imposição religiosa.

A integração com outros grupos foi tão pertinente que, através da ação desses católicos de esquerda, o MCP pôde ser estendido a outros Estados, recriando novas experiências de educação e cultura popular.

O sentimento desses católicos de pertencerem à esquerda, está associada à preocupação que tiveram com os problemas: das desigualdades regionais, da miséria, da fome, do analfabetismo, das injustiças sociais, da exclusão, das moradias precárias dos mocambos, etc. Tudo isso para este grupo deveria ser transformado via conscientização, e o caminho que esse grupo optou foi o da alfabetização popular.

Uma nova alfabetização como transformação da sociedade, elevando o nível material e cultural de vida da população. Todas essas características estão inseridas numa conjuntura em que a esquerda passava por um momento histórico bastante delicado de: rachas, mágoas, rupturas, críticas, ressentimentos. E ao contrário do grupo católico independente, não havia discussões e preconceitos ideológicos. Tanto que eles trabalharam ao lado de comunistas, que eram execrados por grande parte da classe média e da elite brasileira.

Cândido Mendes, através dos conceitos – conscientização e participação – mostrou que essas foram as características que a esquerda católica procurou despertar em todos os movimentos de educação e cultura de que participou, sobretudo o pioneiro MCP. O autor também associou o nascimento da educação através da cultura popular aos católicos de esquerda. Um se projetou através do outro:

No emprego do método Paulo Freire, no desenvolvimento das caravanas volantes de estudantes, na disseminação das escolas do MEB, na ativação do sindicalismo patrocinado pela Igreja no Nordeste, entre outros exemplos, se encontram condutas significativas que logram tocar um ponto sensível, entremostra uma articulação fundamental daquele processo. Cortando, todos,

um fenômeno mais largo do que o que pretenderiam abarcar, cada um empresta a sua peça do mosaico que permitiria constelar o estilo que prefigura a cultura popular brasileira.

Mais do que o todo de cada uma dessas técnicas, é um ou outro elemento delas que ganha este sentido mais profundo, e constrói uma história externa à de sua eficácia particular ou sua estratégia, tal como entrevista na docilidade do projeto original (1996, p. 203-204)

4.2.1 O comunismo no final dos anos cinquenta e início dos sessenta

A gênese do comunismo está no embrião do iluminismo do século XVIII.⁴ No século XIX a sua expressão de justiça e igualdade social que vem da tradição iluminista passou a ter uma conotação mais revolucionária nos séculos posteriores.

A Comuna de Paris foi um exemplo de tentativa de chegar ao poder através da revolução, e sua prática se revelou uma tentativa do estabelecimento da igualdade entre os indivíduos. Foi o início de uma contestação dos valores individualistas pregados pela burguesia em favor da coletividade.

Karl Marx, por essa época, já apresentava seus trabalhos sobre: a burguesia, o socialismo científico e a fase em que estava o capitalismo – o monopolista-financeiro. Filósofo de grande expressão teórica, suas obras defendiam a tese de que somente uma revolução do operário seria possível estabelecer o comunismo e começar de fato a História humana. Em fins do século XX, a vitória dos valores capitalistas e do fortalecimento das idéias liberais, através da pungência do mercado pôs a ruir todos esses sonhos e ideais marxistas.

Contudo, o comunismo experimentou, no século XX, revoluções determinantes ao tentar impor um tipo de sistema que buscou a auto-suficiência como alternativa ao modelo capitalista.⁵ Foi avassaladora a experiência do comunismo nos países em que

⁴ Cf. HOBSBAWN, op. cit., p.118.

⁵ Cf. *ibid.*, p. 18.

sua implantação foi resultante de revoluções que transformaram toda a sociedade: a russa e a chinesa.

Seus ideais se espalharam pelo mundo e a possibilidade de ser “vivenciado” o sentimento de justiça e igualdade foi vicejante. Contudo, o modelo soviético fracassou, levando ao colapso os países que viviam na sua órbita, dando lugar ao descrédito e a decepção. O modo de produção socialista ou o “socialismo real”, aquele que de fato foi aplicado, se perdeu das idéias originais e veio, depois, à tona o porquê dos seus fracassos.

Contudo, o mundo desfrutou, através dos partidos comunistas espalhados pelos países do globo terrestre, os ideais de justiça, igualdade e solidariedade. Essa possibilidade, que pareceu quixotesca e às vezes onírica, permitiu aos homens do século XX contestar a exploração, a opressão e a desigualdade através dos ideais comunistas.

Se, na prática, o comunismo não atendeu plenamente às expectativas, na sua essência, o sentimento humanitário estava de fato muito associado aos princípios do Iluminismo. O comunismo arregimentou um grande número de sujeitos que se apaixonaram por seus ideais.

Muitos comunistas, por suas idéias e, sobretudo, por sua militância, foram sacrificados até a morte. Ser comunista ou acreditar no comunismo era motivo de se criar situações extremas – uma aversão em demasia ou uma aceitação muito forte. Eram os extremismos que se derivavam dessa dialética dos contrários – amor e ódio ao comunismo.

No final dos anos cinquenta, o comunismo soviético, matriz de todos os modelos espalhados pelo mundo, passava por uma renovação ou, como chamaram

seus revisores, por uma reforma. Mudanças foram implantadas por conta da abertura da “caixa preta” dos crimes do “camarada” Stalin, Secretário do PC russo.

Embora o mundo caminhasse, naquela época, para uma bipolarização ou “Coexistência Pacífica”, em que as linhas de um novo “Tratado de Tordesilhas” dividiram as áreas de influência das superpotências, os soviéticos revisionistas abandonavam uma postura revolucionária, apostando num caminho mais brando. No Brasil, as implicações foram de caráter “reformista”.

Essa mudança de postura, que vai ser assumida pelo Partido Comunista da União Soviética, acabou reverberando no Brasil, e o PCB apresentou uma manifestação de aproximação dos comunistas com setores que eram vistos como aliados do capitalismo – a burguesia nacional e setores progressistas da Igreja Católica, por exemplo .

Esse novo rosto e personalidade do PCB vão provocar alianças que outrora seriam impossíveis. Outras esquerdas criticaram essa postura do PCB, rachas e rupturas foram as saídas encontradas para se distanciar do novo e antigo Partido Comunista, que se “reorganizava” em torno de novas concepções e “aventuras” dentro da “normalidade” democrática.

4.2.2 O anticomunismo no Brasil

O sentimento de aversão, de ódio, de hostilidade e de repugnância ao comunismo vai desde a construção de uma “dóxa” construída no senso comum que partia da concepção de que “comunista come criancinhas” e ia à idéia de que todo comunista é ateu. A propaganda anticomunista era veiculada pelo rádio, principalmente através do noticiário patrocinado pela *Standard Oil* ..., o famigerado “Repórter Esso” (de cinco minutos, com grande audiência, que precedia o horário das

novelas e programas de auditório mais populares, nos horários nobres, pela manhã, na hora do almoço e a noite).

O anticomunismo produziu no mundo inteiro uma onda de perseguições brutais. Hitler acusou os comunistas de terem posto fogo no Parlamento. As milícias fascistas assassinaram o deputado socialista Giacomo Matteotti. Joseph McCarthy foi o maior expoente do anticomunismo nos Estados Unidos. A polícia repressora de Felinto Muller entregou aos nazistas a revolucionária comunista – Olga Benário; e de quebra prendeu sua maior expressão aqui no Brasil, Luiz Carlos Prestes.

A sociedade brasileira alimentou essa onda repressora aos comunistas. O país, por ter uma tradição católica muito presente, acabou tendo o respaldo da Igreja que, em sua doutrina não concebia as idéias comunistas.

A antinomia entre catolicismo e comunismo era histórica. Não havia possibilidade de ambos conceberem a idéia um do outro. Mesmo que alguns ideais semelhantes, mas desencontrados, fossem levantados como bandeira por seus adeptos – os de justiça e igualdade social eram comuns.

O catolicismo pregava a idéia da mensagem cristã preparando um reino que não estava presente neste mundo, e sim num Reino espiritual. Os comunistas eram materialistas, e o que importava de fato para eles era esse mundo, onde se encontravam as contradições aguçadas pela luta de classes. As desigualdades deveriam ser aparadas com o princípio revolucionário de tomada de poder, cujo Estado era “assaltado” pela burguesia, conforme afirmação de Karl Marx.

O sentimento de ojeriza à pregação comunista pululava chegando à coerção. Espalhavam-se as idéias de confisco de bens em que os comunistas iriam colocar a “vassoura nas mãos dos mais abastados assim que tomassem o poder” ou até em determinados casos as “sessões de fuzilamentos” para alguns casos especiais. E

também de que os comunistas iriam acabar com a religião por ser considerada o “ópio do povo”, um princípio marxista bastante difundido pela Igreja Católica para desmoralizar os comunistas entre seus fiéis.

O anticomunismo, conforme foi visto anteriormente, chegou ao Nordeste do MCP e dos outros programas de alfabetização com altas doses de perseguição. Acusavam os comunistas de promoverem a desordem, baderna, o proselitismo ideológico e de estarem poluindo os católicos no MCP.

O comunismo significou em um momento histórico - aqueles que eram açoitados! O Partido Comunista do Brasil, depois mudado o nome para Partido Comunista Brasileiro teve sua legenda cassada em 1947. Luis Carlos Prestes, Mariguela, entre outros, tiveram seus mandatos impugnados.

Os comunistas, diante de uma realidade bastante virulenta, à sua personificação partidária, tiveram que agir na clandestinidade. Nessa nova realidade política, foi feita a opção compulsória pelos meios clandestinos, novos desafios se formaram, gerando novas estratégias, táticas e concepções revolucionárias.

O anticomunismo perdurou porque era muito arraigado. Mas, por outro lado, os comunistas fizeram uma "abertura" em suas idéias políticas buscando o consenso com antigos inimigos de classe. O apoio que deram à vitória de Miguel Arraes para Prefeitura e para o Governo do Estado, sua presença e aproximação com os católicos de esquerda no MCP são exemplos da mudança nas diretrizes partidárias do PCB no início dos anos 60. Contudo, na movimentação que levou ao golpe de 1964, a ratificação da coerção ao comunismo foi mais contundente.

4.2.3 O PCB – de 1958 a 1964

A trajetória do PCB de 1922, ano de sua fundação, até as mudanças provocadas pelas denúncias de Khrushchev em 1956, foram pontuadas por tentativas de chegar ao poder pela revolução armada. Conforme analisou Gorender: “No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista” (1998, p. 22). O princípio marxista pregava uma tomada de poder através dessa concepção.

O PCB participou da Intentona Comunista ou Revolução de 1935, da luta antiimperialista, da União Nacional contra as forças totalitárias nazi-fascistas e, diante da ilegalidade passou “à pregação da violência revolucionária” (Ibid, p.23).

Não cabe fazer aqui nenhuma análise profunda do PCB antes de 1960. Portanto, no recorte histórico desse trabalho, podem ser observadas, nesse período, de virada dos anos 50 para os 60, algumas proposições importantes para se entender essa virada tática do PCB:

- 1) Fez uma opção pelo “reformismo” ou “revolução pacífica”;
- 2) Com a mudança de direção do Partido, os que não optaram pela mudança da nova linha partidária resolveram “reorganizá-lo” ou fundar outro com a denominação de Partido Comunista do Brasil, o PC do B.
- 3) Diante disso, o Partido Comunista Brasileiro ou PCB adotou esse nome quando ocorreram as dissidências em 1962;

Na Declaração de Março de 1958, o PCB optava pelas reformas de estrutura, que era o caminho pacífico da revolução, numa busca de consenso com setores da burguesia. O documento assinalava “a democratização da vida política nacional”:

É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática. (CARONE, 1982, p.181)

A “normalidade” democrática ou a opção pela democracia política do PCB deveria se opor a qualquer movimento que rompesse com o caminho pacífico para a revolução. Essa movimentação do PCB, a partir de 1968, vai ao encontro do nacional-desenvolvimentismo. De onde resultam três orientações: o gradualismo político, o pluriclassismo e reformismo.

O gradualismo estava no entendimento de que fazendo-se opção pela democratização, participando-se do pleito eleitoral, apoiando-se os candidatos que assumiam uma postura nacionalista, a Revolução Brasileira aconteceria em duas etapas: a primeira, em curso, seria a nacional e democrática. E a segunda, a definitiva - a socialista.

A orientação pluriclassista foi a idéia de composição de vários setores sociais ou acúmulo de forças de origens opostas: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. E o caráter reformador significava a opção de apoio às reformas estruturais da sociedade, sobretudo aquelas que estavam de acordo com as propostas de cunho nacionalista fomentadas por João Goulart nas reformas de base: a agrária, a universitária, a sindical, a bancária e a urbana.

Essas determinações, oriundas da nova postura do Comitê Central, iam de encontro a qualquer radicalismo. As eleições não deveriam ser sabotadas ou boicotadas, e, sim, incentivadas numa perspectiva em que fossem apoiados os candidatos que estivessem ao lado das forças capitaneadas pela ideologia nacionalista.

Isso aconteceu com os apoios dados, indiretamente, já que o PCB funcionava na clandestinidade - a Juscelino Kubitschek e a João Goulart em nível nacional. E a Miguel Arraes e Leonel Brizola em níveis regionais ou estaduais. Formou-se, desse modo, um traço da concepção de Revolução Brasileira proposta pelo PCB.

Contudo, a ilegalidade ainda era a situação que o PCB enfrentava no início dos anos sessenta, quando já se tinha uma outra conjuntura política formada dentro dos quadros do nacional-desenvolvimentismo. O Partido lutava para poder voltar a participar das eleições de forma justa e democrática. Apoiar esses candidatos era uma possibilidade de voltar à “normalidade” eleitoral.

É incontestável que o PCB assumiu o seu papel de protagonista deste processo histórico, que recebeu de muitos teóricos o rótulo - que carece de revisão - de "populismo". Essa conjuntura apresentou um quadro de crises políticas – derivadas da renúncia de Jânio Quadros, da campanha da legalidade de Brizola, do fracasso do Parlamentarismo, da queda de João Goulart e da radicalização da esquerda. Surge, então, uma miríade de esquerdas que propuseram uma discussão criticando a hegemonia do PCB: a revolução em duas etapas (etapismo), que se inseriu nos quadros da “Revolução Brasileira” e o apoio às reformas de base de João Goulart que, na visão dessas novas esquerdas, do início dos anos sessenta, não se coadunavam com suas propostas revolucionárias.

Esse momento de “crise”, “colapso” e “agonia” do populismo, suscitou muitas atividades em diversos setores da sociedade civil: a Sudene, os projetos de alfabetização e cultura popular, a contestação estudantil, a aproximação comercial com países comunistas, a sindicalização rural, a criação de centenas de escolas no sul e no Nordeste do Brasil e a abertura para toda a sociedade brasileira do caminho para a discussão das propostas das reformas de base. Se no período conceituado como de “populismo”, as frentes e possibilidades eram gigantescas e a democracia fermentava a crítica e a contestação, o que veio em seguida destruiu de forma violenta todas essas conquistas.

E, por fim, paralelamente à efervescência das esquerdas, a direita conservadora, contando com a ajuda de incentivos estrangeiros, propagando sua ideologia, negando a luta de classes e as contradições da sociedade, se torna mais coesa e estruturada. Sem contar que se alardeou, na sociedade, uma possível tomada do poder pelos comunistas. E, para romper com o consenso e efetivar a coerção, as forças contrárias às reformas de base, contaram com a ajuda do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), com a ala conservadora da Igreja Católica, o alto clero, e de militares de extrema-direita, atemorizados com o crescimento, cada vez mais promissor, dos salários da classe operária e ao esforço comunista de conquistar os movimentos populares.

4.2.4 Os comunistas no MCP

Diante das novas orientações que se formaram, os “pecebistas” foram levados a agir dentro das vias institucionais, mesmo na ilegalidade. Evidente que o suporte que os comunistas deram à “normalidade” democrática do nacional-desenvolvimentismo, era também uma forma de lutar pela legalidade do PCB.

Um novo campo de ação ou luta política se formou, o que levou muitos comunistas a entusiasmarem-se e, conseqüentemente, engajarem-se em muitos movimentos que funcionavam dentro desse quadro histórico conceituado de “populismo”. Havia comunistas no CPC da UNE e nos movimentos de educação e cultura popular, entre eles o MCP.

Abelardo da Hora um intelectual das artes que participou de inúmeros eventos dentro do MCP – uma das mais marcantes foi a exposição intitulada *Meninos do Recife*, um protesto contra a miséria e os flagelos do homem nordestino, é mais um desses homens que tinha o ideal comunista.

Sua participação dentro do MCP foi marcada pela manifestação artística, pelo trabalho ligado às artes plásticas. Mas também, a sua presença era a personificação dos ideais comunistas que se formou naquela circunstância levados para o MCP. Abelardo, em entrevista ao autor deste trabalho, afirmou: “Arraes foi lançado por nós candidato a Prefeitura do Recife”.⁶ Sua frase corrobora a tese de que os comunistas deram apoio aos políticos que se enquadravam nos ideais do nacional-desenvolvimentismo.

Seu cargo dentro do Partido Comunista era na Direção Municipal de Recife, o que dava a Abelardo da Hora possibilidades de ação política. Diante dessa perspectiva, os comunistas liderados por Abelardo da Hora apresentaram seu apoio a Miguel Arraes para o cargo de Prefeito, uma possibilidade de ascenso dos comunistas.

Miguel Arraes não criou objeção ao receber o apoio dos comunistas. O PCB foi uma base que, mesmo numa ilegalidade afrouxada, deu apoio à ascensão de Arraes, que se lançou pela Frente do Recife. Conforme afirmou Juracy de Andrade acerca de Arraes: “Ele nunca foi comunista, mas ele tinha muitos colaboradores no governo dele”.⁷

No Movimento de Cultura Popular, Abelardo da Hora também foi figura ícone do PCB, levando para trabalhar com ele no MCP os seus comunistas:

Quem representava o Partido dentro do Movimento de Cultura Popular era eu. Eu que era a Direção do Partido; eu era o representante da Direção do Partido dentro do Movimento de Cultura Popular. e toda a parte cultural do Movimento de Cultura popular foi levada por mim.⁸

⁶ Entrevista concedida no dia 18 de fevereiro de 2006 em sua casa na cidade do Recife.

⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 17 de fevereiro de 2006.

⁸ Entrevista concedida no dia 18 de fevereiro de 2006.

A presença dos comunistas no MCP, retomando a expressão que foi citada anteriormente - “tempo político”⁹ – foi muito usada por Adosinda, comentando sobre a participação dos comunistas com católicos e socialistas da AP. Sobre a vontade de alfabetizar dos comunistas no MCP, Adosinda afirmou, nas suas histórias de vida no MCP que: “Aí vem a rapidez de politizar e de alfabetizar porque na época a lei só deixava ser eleitor quem era alfabetizado. Então, não era brincadeira não, era politizar e alfabetizar rápido para votar em Arraes para Presidente.”

O estatuto do MCP, com todos os seus objetivos e propostas, proibia a politização ideológica. Sem sombra de dúvida que deve ser descartada essa concepção de que não houve tentativas de cooptação dentro de um projeto ingente feito o MCP.

Não houve um tipo de proselitismo violento, pregando a revolução. Mas a politização estava inserida na prática do MCP, até porque o modelo de alfabetização era de conscientizar e aguçar o senso crítico. Logo, os comunistas se utilizaram dessa situação para pregar as suas propostas que, numa via democrática e institucional, não lembrava em nada a revolução nos moldes clássicos do PCB.

O que havia de anormal para os comunistas em apoiar Miguel Arraes para Presidente? Ensinar, alfabetizar, conscientizar e desenvolver o espírito crítico eram os objetivos do MCP que os comunistas respaldavam. E também poderia ser a receita para se cumprir os objetivos da revolução em duas etapas – a nacional e democrática e, depois, a socialista.

A compreensão da participação dos comunistas no MCP não deve ser entendida como uma atitude sectária. Os comunistas foram engajados e sensíveis aos apelos da população no processo de alfabetização popular. E, ao se engajarem, a proposta era alfabetizar, urgentemente, diante de uma demanda cada vez mais ampla, sem abandonarem a causa político-partidária como sua essência política.

⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 21 de fevereiro de 2006.

A questão de alfabetizar, diante da nova proposta política tomada depois da Declaração de 1958, é que foi o grande desafio dos comunistas. Esse dilema se formou à medida que as tarefas do MCP eram concomitantes com as do Partido. Adosinda lembrou um fato sobre essa urgência de alfabetizar no MCP: “Parecia irreversível, é por isso que eu digo, a gente estava construindo uma sociedade popular, democrática, direta e que não tinha mais meios de nada de irreversibilidade”.¹⁰

Portanto, um membro filiado a um Partido tradicionalmente revolucionário, como era o caso do PCB, não abandonaria as suas convicções. O PCB tinha uma grande ramificação. A partir dos depoimentos que foram colhidos sobre como os entrevistados, todos ex-integrantes do MCP, observavam a presença dos comunistas, chega-se a constatação de que seus ideais estavam de acordo com as novas propostas da Declaração de Março de 1958: gradualismo, pluriclassismo e reformismo, em consonância com os do MCP. O MCP estava funcionando dentro de uma proposta democrática, no âmbito da sociedade civil, respaldado por um político eleito pelo povo. Logo, o MCP seria também espaço de ação política para o PCB frutificar a sua “revolução pacífica”. Hobsbawm, em seu mais recente livro – *Tempos Interessantes* – analisando a essência dos anos 60, concluiu que: “era realmente impossível a alguém de sua geração [...] distinguir entre o que era pessoal e o que era político.” (2002, p.281). Esse exemplo pode muito servir como estudo de caso da relação entre os comunistas e o MCP.

4.3.1 O Movimento de Cultura Popular e a Revolução Brasileira

A “Revolução Brasileira” foi compreendida como um processo histórico em que o Brasil, a partir da segunda metade do século XX, estava desatando de fato os laços coloniais, abrindo uma perspectiva de superação do subdesenvolvimento. A

¹⁰ Entrevista concedida no dia 22 de fevereiro de 2006.

“Revolução Brasileira” abordava o problema nacional e democrático como fundamentais.

O nacionalismo, tratado dentro da “Revolução Brasileira”, estava associado à valorização da terra, do povo e da produção nacional. Houve a tomada de consciência nacional, o esclarecimento da cultura brasileira e o País começava a despontar para o mundo, com uma imagem própria. A “Revolução Brasileira” está associada ao processo nacional de desenvolvimento que repercutia em todos os setores da sociedade civil, e que só poderia realizar-se, integralmente, com a participação livre do povo na construção nacional.¹¹

O tema “Revolução Brasileira” suscitou muitos debates na sociedade e as questões abordadas não foram interrompidas nem depois do golpe de 1964. Será feita uma sucinta análise, nas próximas linhas, de alguns estudos teóricos a respeito de como as organizações a perceberam e de como ela era vista por Miguel Arraes.

O economista Celso Furtado identificou-a como a “Pré-Revolução Brasileira”. Esse estudo foi pontuado de críticas ao processo que estava em curso e que muitos enxergavam como a “Revolução Brasileira”. Contudo, o economista não concordava em denominar de “Revolução Brasileira” uma estrutura em que não havia resolvido as questões da concentração de renda na mãos da minoria privilegiada, da inexistência de benefícios para a população do campo e do baixo padrão de vida do operariado.

Celso Furtado enxergava o desenvolvimento como um elemento que trouxe a capacidade de decisão para dentro do País, mas que ainda precisava melhorar as condições de vida do povo. Ele chama todos para a discussão de como sair da “Pré” para efetivação da “Revolução Brasileira”:

¹¹ Cf. SODRE, Nelson Werneck. O que se deve ler para conhecer o Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 202-204.

Que devemos fazer para transformar em normas de ação esse desejos e aspirações? Creio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quiçá aos camponeses, através de suas organizações incipientes, iniciar o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país. Os problemas mais complexos devem ser objeto de estudos sistemáticos por grupos de especialistas devendo as conclusões ser objeto de debate geral. O país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino. Dos debates gerais e das manifestações da opinião pública deverão surgir as plataformas que servirão de base à renovação da representação popular. (FURTADO, 1962, p. 32)

O convite que ele faz a toda a sociedade civil serviu de alerta para aqueles que precisavam unir forças e transformar as condições materiais do povo – da educação ao sufrágio universal. Esse estudo não prescindiu de uma análise do papel do Estado na condução do desenvolvimento do Brasil.

Celso Furtado também não deixou de fazer uma discussão sobre “o problema Nordeste”, região em que uma grande maioria não tem acesso à escola e à saúde. Apresentava um quadro de elevada mortalidade infantil, sem contar o contingente enorme de pessoas que viviam à margem da sociedade. E chama também para o debate “o problema Nordeste”: “Quando afirmamos que o problema do Nordeste é grave, queremos apenas dizer que já não é possível esconder a miséria dos nordestinos deles mesmos, já não é possível conservá-los narcotizados e isolados”. (Ibid., p. 48)

Marcelo Ridenti, em *O fantasma da revolução brasileira*, apontado pelo autor, está no tecido da construção da democracia, derrotada com o golpe de 1964; da idealização das “revoluções projetadas”, que as esquerdas quiseram introduzir e a não realizada revolução socialista. O autor fez um painel das esquerdas no pré-golpe e, ao analisá-las, identifica um comportamento político distinto em cada uma delas.

O objeto principal de análise deste trabalho – o MCP – e seus coadjuvantes as organizações – PCB e AP já foram objetos de apreciação. Porém, para efeitos de

enquadramento histórico acerca das reflexões sobre a da “Revolução Brasileira”, será feita uma lacônica revisão.

Caio Prado Júnior, que foi militante do PCB nos anos sessenta, afirmou que a “Revolução Brasileira”, que deveria ser efetivada pelo Partido, seguiria um programa que desembocasse no socialismo. O autor não deixou de ressaltar, na obra escrita depois do golpe e de mesmo título – *A Revolução Brasileira* – que os erros na interpretação da realidade política, social e econômica estiveram comumente nas esquerdas daquela época.

O historiador não deixou de fazer críticas às novas diretrizes do PCB, que defendia uma aliança com a burguesia nacional. Também, não concordava com a reforma agrária de orientação camponesa. E, também, condenou a nova tática de alianças do PCB, chamando-a de reboquismo.

A Ação Popular, que teve membros de sua organização no MCP, imaginava uma Revolução Brasileira que pudesse chegar ao socialismo. Formou-se, na AP, um ideário em que se conservou a visão socialista calcada no humanismo cristão, para se afastar da concepção marxista, que era clássica no PCB. O PCB e a AP – ambos de esquerda - divergiram naquele contexto histórico do início dos anos sessenta. Uma página de desacertos e incorreções que as esquerdas não conseguiram superar. Erros que até hoje ainda não deixam de ser cometidos.

Miguel Arraes, em seu discurso de posse no cargo de Governador de Pernambuco, no dia 31 de janeiro de 1963, citou seis vezes a sua concepção de “Revolução Brasileira”. Na sua opinião a Revolução Brasileira tem como características marcantes em seu discurso: o processo de mudança, o esforço para superar o atraso, a transformação econômica, política e social do Nordeste. Miguel

Arraes expande a sua preocupação para toda a região, pois era um político engajado e preocupado com as questões telúricas.

Por aproximação da concepção do que foi a Revolução Brasileira e que foi ratificada por Miguel Arraes em seu discurso, contata-se o quanto ela reverberou dentro do MCP. Como Governador de Pernambuco o MCP continuou a existir, além de estendido a outras regiões do Estado de Pernambuco. A urgência de alfabetizar está associada à Revolução Brasileira quando se verifica a relação Arraes e MCP.

Portanto, o MCP passou pela Revolução Brasileira. Miguel Arraes aproximou os dois fatos, os dois acontecimentos. Eles estão interligados. O tipo de educação libertária desenvolvida no MCP contribuiu para que os alfabetizados se tornassem agentes de transformação do mundo. Os marginalizados deveriam refletir sobre sua situação miserável e anti-humana. O teor da educação libertadora era desenvolver a consciência crítica. Por isso que ela estava inserida no contexto da Revolução Brasileira que tinha como objetivo transformar a sociedade.

O que fica evidente nesta análise é que a Revolução Brasileira teve muitas facetas ou interpretações. Mas, sem dúvida, discordâncias à parte, ela não passou despercebida. Isso foi um fato. Outro fato é que por mais que a Revolução Brasileira tivesse várias concepções, havia fatos em comum – e um deles foi também de ter corrido dentro das concepções de libertação através da educação popular do MCP.

4.3.2 Os homens de boa vontade juntos nos trabalhos do MCP e as convergências e divergências internas entre católicos de esquerda, comunistas do PCB e socialistas da AP – uma breve introdução dos grupos envolvidos

Os católicos de esquerda ou independentes possuíam um grupo muito grande no MCP: Germano Coelho, Paulo Freire e outros, mas que não eram integrantes de

nenhuma organização de esquerda. E havia uma célula da Ação Popular que estava inserida no MCP. Conforme foi dito anteriormente, esse grupo também era cristão e foram egressos da JUC. Não deixaram o cristianismo de lado, mas assumiram uma postura de politização face à Revolução Brasileira em curso. Livres das ingerências os socialistas da Ação Popular queriam participar das transformações políticas e sociais da sociedade brasileira.

No MCP a participação dos integrantes da AP foi bem ativa, mas não hegemônica. Silve Beber mesmo lembrou em entrevista sua ligação com a AP: “Eu própria era de AP. Muita gente tinha de AP. A grande disputa era AP e PC”.¹²

A organização da Ação Popular se dava em nível nacional. Luiz Alberto Gómez afirmou o engajamento político da AP pelo Brasil afora:

Os militantes vão se comprometendo sempre mais nos programas de educação popular e de mobilização camponesa, seja no Movimento de Educação de Base (MEB), criado pelos bispos, nos Centros Populares de Cultura (CPC), estudantis, seja no Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), ou nos programas ligados às experiências de Paulo Freire no Recife, no Rio Grande do Norte (Angicos), e logo depois por todo o país. (1984, p.208)

No curso deste item será mais citado o grupo católico de esquerda que não era da Ação Popular. Pois os católicos de esquerda que não eram ligados à AP tiveram mais destaques no MCP por estarem em áreas estratégicas.

4.3.4 As convergências e divergências internas no MCP

Nas entrevistas colhidas pelo autor, os entrevistados identificaram que houve mais convergência dos grupos envolvidos do que de fato divergência. Os grupos envolvidos mesmo sendo de orientações ideológicas ou religiosas opostas, buscaram a

¹² Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2006.

unidade – alfabetizar e elevar o nível cultura do alfabetizando, levando à conscientização.

Contudo, as divergências existiram na escolha da metodologia ou pedagogia exercida pelo MCP. Ou até mesmo nos objetivos políticos que os grupos envolvidos exerciam. Havia um clima de Revolução Brasileira e isso não era uma condição latente. Ela não foi obliterada pelos intelectuais orgânicos que integravam o MCP – católicos independentes, socialista de AP ou comunistas do PCB. O discurso de Arraes mesmo reforçava a sua existência.

Maria Adosinda fez algumas considerações sobre os comunistas que devem ser levadas em consideração¹³:

1) Havia uma preocupação de que os comunistas viessem manipular a população que vinha sendo alfabetizada, pela tradição do PCB de cooptar;

2) Ela também lembrou que o conteúdo político e ideológico do PCB assustava um pouco, tanto que no capítulo anterior foi citado a propaganda negativa de jornalistas e vereadores em torno do MCP por conta da presença dos comunistas;

3) Maria Adosinda observou que os comunistas queriam “politizar” e “alfabetizar” em tempo rápido para eleger Miguel Arraes presidente. E Abelardo da Hora confirma esse fato de forma indireta. Ele, como tinha um cargo no Partido Comunista, de grande representatividade no Estado de Pernambuco, a militância política foi pró-Arraes.

A partir desses três pontos, as considerações a seguir, reforçam as teses que o Partido Comunista Brasileiro vinha seguindo, e o momento histórico ,como a própria Maria Adosinda conceituou, um “Tempo Político” - chegou a ser para alguns desconcertante.

¹³ Entrevista feita em 15 de fevereiro de 2006.

A campanha anticomunista foi pontuada de episódios repulsivos. Havia o medo de que os comunistas estivessem fazendo campanha política, ideologização do comunismo, e outras formas de politização no MCP. O Nordeste tinha a pecha de ser foco de uma “Nova Revolução Cubana”, foi pioneiro dos primeiros projetos de educação e cultura popular, além de está imersa numa terrível pobreza e miséria. E à medida que o MCP foi se ampliando, cada vez mais, vai sendo bombardeado por uma campanha sempre mais negativista.

A tradição de “manipulação” do PCB ecoava. E quando se espalhou, através da imprensa, de vereadores e, até mesmo, de outros católicos, a presença dos comunistas no MCP, foi lembrada como um momento de medo, conforme relatou Adosinda: "O medo dos católicos, eu acho que era o medo do choque ideológico.[...] então, eu tenho a impressão que parece que é uma coisa mesmo que é contra, faz medo. Eu acho que não podia essa, eu acho que é anti. ¹⁴

Nas entrevistas que foram feitas, os colaboradores lembraram de uma passagem que lembrava muito esse clima de intemperividade, quando os católicos foram conversar com D. Carlos sobre a presença dos comunistas no MCP:

Inclusive, surgiu, aqui no Recife, um movimento contra os católicos que estavam trabalhando com os comunistas. E nós achamos por bem, o grupo católico - Anita, Germano, Silvio e Liana - um grupo; nós tivemos com Dom Carlos Coelho, que era o bispo nosso da época. E contamos o que é que se passava. E ele disse: ‘podem trabalhar juntos, não há problema.’. Porque surgiu até um grupo católico, aqui, mais oficial, porque representava entidades católicas que queriam expulsar o grupo católico que trabalhava junto ao MCP, junto aos comunistas. Para você ver que não era tão fácil. ¹⁵

Essa mesma situação foi também relatada por outro católico do grupo dos independentes de esquerda - Germano Coelho – após o episódio da peça *A bomba da paz*, escrita por Hermilo Borba Filho, que fez ácidas críticas aos integrantes do MCP.

¹⁴ Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2006.

¹⁵ Entrevista de Ângela Vieira realizada no dia 17 de fevereiro de 2006.

O Arcebispo de Olinda, Dom Carlos Coelho, que era da família de Germano, foi muito receptivo ao caso, e sua atitude não foi a de “passar o trator em cima” com uma enxovalhada de críticas aos comunistas. Pelo contrário, sua reação estava de acordo com as mudanças que o Pontificado de João XXIII vinha efetivando – de diálogo com os homens de boa vontade que se envolveram com as questões sociais e com a paz no mundo:

Dom Carlos disse: “Olhe, eu rezei, pensei e vocês podem colaborar com os comunistas”. Aí, Anita Paes Barreto, que era muito católica, disse: “Dom Carlos, é muito pouco o que o senhor está dizendo – podem! A responsabilidade não é fácil não.” Veja uma peça de teatro, eu era presidente da sociedade de união dos católicos e comunistas. Foi um dedurismo, um erro de Hermilo, que ele se arrependeu [...] aí, Dom Carlos parou quando ela disse: “Podem é muito pouco. Dom Carlos deparou e disse – podem e devem!”¹⁶

Ser comunista era visto como algo assustador. E, na proporção que o MCP ia queimando a etapa do analfabetismo, elevando o nível cultural da população, formando cidadãos críticos, agravavam-se, ainda mais, as críticas de fora e, conseqüentemente, o medo de alguns setores da sociedade civil. Paulo Freire, em suas análises, usou a expressão “uma sociedade em trânsito” (1959, p.113), quando tratava da questão da transformação da educação popular na sociedade.

Entretanto, a postura dos católicos de esquerda e do Arcebispo de Olinda Dom Carlos Coelho demonstrou uma aguda percepção, de muita sensibilidade, de que o inimigo principal era o analfabetismo e não os comunistas. Foi a ratificação do “diálogo” iniciado pelo Concílio Vaticano II, com o qual eles marchavam convictos. No MCP, estavam unidos pela erradicação do analfabetismo, e não para se confrontarem ideologicamente.

¹⁶ Entrevista de Germano Coelho ao autor deste trabalho realizada no dia 21 de fevereiro de 2006.

E a relação de trabalho entre comunistas e católicos, mesmo com as críticas, não foi de turbulência. Pelo contrário, o que era para atingir o MCP, vinha de fora do corpo de seus integrantes. Dentro, os trabalhos apresentavam quase sempre uma harmonia muito bem assistida pela Igreja. Adosinda destacou, de forma mais particular, a aceitação do bispo ao permitir que os católicos trabalhassem ao lado dos comunistas: “Ele como que abençoa essa possibilidade de juntos trabalharem”.¹⁷

A questão de alfabetizar e “politizar” estava inserida no MCP, sem que fosse uma prerrogativa da presença dos comunistas. A Cartilha de Norma Coelho e Josina Godoy tinha essa característica, a de alfabetizar-politizar-criticar, como sua essência. O mais curioso é que a Cartilha foi feita por duas católicas e, observando por um outro prisma, pode ser o contraponto da censura do “ver-agir-julgar” da Ação Católica que, muito pelo contrário, não era nada “politizada”.

A pressa em alfabetizar, a apetência cultural e intelectual, a urgência e a emergência arregimentaram intelectuais, alfabetizandos, estudantes, políticos que pensavam e repensavam o mundo, de forma aberta e democrática, no MCP.

O MCP era uma “universidade popular”, que apresentava facções políticas diferentes, como a comunista, por exemplo, que respeitava as tradições culturais, ocupando espaços, por conta da sua militância e demonstrando a necessidade de maior urgência em politizar o processo de alfabetização, conforme observamos nas entrevistas dadas por colaboradores, em narrativas de suas vivências no MCP. A militância partidária do PCB se mostrou muito mais preocupada em alfabetizar e politizar dentro dos quadros de “não ideologização” ostensiva, conforme rezava o estatuto do MCP.

Conforme o depoimento de Maria Adosinda, isso se deu dentro de um “tempo político e histórico”, no qual o MCP apresentava uma variedade de atividades e dois

¹⁷ Entrevista concedida no dia 21 de fevereiro de 2006.

“polêmicos” métodos de alfabetização: o sistema audiovisual de Paulo Freire, e o da Cartilha de Norma Coelho e Josina Godoy.

Ângela Vieira lembrou, em sua entrevista, de como os comunistas buscaram mais a politização, ao contrário do grupo católico de esquerda:

Eu até acho que é o seguinte, o grupo católico agia menos politicamente no sentido de tentar cooptar pessoas para as crenças. Isso é uma observação pessoal. Mas acho, até, porque eu convivi muito com o pessoal de esquerda, da juventude, porque esquerda éramos todos nós. Eu digo, assim, da juventude comunista, eles tentaram até me cooptar[...]uma intenção política nítida. Isso eu senti. Eu sentia, por exemplo, que, no momento que se abriu métodos em que você partia de uma realidade, método de alfabetização. O MCP teve várias coisas revolucionárias, entre elas, um método de alfabetização.

Outro ponto que lembra esse indício de politização dos comunistas comentado por Maria Adosinda e Ângela Vieira, confirmado por Abelardo da Hora foi quando o PC apoiou Arraes para Prefeito e Governador:

Quando Arraes chamou os católicos de esquerda para ajudá-lo, ele sabia que ia contar com a ajuda dos comunistas. E, inclusive, nós estávamos apoiando inteiramente, nós lançamos a candidatura de Arraes. E eu era o representante da Direção Estadual do Partido no Governo Arraes.¹⁸

Outro episódio que vai numa linha de convergência foi o da Festa de Natal do MCP em que católicos e comunistas participaram da Missa do Natal de 1962. Abelardo da Hora, comunista convicto, preparou a cruz e as tochas de bambu para a festa, mas teve medo de que Dom Carlos rejeitasse a presença dos comunistas na festa. Dom Carlos respondeu: “Diga a eles que vão assistir à Missa, pois vou falar apenas sobre o ‘Evangelho e a justiça’. Os comunistas foram. Carregaram o altar e a cruz. No auto de natal, Maria e José eram ambos da Juventude Comunista.” (COELHO, 2002).

¹⁸ Entrevista concedida por Abelardo da Hora no dia 18 de fevereiro de 2006.

A receptividade dos católicos se deu num clima de confraternização e fraternidade, fato que Germano lembrou em entrevista e que foi o símbolo de uma nova “comunhão” – de cristãos e de comunistas:

Germano, a gente está trabalhando – os comunistas – cortando a cruz, e cortando esses bambus para a gente fazer as tochas na Festa de Natal. Ele, nessa festa, acompanhou a procissão. Colocou em cima do altar e disse: Germano é a nossa presença dos comunistas na festa dos cristãos.¹⁹

O momento era de urgência, como lembrou Maria Adosinda em sua entrevista.²⁰ Nesse clima de efervescência política, alfabetizar se tornou uma atitude bem política. Política num sentido de participação e de militância por uma causa – a da justiça social. Esse tipo de debate passou a ser bastante presente nos trabalhos de alfabetização. Contudo, o MCP também enfrentou momentos de divergências. Sobre a discussão dos métodos de alfabetização, ficou evidente que a convergência - comunistas e católicos - não se dava a todo tempo.

4.3.5 Os métodos de alfabetização do MCP

Apesar das recíprocas tolerâncias, foi difícil manter a coesão dos integrantes do MCP o tempo todo. O esforço de colaboração de comunistas e católicos no MCP não impediu que se percebessem as contradições. Houve momentos em que as tensões se revelaram como um “divisor de águas”, ou de afastamento pedagógico.

Os métodos de alfabetização estavam inseridos nesse contexto de urgência apontado por integrantes do MCP nas entrevistas. Contudo, esses métodos permitiram a convivência, de forma nem sempre harmoniosa, de grupos que se desentenderam quanto aos meios a empregar tais métodos, sendo um dos mais flagrantes as

¹⁹ Entrevista de Germano Coelho ao autor no dia 21 de fevereiro de 2006.

²⁰ Entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2006.

divergências entre Paulo Freire e os grupos das Escolas Radiofônicas, quanto à alfabetização de adultos.

A propósito, por conta das diferenças dos métodos, serão analisadas, a seguir, as seguintes questões:

- 1) O surgimento dos métodos – o da Cartilha de Josina Godoy e Norma Coelho, e o audiovisual de Paulo Freire;
- 2) A divulgação da Cartilha;
- 3) As divergências, na aplicação dos métodos, observadas pelos integrantes do MCP;
- 4) As divergências, quanto aos métodos, analisadas por Moacyr de Góes.

A missão do MCP, de elevar o nível de cultura do povo, esbarrou num grande dilema: alfabetizar em massa os adultos, ou efetivar a educação infantil? Esse foi um dos momentos que Silke Weber apontou como de tensões e dúvidas no caminho do MCP.

Em 1962, foi iniciada a alfabetização de adultos, que contou com a Escola Radiofônica e o trabalho de Norma e Josina na elaboração da Cartilha – Livro de Leitura para Adultos. A composição da Cartilha resultou de pesquisas nas zonas populares da cidade de Recife. A Cartilha, conforme análise feita no capítulo 3, teve elogios do pedagogo Anísio Teixeira. Partindo do universo de preocupações do povo da cidade de Recife, os temas abordados pela cartilha eram: politização, sobrevivência, habitação, Estado, religião, organização política, reforma agrária, problemas do Nordeste, problemas do campo, etc. Os comunistas, por sua preocupação predominantemente política, foram os maiores entusiastas da Cartilha, que foi elaborada por duas católicas devido a ênfase dada à questão da conscientização dos problemas do homem pernambucano.

A técnica da alfabetização da Cartilha consistia em: palavras-chave, que partiam da realidade do alfabetizando e que eram usadas para a formação de frases de caráter conscientizador. Por exemplo, as palavras povo e voto formavam: “o voto é do povo”.²¹ “Vida, vi, voto, vo, povo – "o povo vê”.²² E, também, as palavras casa e mocambo: “o povo sem casa vive no mocambo”²³ A Cartilha fez abrir uma divergência entre os grupos de Ação Popular, que preferiram o método de Paulo Freire, e os comunistas que, na ênfase da urgência em alfabetizar (politizando), adaptaram-se mais ao Livro de Leitura para Adultos.

O método Paulo Freire, usando técnicas áudio-visuais, nasceu nos Círculos de Cultura do MCP, no Centro de Cultura Dona Olegarinha e empregava imagens e recursos sonoros, sem material impresso, como a Cartilha. Por este método, recolhiam-se as palavras e os temas geradores que seriam discutidos nos encontros e debates com os alfabetizandos. Partia-se de uma pesquisa em que o alfabetizador listava as palavras mais populares. As palavras codificadas deviam representar o modo de vida dos alfabetizandos. Depois da decodificação das palavras geradoras, como por exemplo, Prefeitura, deveriam ser discutidos os temas geradores – Estado democrático, participação do povo, etc. A realidade deve ser compreendida como uma etapa a ser superada, o que Paulo Freire identificou como – conscientização. Esse é o momento em que saber ler e escrever tornava-se um instrumento de luta e atividade política e social.

A Escola Radiofônica colaborou muito para a divulgação da Cartilha. As 77 lições da Cartilha eram transmitidas pela Rádio Continental e pela Rádio Clube de Pernambuco. Em 1962, a Escola radiofônica contava com 30 mil alunos, que demonstrou a possibilidade de realizar-se uma alfabetização conscientizadora, em

²¹ Lição 1, Livro de Leitura para Adultos in memorial do MCP, 1986.

²² Lição 2, *ibid.*

massa (porque atingia os rincões mais longínquos, visto que o rádio de pilha se difundia, prescindindo da energia elétrica, inexistente na maior parte do interior do Nordeste).

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de outubro de 1962, entrevistou as elaboradoras da Cartilha, contribuindo, desse modo, também, para a divulgação do método. Josina Godoy apresentou assim o seu material pedagógico:

O método empregado no Livro de Leitura Para Adultos tem a finalidade de despertar no homem do Nordeste a consciência de seus problemas, para que ele seja um membro ativo de sua comunidade e não um mendigo que espera, todos os anos, que o Sul lhe mande roupas e comida.[...] todo o seu conteúdo é vivo, dinâmico e atual. Suas frases e seus textos não pretendem ser definitivos – são passíveis de revisão, acompanhando a evolução da situação do homem nordestino.²⁴

Nas entrevistas feitas, os colaboradores revelaram que a utilização dos métodos foi o motivo de celeumas entre os grupos envolvidos. Partindo do princípio de que o estado de analfabetismo era emergencial e premente, os métodos foram magistrais na efetivação de suas pedagogias. Além de inovadores, foram revolucionários e, se passassem incólumes pelas contendidas, dava a impressão de que não foram produzidos no “polêmico” e “revolucionário” MCP.²⁵

Maria Adosinda apontou a urgência em alfabetizar como motivo da preferência dos comunistas pela Cartilha. Os comunistas sabiam do alcance das lições nas Escolas Radiofônicas. A alfabetização em massa provocou, em certo momento, debates dentro do MCP, constatando-se que não era só o método Paulo Freire o capaz de dar conta dessa demanda. Para efetivar uma campanha de alfabetização em escala estadual, o MCP contou com todas as possibilidades pedagógicas. Quando Paulo Freire saiu do

²³ Lição 11, *ibid.*

²⁴ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 38 (88): 167-9, out-dez 1962.

²⁵ Cf. ROSAS, Paulo. Papéis avulsos sobre Paulo Freire. Recife, 2002. p. 65.

MCP, em 1962, por discordar da Cartilha, deixou seu legado, mas não havia tempo para refletir sobre as perdas decorrentes de sua saída:

Então havia tensões; havia muitas tensões, e acho que foi a meus olhos à visão de hoje, que eu esteja revendo o que acontecia, quando por exemplo, Aluisio meu marido disse: “É só Paulo Freire que vai alfabetizar? É só com a pedagogia e a metodologia freireana que vai? Nós não vamos só com ela. Então nós vamos com qualquer coisa, porque a urgência política, e Arraes estava cotado, indicado para a presidência. Aí é que eu digo – o tempo político foi mais visto pelos comunistas, ou não interessava aos católicos.”²⁶

Argentina Rosas, esposa de Paulo Rosas, um dos ideólogos do MCP, atenuando as divergências entre os grupos, afirmou, em entrevista, que houve um debate teórico, ideológico e pedagógico acerca da concepção de alfabetização dos dois métodos. Ela apontou, como diferencial dos métodos, que as criadoras da Cartilha a levavam pronta para o estudante. Enquanto Paulo Freire ia ao campo de ação, pesquisando as comunidades e levantando o universo vocabular, escolhendo as palavras-chave que provocariam os debates entre alfabetizadores e alfabetizados em contato direto nos Círculos de Cultura.

Argentina, em sua análise, amainou a temperatura política da época, materializada no MCP por conta da divergência dos métodos, pois certamente desconhecia a história do PCB e seus objetivos políticos.

Silke Weber aponta os métodos como foco das tensões entre comunistas e católicos no MCP. Ela não apontou a origem na oposição partido versus religião, mas sim, na alfabetização em massa. Esse o foi o momento em que, na sua visão, Paulo Freire se desvinculou do MCP.

Silke Weber revelou uma preocupação que passava também pela maneira de ver o resultado ou a finalidade da alfabetização, que, partia cada vez mais, para as discussões políticas. Enquanto os comunistas queriam alfabetizar em massa, porque

pensavam em Arraes na Presidência da República. Paulo Freire dizia: “Para mim, pouco importa que alguém vai votar em Lacerda, ou vai votar em Jango. Para mim, importa que ela sabe em quem votou.”²⁷

Portanto, mesmo que os métodos fossem pedagógicos, eles eram transformados, na prática, num instrumento de politização. Ou seja, o MCP, através das suas metodologias, foi um divulgador, consciente ou não, de um processo de politização. Paulo Freire, através das suas pesquisas e debates, fazia um trabalho de conscientização. Mas o PCB, por conta da sua “revolução pacífica”, com o intuito de chegar ao socialismo, efetivava sua ação e compreensão a partir da leitura da Cartilha. Os comunistas, verdadeiramente, queriam aumentar o número de eleitores. A partir daí, pode-se explicar o porquê deles almejarem Miguel Arraes na Presidência e o socialismo como objetivo revolucionário. Essa possibilidade passava também pela escolha da Cartilha.

Moacyr de Góes analisou, com propriedade, a divergência dos grupos na efetivação dos métodos. Moacyr de Góes afirmou que os grupos de AP estavam presentes na equipe que cercava Paulo Freire, mas que o mesmo não era vinculado a essa organização.

No seu estudo²⁸ sobre as cartilhas – a cubana, a do MCP e a De Pé no Chão, ele identifica que a origem das duas últimas está na que foi feita em Cuba. A cartilha cubana, de 1960, chamada de *Venceremos*, foi o caminho iniciado para a erradicação do analfabetismo naquele país. As semelhanças nos problemas econômicos também se davam nos educacionais. Neste artigo, ele traça os perfis de cada uma das cartilhas, apontando as identificações de seus elementos. Em Cuba, a revolução que instalou um governo popular, estava diante de grandes desafios – miséria, fome, desigualdades

²⁶ Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2006.

²⁷ Entrevista concedida por Silke Weber no dia 20 de fevereiro de 2006.

sociais, analfabetismo, etc. Essas semelhanças entre Cuba e o Nordeste foram o estímulo para uma aproximação do conteúdo das cartilhas.

Em outro artigo, ele faz uma análise das discordâncias entre comunistas e socialistas da Ação Popular, a partir da aplicação dos métodos, o que vem a corroborar a tese de que o MCP não esteve imune às tensões ideológicas das organizações que estavam na sua composição:

Em torno de cada proposta criaram-se facções, que revelaram as tensões ideológicas da frente política que dava sustentação ao MCP. Os marxistas optaram pelas cartilhas conscientizadoras e os cristãos de esquerda defenderam o método de alfabetização em 40 horas. Sustentando as respectivas bandeiras, estavam o PCB e a AP.

4.3.6 O golpe militar e o MCP – O Estado coercitivo desativa violentamente o Estado democrático

Adosinda comentou que a impressão que ela tinha naqueles anos iniciais dos 60 era de “vitória”. Sua observação era de que a batalha contra o analfabetismo seria “vitoriosa”. Ao seu ver, não haveria nenhuma oposição capaz de derrubar aquele momento.

Contudo, marchava uma conspiração que arregimentou os descontentes ou aqueles que preferiam manter “as coisas como estavam”. Erradicar o analfabetismo por quê? O trabalho de comunistas e católicos no MCP também assustou. Tremeu as bases da classe dominante que solapava há décadas as camadas mais pobres da sociedade. As Praças de Cultura funcionaram em lugares onde as classes mais abastadas habitavam. O conteúdo pedagógico-crítico-conscientizador das Praças de Cultura “cutucava a onça com vara curta”. A “cultura do medo” começava com a sua

²⁸ Contexto e Educação, julho/setembro, Ano 9, número 39. p. 45-64.

“indústria de boatos”, agindo para eliminar a cultura da esperança, da conscientização crítica, da elevação do nível cultural e material do povo.

O MCP extrapolou os limites do Estado de Pernambuco. Sua experiência estava dando tão certo que, em Natal, foi criado o “De pé no Chão Também se aprende a Ler”; na Paraíba foi criada a CEPLAR; e o Presidente da República João Goulart lançava, em fevereiro de 1963, bem antes do anúncio das famigeradas reformas de base, o Programa Nacional de Alfabetização, o PNA.

O PNA foi um grande passo do Poder Executivo Federal, que visava a extinção do analfabetismo no Brasil. Admitia-se que seu propósito era aumentar o número de eleitores. Para isso, o programa aplicou o método Paulo Freire que, embora por pouco tempo, revelou-se um sucesso no teste com os primeiros grupos alfabetizados, conforme a experiência no Estado do Rio de Janeiro, ao tempo do governo de Roberto Silveira.

As reformas de base, tão esperadas pelas forças que apoiavam o Presidente João Goulart, surgiram como “esperança” de verem as reivindicações atendidas, o que acabou afugentando os grupos que se alimentaram da “cultura do medo” e da “indústria de boatos”.

Interesses golpistas e anticomunistas, fomentados pelo IBAD, IPES, UDN, militares conservadores de extrema-direita, de setores da classe média, da alta hierarquia da Igreja e da burguesia nacional, aglomeravam-se para deter João Goulart, que era acusado de promotor da “baderna” que se “instalara” na sociedade civil.

O Nordeste era observado como um reduto “incendiário”, desde que os grupos à esquerda mobilizavam as Ligas camponesas, os sindicatos rurais, a educação popular, etc. Aconteceu o que Paulo Freire havia comentado, em 1959, a respeito da sociedade brasileira: “O trânsito de uma sociedade fechada e autoritária para uma

sociedade aberta e democrática.” (1963, p.103). Contudo, a incompreensão foi resultado da cegueira de setores incomodados que apoiaram o golpe de 1964.

No clima de conspiração anti-MCP, ocorreram: campanhas negativas advindas da imprensa; tentativas de desativá-lo; acusações de desvio de verbas; de ser foco de comunistas; catilinárias e até chamada de General por considerar uma cartilha a serviço da “subversão”; perseguição do general Muricy, por causa da união entre católicos e comunistas, entre outras provocações. Contudo, ele resistiu incólume aos ataques. A sua determinação política e a força dos que integravam o MCP foram mais fortes:

Um grupo mais conservador que considerava um absurdo que católicos trabalhassem ligados a comunistas. E consideravam até que D. Carlos deveria expulsar este grupo da Igreja Católica, para você ver como era. Então existia todo um clima na cidade contra este sentimento que estava vitorioso, de nacionalismo, de abertura para o povo, de escolas, de utilização de métodos em que se falava em voto, que se falava em alagado. Eles achavam que isso estava acirrando o ódio do povo contra as elites. Você falar em pobreza, você falar em alagado. O que a gente dizia é que eles vivem isto. A vida é que está acirrando o ódio de classes.²⁹

Mas a alegria dos integrantes do MCP durou muito pouco. Mesmo diante de resistências de políticos às idéias autoritárias, observa-se que, naquele período, as configurações políticas eram bem definidas. No sul, a ação política de Brizola foi progressista. Ele também foi um político que, juntamente com Arraes no Nordeste, lutou pela educação, criando milhares de escolas. Por outro lado, havia a campanha da direita que tinha como o seu “grande baluarte” – Carlos Lacerda governado do Estado da Guanabara.

O Golpe militar, que implantou o Estado de terror e a força violenta em 31 de março, ou 01 de abril de 1964 para outros, fechou os canais da democracia que começava a atingir os mais humildes.

²⁹ Entrevista de Ângela Vieira concedida no dia 17 de fevereiro de 2006.

O MCP foi compreendido pelos seus integrantes como uma universidade aberta e democrática, e, pelos seus verdugos, de “base comunista”³⁰ ou, como lembrou Juracy de Andrade, ex-integrante, comentando as transformações que o MCP vinha fazendo: “Isso preocupava muito os militares”.³¹

O Quarto Exército, o mesmo que havia intimado Germano Coelho a explicar o conteúdo da Cartilha criada por Norma e Josina, foi quem se encarregou de entrar na sede do MCP, no Sítio Trindade, e de queimar seus documentos. O MCP foi desativado num clima de terror, violência, prisões e papéis sendo incinerados. Os militares ao fecharem o MCP, com autoritarismo e arbitrariedade, nomearam um interventor para cuidar do que faltava fazer: destruir qualquer lembrança do que lhe incomodou e assustou durante os quatro anos de sua existência.

Na percepção dos que trabalharam no MCP, aqueles que sentiram as mudanças da população, quando foram alfabetizadas, e que puderam ser testemunhas oculares de que se estava construindo um país mais justo, um mundo melhor - o golpe não foi só decepção. Mas a morte por dentro e por fora de uma experiência única que não se repetiria mais. Como lembrou Moacyr de Góes: “Não poderia conviver. Um fermento de liberdade no Estado autoritário.”³²

³⁰ Maria Adosinda em entrevista no dia 21 de fevereiro de 2006.

³¹ Entrevista de Juracy de Andrade concedida ao autor no 17 de fevereiro de 2006 em Olinda.

³² Entrevista concedida ao autor no 28 de dezembro de 2005 no Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Levando-se em consideração todo o exposto no decorrer desta Dissertação de Mestrado, ressaltamos, aqui, a comprovação da hipótese que norteou o presente trabalho.

Ao longo de todos os capítulos e, principalmente, no último, quando tratamos especificamente da atuação dos grupos de esquerda no MCP, preocupamo-nos em ilustrar cada assunto com as respectivas reportagens dos jornais – Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, mais as entrevistas concedidas pelos colaboradores que trabalharam no MCP.

A leitura das matérias relativas à atuação dos intelectuais de esquerda – comunistas, socialistas e independentes – nos deu indícios de que as posições dos jornais eram bastante críticas e baseavam-se na divulgação de forma provocativa.

Ou seja, pudemos observar que não só os intelectuais do MCP mantinham-se engajados ativamente na luta por melhores condições de ensino, pela elevação do nível cultural do povo e pela oposição ao elitismo da sociedade pernambucana, como, também, Miguel Arraes foi o instrumental e deu respaldo político para que fossem efetivadas todas as suas atividades e realizações.

Como é sabido, o anticomunismo que pululava naqueles iniciais anos sessenta, quis extinguir o MCP e, depois, conseguindo-o com o golpe de 1964. O MCP foi alvo de uma campanha negativa, e seus integrantes, de vitupérios.

A mudança de posição dos jornais, citados no trabalho, tem como motivação o anticomunismo e o conservadorismo da sociedade resistente às mudanças. Parte da sociedade pegava carona nessa catilinárias anti-MCP para evitar as transformações que os seus integrantes vinham despertando.

Ao cercear o direito de informar, educar de forma crítica e elevar a consciência do povo, o regime militar implantado com o golpe de 1964 em seu trabalho de varredura, “assassinou” os projetos de educação e cultura popular. O MCP e outros projetos nesta linha foram extirpados dos cânones da alfabetização popular, e seus líderes, acossados.

Analisando os anos 60, chegamos à conclusão que eles podem ser considerados conscientes das necessidades e ávidos de mudança. E quando o MCP surge, manifestam-se várias formas novas: de governar a cidade, de expressar a cultura, de ser homem, de ser mulher, de ser estudante, de ser branco, de ser negro, de dançar, de cantar, de perguntar, de responder, de ser diferente do que era antes e, enfim, de ser! Creio que a maior virtude do MCP residiu em ser catalisador das mudanças que estavam ocorrendo no mundo e no Brasil.

Também não podemos deixar de citar o vanguardismo de Arraes. Seu comportamento político à esquerda inovou em muitas coisas: no pioneirismo da Frente do Recife, que levou uma política progressista ao poder, no estagnado Nordeste; criou a rede de ensino que, depois, foi estendida para o âmbito estadual; instituiu o salário mínimo para os trabalhadores das zonas canavieiras; e respaldou o MCP, que correu juntamente com as escolas da Prefeitura. Ele teve vontade política para inovar, pois as suas reformas estão associadas às mudanças que João Goulart estava prometendo. Esse momento é o da articulação Nordeste com todo Brasil. Arraes também permitiu trazer, para o debate, o problema do analfabetismo.

Outro aspecto que deve ser destacado é que mesmo os documentos que normatizaram o MCP, proibindo a atividade política, não conseguiram evitar esse tipo de situação. A composição do MCP – AP e PCB - apresentava um quadro de natureza política diferente. E essas atividades políticas se davam, não através de debates ou

confrontações ideológicas, mas indiretamente, através das opções metodológicas: a Cartilha ou o Método Paulo Freire. Essas divergências, em torno do modelo pedagógico que deveria ser seguido, não deixaram de ser uma luta pela hegemonia que as esquerdas disputavam. E as convergências aconteceram, quando o assunto era criar uma sociedade mais justa, elevar o nível cultural do povo e alfabetizar, despertando a consciência crítica. Essas divergências e convergências puderam ser constatadas nas entrevistas feitas, durante pesquisas realizadas em Pernambuco, em fevereiro de 2006. Por conseguinte, o MCP também não foi um movimento de caráter monolítico.

Seguindo esta lógica, o MCP, ao longo de toda sua existência, está inserido nos quadros, que os teóricos convencionaram conceituar, de “populismo”. Insisto que essa conceituação precisa ser reavaliada ou rediscutida. Observo que é bastante ultrapassada a identificação desse momento do “populismo”(caracterizado por vários intelectuais – Otávio Ianni, Francisco Weffort, Jacob Gorender, René Dreifuss) como um momento de intensa fragilidade do Executivo Federal relativamente aos problemas nacionais. Alguns estudos mais recentes dos historiadores Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e os que vêm sendo desenvolvidos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), e mais os que vieram no bojo dos quarenta anos do Golpe de 1964, em 2004, dos vinte anos de redemocratização, em 2005, e nos trinta anos da morte de João Goulart, em 2006, estão procurando ver esse momento como de grande efervescência e transformação de toda a sociedade brasileira, desassociadas de uma atitude apática como foi tradicionalmente abordado.

Do que foi dito, conclui-se que o “populismo”, relacionado a determinados políticos, como Jânio Quadros e João Goulart, nos anos 60, pôde engendrar também transformações nos setores de educação e cultura popular – o MEB e o PNA – respectivamente foram exemplos de suas realizações. Podemos associar aquele

“populismo” com uma oportunidade que engendrou a passagem para uma sociedade mais aberta, citando Paulo Freire. Portanto, neste trabalho não foi feito nenhum estudo comparativo entre o que é populismo e o que é popular, pois fugiria do objeto de estudo. Mas, é tarefa para o moderno historiador realizar novos estudos acerca do tema para corrigir abordagens “obsoletas”.

Também merece um tratamento à parte a questão da “Revolução Brasileira”. Nas organizações – AP e PCB – foram observadas diferentes propostas destinadas à sua realização, assim como era propagada, em discurso, por Miguel Arraes. A “Revolução Brasileira” assumiu tamanha complexidade porque não foi atomizada por um único grupo. Ela provocou vários reflexos na sociedade civil e política.

Observe-se que o MCP, não obstante o contexto em que ele emergiu, o de um mundo bipolarizado, contou com ideais de uma nova esquerda e de uma nova Igreja. O conjunto de possibilidades próximo ao MCP repercutiu em suas ações. Era um novo PCB, uma nova esquerda católica, a AP, e também novos católicos “independentes”, que apresentaram idéias progressistas e humanistas, introduzindo um discurso das reverberações das Encíclicas – *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, e do Concílio Vaticano II.

Não esqueçamos que o pioneirismo do MCP, mesmo com seu desaparecimento de forma brutal, deixou sementes que acabaram sendo plantadas em outros países que se libertaram do jugo colonial, cujos governos, formados depois das descolonizações, adotaram o modelo de educação popular. Foi o caso da Guiné-Bissau, cujo país adotou como modelo de pedagogia – o método Paulo Freire, e, como lembrou Moacir Gadotti, “nasceu no MCP”.

Vale destacar, também, a vanguarda do Nordeste: no pioneirismo da educação e cultura popular; na efervescência das Ligas Camponesas na luta por uma reforma

agrária radical; na institucionalização da SUDENE, como possibilidade de pensar os problemas da região com engajamento político; no papel de Paulo Freire, que rompe com aquela educação “infantilizada”; e no surgimento de uma esquerda católica “independente”, preocupada com os problemas gerados pelas desigualdades sociais e econômicas.

No geral, o MCP não se restringiu ao projeto de alfabetização. Ele desenvolveu a educação e valorizou a cultura popular, imprimindo um conteúdo mais amplo, não mais restrito à erudição tradicional. Ele incentivou as festas religiosas, as atividades profissionais, os cursos profissionalizantes, as peças de teatro, as artes populares, etc. Eram várias frentes de trabalho que estavam em consonância com a elevação do nível material da população de Pernambuco.

O mundo do pós-guerra passou por mudanças tecnológicas extraordinárias e transformações políticas de grande fortalecimento das democracias ocidentais. Entretanto, as condições socioeconômicas de muitos países, sobretudo, da Ásia, da África e da América Latina apresentavam profundos desníveis. O Brasil estava nessa situação, pois apresentava um quadro de disparidades regionais – progresso X atraso; prosperidade X miséria (como de resto até os dias atuais). O mundo pós-guerra encetou a discussão de novas formas de sociedade, de fazer política, de comportamento, e o Brasil precisava acompanhar essas inovações. E, para isso, contou com o engajamento de intelectuais que estavam em sintonia com as transformações pelas quais passavam os países mais abastados. No Brasil, essa organicidade e engajamento dos intelectuais, engendraram novos modos de pensar o País, colaborando para inovações na educação, na democracia, na sociedade civil, em prol da liberdade da mulher, etc.

Em suma, as frentes de esquerda no MCP, mesmo que provocando divergências, ambas posicionaram-se contrárias às arbitrariedades e injustiças sociais. Todos os que trabalharam pela existência do MCP lutaram pela democracia corroborando a afirmação de Paulo Freire de que a educação é uma “atividade política” (1984, p. 27). O MCP refletiu a união de muitos: intelectuais de esquerda (incluindo católicos independentes, comunistas e socialistas da AP), estudantes, população alfabetizada e Miguel Arraes. Tudo isso favoreceu uma conjuntura de possibilidades que ensejava nova etapa: a de superação do analfabetismo, um mal que disseminava o atraso do país. O MCP estava inserido no mundo, mas também o transcendeu. Ele saiu do regional e chegou ao debate nacional. Ele fermentou a construção de um “novo Brasil”. Seus intelectuais deram um sentido às massas – elas passaram a ser povo, como foi percebido por um alfabetizando em Angicos. Esse é o grande momento do MCP, porque ele preparava os seus alfabetizandos para denunciar o autoritarismo dos discursos políticos, o senso comum da sociedade civil e as falsas promessas eleitoreiras. O MCP gerou perguntas e respostas políticas. Diante de tudo isso, ficou evidente, na percepção de muitos, que o MCP, juntamente com outros movimentos e iniciativas (como a do PNA, CPC, CEPLA, De Pé no chão...), incomodou o sistema. O resultado foi suas retiradas de cena logo após o golpe de 1964.

REFERÊNCIAS

1) FONTES:

A) **Memorial do MCP (1986)**: Meios Informais de Educação – Planejamento Básico; MCP/Plano de Ação para 1963; Registro Especial de Títulos e Documentos da Comarca de Recife/PE de 1961; Hino do Movimento de Cultura Popular; Discurso de posse de Miguel Arraes ao cargo de Governador de Pernambuco em 31 de janeiro de 1963; Livro de Leitura para Adultos;

B) **Entrevistas concedidas ao autor deste trabalho – metodologia (história oral; histórias de vida):**

- Moacyr de Góes – 28/12/2005 no Rio de Janeiro;
- Juracy de Andrade – 17 de fevereiro de 2006 – Olinda/PE;
- Maria Adosinda – 15 de fevereiro de 2006 e 21 de fevereiro de 2006 – Jaboatão/PE;
- Argentina Rosas – 13 de fevereiro e 14 de fevereiro de 2006 – Recife/PE;
- Ângela Vieira – 17 de fevereiro de 2006 – Jaboatão/PE;
- Silke Weber – 20 de fevereiro de 2006 – Recife /PE;
- Germano Coelho – 21 de fevereiro de 2006 – Recife/PE;
- Abelardo da Hora – 18 de fevereiro de 2006 – Recife/PE;

C) Projeto de Educação pelo Rádio do MCP – 1961;

D) Programa de Educação do Governo de Pernambuco para 1963 – Frente de Educação Popular;

E) **Jornais**: O Metropolitano de 17 de outubro de 1962; Diário de Pernambuco: 06 de abril de 1960; 09/04/1960; 13/04/1960; 17/04/1960; 19/04/1960; 23/04/1960; 26/04/1960; 29/04/1960; 03/05/1960; 17/05/1960; 18/05/1960; 19/05/1960; 20/05/1960; 21/05/1960; 22/05/1960; 03/06/1960; 04/06/1960; 07/06/1960; 13/07/1960; 15/07/1960; 13/08/1960; 09/10/1960; 13/10/1960; 29/11/1960; 07/12/1960; 27/04/1961; 21/09/1962; 21/04/1962; 12/04/1962; 03/10/1962; 04/11/1962; 20/03/1963; Jornal do Comércio: 11/05/1960; 18/08/1962; 25/08/1962;

F) **As Doutrinas Sociais da Igreja Católica** – Mater et Magistra de 1961; Pacem in Terris de 1963 - João XXIII, Editora Nova Jerusalém;

G) **Outros documentos**: CARONE, E. A quarta república (1945 – 1964): documentos. São Paulo: Rio de Janeiro, 1980;

H) Cadernos da ADUFRJ, Ano I, número – outubro de 1985; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 38 (88): 167-9, outubro-dezembro de 1962; Contexto e educação, Ano 9, número 39, julho/setembro;

2) OBRAS DE CARÁTER TEÓRICO-METODOLÓGICO:

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: Fontes do pensamento político. 1. ed. Porto Alegre: L & PM, 1981. v. 1

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora: Instituto Paulo Freire, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2

GRUPP, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

3) OBRAS GERAIS SOBRE O TEMA:

AGUIAR, N. **Tempo de transformação no Nordeste**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1980

ALVES, M. M. **O cristo do povo**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

_____ **Torturas e torturados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ARENDT, H. **Da revolução**: 1. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____ **O que é política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

_____ **Origens do totalitarismo**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BANDEIRA, L.A.M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)**
7. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001.

_____ **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à história contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1987.

BASBAUM, L. **História sincera da república: de 1961 a 1967**. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

BEISIEGEL, C. de R. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos**. São Paulo: livraria Pioneira editora, 1974.

_____ **Política e educação popular**. São Paulo: Ática, 1982.

BEOZZO, J. O. **A Igreja no Brasil: de João XXIII a João Paulo II**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____(org.). **A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001

BOFF, L. **Teologia do cativo e da libertação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRANDÃO, C. R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CALLADO, A. **Tempo de Arraes: Padres e comunistas na revolução sem violência**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro editor, 1964.

CARONE, E. **O PCB (1943 A 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CHANG, J. **Cisnes selvagens**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Orgs.) **Política e reforma agrária**. 1.ed. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

COURTOIS, S. et. Al. **O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, L.A.; GOÉS, M. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **O Brasil republicano**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 3

FAVERO, O. **Cultura popular, educação popular, memórias dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERREIRA, J.; DELGADO. L. de. A. N. **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.3

_____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945 – 1964)**. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERRO, M. **O livro negro do colonialismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora: Instituto Paulo freire, 2001.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.

_____ **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GARAUDY, R. **Do anátema ao diálogo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____ **A grande virada do socialismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

GEORGE, P. **Panorama do mundo atual**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

GÓES, M. C. P. de. **A aposta de Luiz Inácio Maranhão Filho: Cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GÓES, M. de. **De Pé no Chão Também se Aprende a ler (1961 – 1964)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

HADDAD, J. A. **Revolução Cubana e Revolução Brasileira**. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____ **Revolucionários**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ **Tempos interessantes: Uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960 – 1970)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____ **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 –1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, H.; ARANTES, A. **História da Ação Popular: da JUC ao Pcdob**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

MARTINS FILHO, J. R. (org.) **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. 1. ed. São Carlos: EdUFScar, 2006.

MENDES, C. **Memento dos vivos**: a esquerda católica no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

MICHELENA, J. A. S. **Crise no sistema mundial**: política e blocos de poder. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A de. (org.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OLIVER, R. **A experiência africana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PAIVA, V. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. 1.ed. São Paulo: Graal, 2000.

PENNA, L. de A. **Uma história da república**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

_____ **Política e história**: lugares e fazeres. 1.ed. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2000.

PERRAULT, G. (org.) **O livro negro do capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PRADO JR., C. **A Revolução Brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**: Os comunistas no Brasil. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ **Uma revolução perdida**: a história do socialismo soviético. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____ (Org.) **Imagens da revolução**. 2. ed. São Paulo: expressão Popular, 2006

_____ (org.) **O século XX**: o tempo das dúvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 3v.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROSAS, P (org.). **Paulo Freire**: Educação e transformação social. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

_____ **Papéis avulsos sobre Paulo Freire**, 1. 1.ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003

_____ **O Movimento de Cultura Popular – MCP** – Rio de Janeiro: 1980. 32ª Reunião da SBPC.

SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SILVA, F. C. T. da (org.). **O século sombrio: uma história geral do século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SODRE, N. W. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 1.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

_____ **Quem é o povo no Brasil?** 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____ **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____ **Por que existem analfabetos no Brasil?** 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SOUZA, L. A. G. de S. **A JUC: Os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: vozes, 1984.

SPENCE, J. D. **Em busca da China moderna**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SZABO, L et. Al. **Hungria 1956**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, C.; MENDONÇA, F. **Conversações com Arraes**. 1. ed. Elo Horizonte: Vega, 1979.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

XAVIER, L. N. et. Al. **Escola, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZHISUI, L. **A vida privada do camarada Mao**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real**. 1. ed. São Paulo: BoiTempo Editorial, 2003.

REFERÊNCIAS

A) FONTES PRIMÁRIAS

- 1) MCP. **Memorial do MCP**. Recife, 1986. (Coleção Recife, 49)
- 2) SOUZA, J.J.B. [**Opinião sobre o MCP**]. Rio de Janeiro, 2005. Entrevista de Moacyr Góes para o Trabalho Metodologia - história oral, histórias de vida em 28 de dezembro de 2005.
- 3) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Olinda, 2006. Entrevista de Juracy de Andrade para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 17 de fevereiro de 2006.
- 4) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Jaboatão, 2006. Entrevista de Maria Adosinda par o Trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 15-21 de fevereiro de 2006.
- 5) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Recife, 2006. Entrevista de Argentina Rosas para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 13-14 de fevereiro de 2006;
- 6) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Jaboatão, 2006. Entrevista de Ângela Vieira para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 17 de fevereiro de 2006;
- 7) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Recife, 2006. Entrevista de Silke Weber para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 20 de fevereiro de 2006;
- 8) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Recife, 2006. Entrevista de Silke Weber para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 20 de fevereiro de 2006;
- 9) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Recife, 2006. Entrevista de Germano Coelho para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 21 de fevereiro de 2006;
- 10) _____. [**Opinião sobre o MCP**]. Recife, 2006. Entrevista de Abelardo da Hora para o trabalho Metodologia – história oral, histórias de vida em 18 de fevereiro de 2006;
- 11) FONSECA, Gizêlda. **Projeto de educação pelo rádio do MCP**. Recife: MCP, 1963.
- 12) ARAES, Miguel. **Programa de educação do governo de Pernambuco para 1963**. Recife: Frente de Educação Popular; 1963.
- 13) TEIXEIRA, Anísio. Sobre a cartilha do MCP. Trecho da entrevista concedida ao jornal O Metropolitano, Rio de Janeiro: [s.n.], 17 out. 1962.

- 14) CLIPPING sobre o MCP. [S.l.:s.n.], 2007. Recortes diversos extraídos do jornal Diário de Pernambuco. Exemplares de: 06 de abril de 1960; 09/04/1960; 13/04/1960; 17/04/1960; 19/04/1960; 23/04/1960; 26/04/1960; 29/04/1960; 03/05/1960; 17/05/1960; 18/05/1960; 19/05/1960; 20/05/1960; 21/05/1960; 22/05/1960; 03/06/1960; 04/06/1960; 07/06/1960; 13/07/1960; 15/07/1960; 13/08/1960; 09/10/1960; 13/10/1960; 29/11/1960; 07/12/1960; 27/04/1961; 21/09/1962; 21/04/1962; 12/04/1962; 03/10/1962; 04/11/1962; 20/03/1963.
- 15) _____. Recife: [s.n.]. Recortes extraídos do Jornal do Comércio. Exemplares de: 11/05/1960; 18/08/1962; 25/08/1962;
- 16) JOÃO XXIII, Papa. Mater et Magistra de 1961. In: Caetano Minette de Tillesse, Padre. **A Doutrina Social da Igreja**. Fortaleza: Nova Jerusalém, [198-?]
- 17) _____. Pacem in Terris de 1963 In: Caetano Minette de Tillesse, Padre. **A Doutrina Social da Igreja**. Fortaleza: Nova Jerusalém, [198-?]
- 18) CARONE, E. **A Quarta república (1945 – 1964)**: documentos. São Paulo: Difel 1980;
- 19) GÓES, Moacyr. Antigos (novos) papéis revisitados - MCP **Cadernos da ADUFRJ**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 24-30. out. 1985;
- 20) GODOI, Josina Maria Lopes Livros. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.38, n. 88 p. 167-169, out./dez. 1962
- 21) GÓES, Moacyr. Cuba-Recife-Natal: ou o sonho de três cartilhas de alfabetização para mudar o mundo. **Contexto & Educação**, ano 9, n. 39, p. 45-64, jul/set. [199-?]

B) FONTES DE CARÁTER TEÓRICO-METODOLÓGICO:

- 1) COUTINHO, C. N. **Gramsci**: fontes do pensamento político. Porto Alegre: L & PM, 1981. v.1
- 2) FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 3) _____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora: Instituto Paulo Freire, 2001.
- 4) GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2
- 5) GRUPP, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- 6) SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

C) FONTES SECUNDÁRIAS.

AGUIAR, N. **Tempo de transformação no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1980

ALVES, M. M. **O cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

_____ **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ARENDT, H. **Da Revolução**: São Paulo: Ática, 1988.

_____ **O Que é política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

_____ **Origens do totalitarismo**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BANDEIRA, L.A.M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001.

_____ **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à história contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BASBAUM, L. **História sincera da república: de 1961 a 1967**. 3. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1983.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos**. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1974.

_____ **Política e educação popular**. São Paulo: Ática, 1982.

BEOZZO, J. O. **A Igreja no Brasil: de João XXIII a João Paulo II**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____ (Org.) **A Igreja latino-americana às vésperas do concílio**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOFF, L. **Teologia do cativo e da libertação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRANDÃO, C. R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CALLADO, A. **Tempo de Arraes**: padres e comunistas na revolução sem violência. Rio de Janeiro: José Álvaro editor, 1964.

CARONE, E. **O PCB (1943 A 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CHANG, J. **Cisnes selvagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Org.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

COURTOIS, S. et. al. **O Livro negro do comunismo**: crimes, terror e repressão. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, L.A.; GOÉS, M. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **O Brasil republicano**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 3

FAVERO, O. **Cultura popular, educação popular, memórias dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.3

_____. **O Imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945 – 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERRO, M. **O Livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora: Instituto Paulo freire, 2001.

FURTADO, C. **A Pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GARAUDY, R. **Do Anátema ao diálogo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **A Grande virada do socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

GEORGE, P. **Panorama do mundo atual**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

GÓES, M. C. P. **A Aposta de Luiz Inácio Maranhão Filho**: Cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GÓES, M. **De Pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

HADDAD, J. A. **Revolução cubana e revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: O breve século XX. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Revolucionários**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLLANDA, H. B. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde (1960 – 1970). 5. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

IANNI, O. **O Colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 –1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, H.; ARANTES, A. **História da ação popular**: da JUC ao Pcdob. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

MARTINS FILHO, J. R. (Org.) **O Golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: EdUFScar, 2006.

MENDES, C. **Memento dos vivos**: a esquerda católica no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

MICHELENA, J. A. S. **Crise no sistema mundial**: política e blocos de poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A (Org.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OLIVER, R. **A experiência africana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- PAIVA, V. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.
- PENNA, L. A. **Uma história da república**. Rio de Janeiro: Fronteira, 1989.
- _____. **Política e história: lugares e fazeres**. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2000.
- PERRAULT, G. (Org.) **O Livro negro do capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- PRADO JR., C. **A Revolução Brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Uma Revolução perdida: a história do socialismo soviético**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. (Org.) **Imagens da revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. (Org.) **O século XX: o tempo das dúvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 3v.
- RIDENTI, M. **O Fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROSAS, P (Org.). **Paulo Freire: educação e transformação social**. Recife: UFPE, 2002.
- _____. **Papéis avulsos sobre Paulo Freire**, Recife: UFPE, 2003
- _____. **O Movimento de Cultura Popular – MCP** – Rio de Janeiro: [s.n.], 1980. 32ª Reunião da SBPC. Doc. Mimeografado.
- SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- SILVA, F. C. T. (Org.). **O Século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- SODRE, N. W. **O Que se deve ler para conhecer o Brasil**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- _____. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Por que existem analfabetos no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SOUZA, L. A. G. S. **A JUC: Os estudantes católicos e a política.** Petrópolis: Vozes, 1984.

SPENCE, J. D. **Em Busca da China moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SZABO, L. et. al. **Hungria 1956.** São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, C.; MENDONÇA, F. **Conversações com Arraes.** Belo Horizonte: Vega, 1979.

WEFFORT, F. **O Populismo na política brasileira.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

XAVIER, L. N. et. al. **Escola, culturas e saberes.** Rio de Janeiro: FGV, 2005

ZHISUI, L. **A Vida privada do camarada Mao.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.